

PSICOLOGIA EM EPISTEMOLOGIAS NEGRAS

Ações Afirmativas na Universidade

Regina Suama Ngola Marques
Luíza Rodrigues de Oliveira
Dolores Cristina Gomes Galindo
(Orgs.)



Psicologia em epistemologias negras: ações afirmativas na universidade

REITOR

Fábio Josué Souza dos Santos

VICE-REITOR

José Pereira Mascarenhas Bisneto

SUPERINTENDENTE

Rosineide Pereira Mubarack Garcia

CONSELHO EDITORIAL

Leila Damiana Almeida dos Santos Souza

Leilane Silveira D'Ávila

Luciana da Cruz Brito

Maurício Ferreira da Silva

Paula Hayasi Pinho

Paulo Henrique Ribeiro do Nascimento

Rafael dos Reis Ferreira

Rosineide Pereira Mubarack Garcia (Presidente)

Rubens da Cunha

SUPLENTE

Carlos Alfredo Lopes de Carvalho

Marcílio Delan Baliza Fernandes

Tatiana Polliana Pinto de Lima

COMITÊ CIENTÍFICO

(Referente ao Edital n. 004/2020 EDUFRB – 15 anos de Ações e Políticas

Afirmativas da UFRB)

Andrey Rooseweet Chagas Lemos

Edilza Correia Sotero

Givânia Maria da Silva

Lúcia Maria Xavier de Castro

Petrônio José Domingues

EDITORA FILIADA À



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Regina Suama Ngola Marques
Luíza Rodrigues de Oliveira
Dolores Cristina Gomes Galindo
(Orgs.)

Psicologia em epistemologias negras: ações afirmativas na universidade



Editora UFRB
Cruz das Almas - Bahia
2022

Copyright©2022 by Regina Suama Ngola Marques, Luíza Rodrigues de Oliveira e Dolores Cristina Gomes Galindo

Direitos para esta edição cedidos à EDUFRB

Projeto gráfico, capa e editoração eletrônica

Antonio Vagno Santana Cardoso

Imagem de capa

Regina Suama Ngola Marques

Revisão e normatização técnica

Jaqueline Santos de Jesus

A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98

P974

Psicologia em epistemologias negras: ações afirmativas na Universidade / Organizadoras: Regina Suama Ngola Marques, Luíza Rodrigues de Oliveira e Dolores Cristina Gomes Galindo. – Cruz das Almas, BA: EDUFRB, 2022. 222p.; il.

Este Livro Eletrônico é parte da Coleção 15 Anos de Ações e Políticas Afirmativas da UFRB – Volume 5.

ISBN: 978-65-88622-69-8 (Volume).

ISBN: 978-65-88622-62-9 (Coleção).

1. Psicologia – Educação. 2. Políticas públicas – Programas de ação afirmativa. 3. Universidades e faculdades – Análise. I. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. II. Marques, Regina Ngola. III. Oliveira, Luíza Rodrigues de. IV. Galindo, Dolores Cristina Gomes. V. Título.

CDD: 150

Ficha elaborada pela Biblioteca Universitária de Cruz das Almas – UFRB. Responsável pela Elaboração – Antonio Marcos Sarmento das Chagas (Bibliotecário – CRB5 / 1615).

Livro lançado em 31/10/2022



Editora UFRB

Rua Rui Barbosa, 710 – Centro
44380-000 Cruz das Almas – Bahia/Brasil

Tel.: (75) 3621-7672

editora@reitoria.ufrb.edu.br

www.ufrb.edu.br/editora

Agradecimentos

Muitos foram importantes na realização deste livro: Dra. Berenice Kikuchi (AAFESP), Dra. Hayanna Carvalho Silva (UnB), Dra. Lourdes Carril (UFSCar), Dra. Patrícia Barone (UFRJ), Psicóloga e Makota Juciara Santos (SME/FS) e Dra. Catarina Dahl (OPAS/OMS). À EDUFRB e a parceria da PROPAAE, por realizarem editais como esse em nossa universidade e prosseguir a marcha.

Dedicatória

À Virgínia Bicudo, ao querido Professor Dr. Antônio da Costa Ciampa, falecido em 28 de março de 2022. Ao igualmente Querido Professor Kabengele Munanga, pela rica ancestralidade negra acolhedora e iluminada. As pesquisas sobre psicologia negra no Brasil são antigas. Se hoje existe alguma visibilidade, os caminhos importantes passam pelas portas abertas por estes valiosos pesquisadores da psicologia e antropologia brasileira.

Sumário

Apresentação

Regina Suama Ngola Marques, Luíza Rodrigues de Oliveira,
Dolores Cristina Gomes Galindo 11

Psicologia e ações afirmativas: ressonâncias na França e Brasil

Regina Suama Ngola Marques, Luíza Rodrigues de Oliveira,
Dolores Cristina Gomes Galindo 15

Universidade em cidades negras: ações afirmativas na medicina

Reinaldo José de Oliveira 49

Educação antirracista: experiências entre UFRB e UNEB

Sandro dos Santos Correia 79

Psicologia clínica, doença falciforme e alunato negro

Regina Suama Ngola Marques, Berenice Kikuchi,
Adson Silva França, Dulcinéia Santana dos Santos Almeida,
Manuela Pinheiro Santos 95

Escuta psicoterapêutica em desastres e calamidades: ações afirmativas

Regina Suama Ngola Marques, Silvana Batista Gaino,
Willian Tito Maia 117

Saúde mental da população negra: historicidade e clínica

Regina Suama Ngola Marques,
Suzana Rosa de Almeida 139

**Psicanálise afro-diaspórica: das ações afirmativas à supervisão
clínica**

Regina Suama Ngola Marques,
Hayanna Carvalho Santos Ribeiro da Silva 155

Manejo clínico em psicologia do racismo e jovens universitárias

Regina Suama Ngola Marques 183

Autores 219

Apresentação

*Regina Suama Ngola Marques
Luíza Rodrigues de Oliveira
Dolores Cristina Gomes Galindo*

Este livro é o resultado de 13 anos de atividades do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Psicologia, Identidade, Negritude e Sociedade da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Ciências da Saúde (NEPPINS/UFRB/CCS).

Ao mesmo tempo ele celebra a Psicologia Brasileira implicada com as questões étnico raciais a partir da trajetória do NEPPINS com outros centros de pesquisa em psicologia como o grupo ORALIDADES, coordenado pela Profa. Dra. Luíza Rodrigues de Oliveira e KITEMBO, coordenado pelo Prof. Dr. Abrahão Oliveira ambos da Universidade Federal Fluminense.

Desde 2013 o NEPPINS participa de atividades nos espaços da UFF a partir de diálogos profícuos com a Faculdade de Educação no PENESB – Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira, coordenado pela Profa. Dra. Iolanda Oliveira o qual abriu caminhos para as parcerias do Curso de Graduação de Psicologia da UFRB com o Programa de Mestrado e Doutorado em Psicologia da Federal Fluminense que com a coragem, pioneirismo e vanguarda de uma gestão feminina – Professora Doutora Luíza Oliveira – conseguiu protagonizar cotas de ações afirmativas para a Universidade Brasileira no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFF.

A coordenação do NEPPINS esteve presente no Evento Psicologia, Racismo e o Legado de Neusa Santos Souza, realizado pelo Laboratório Kitembo de Psicologia da Federal Fluminense em 2018 e este protagonismo da *psicologia preta* do Programa de Pós-Graduação em

Psicologia da UFF promoveu encontros com outros centros de produção de pesquisa psicológica em todo o Brasil, irradiando ações que culminaram na criação do Primeiro Grupo de Trabalho Psicologia e Relações Raciais da Associação Nacional de Pesquisa, Ensino e Pós-Graduação em Psicologia em 2020. Pela primeira vez, em quase quarenta anos de fundação da ANPEPP foi possível, pelo protagonismo de intelectuais negras como a Doutora Luíza Rodrigues de Oliveira em parceria com o vice-coordenador do Programa de Mestrado e Doutorado em Psicologia da Universidade Federal Fluminense, reunir pesquisadoras negras e pesquisadores interessados em avançar na produção epistêmica em psicologia e relações étnico raciais.

O apoio epistemológico, financeiro e das ações afirmativas do Programa de Psicologia da Universidade Federal Fluminense durante a gestão da Professora Luíza favoreceu a presença de pesquisadores negros (professores, mestrandas e doutorandas) nas mesas redondas, rodas de conversa e grupos de trabalhos em psicologia e relações raciais durante o II e III Congressos Internacionais do NEPPINS/UFRB (II Congresso Internacional Saúde Mental da População Negra e Educação Superior: Balanço de uma década realizado em 2019 e III Congresso Internacional Psicologia e Saúde Mental: epistemologias negras, afro-diaspóricas e ameríndias, realizado em 2021).

Este livro leva esta marca inaugural deste esforço da *psicologia preta* surgida no Rio de Janeiro na UFF e inaugura na UFRB a visibilidade do NEPPINS que vem protagonizando no Recôncavo e na Bahia o vanguardismo de uma psicologia negra e afro-diaspórica a partir de pesquisas, ações extensionistas e ensino como prevê a qualidade do trabalho no tripé de excelência da universidade pública brasileira.

Os capítulos aqui reunidos são uma pequena amostra das atividades acadêmicas em ensino, pesquisa e extensão que embasam conhecimentos e epistemologias negras e referendam visões de mundo ampliadas para os contextos emergentes das ações afirmativas no

Brasil e na contemporaneidade da psicologia e interseccionalidades em saúde e educação.

Os textos foram escritos por alunos egressos, alunos de graduação em psicologia, professores de psicologia da UFRB e professores e pesquisadores colaboradores de outras universidades que ajudaram a compor pesquisas e atividades junto ao NEPPINS/UFRB.

A visibilidade do NEPPINS UFRB CCS em seu alcance de reconhecimento de pesquisas em psicologia e relações raciais, recebeu o Professor Visitante e Pesquisador Paulo Alberto Vieira em 2019, Professor da UNEMAT – Universidade Estadual do Mato Grosso, para realizar parte de seu Pós-Doutorado. A pesquisa de Pós-Doutorado em Saúde Mental e Ações Afirmativas realizada pelo referido professor produziram debates no Estado do Mato Grosso nos cursos das Faculdades de Educação e Psicologia da Universidade Federal do Mato Grosso, favorecendo diálogos entre o NEPPINS UFRB e a UFMT através das atividades da Professora Dolores Galindo no Núcleo de Psicologia Indígena e Preta – NIP, a qual também assina a organização desta coletânea juntamente com a escrita de um capítulo.

Por estas parcerias e historicidade no caminho do fazer científico em psicologia e populações negras e indígenas, a obra está concentrada no eixo Educação Antirracista, em razão de versar sobre aspectos da formação e educação em saúde e psicologia, atentando-se, fundamentalmente, para a construção de epistemologias negras e afro-diaspóricas, para as práticas clínicas e para as relações étnico-raciais.

A conformação da Universidade como um “espaço negro” e a luta pela construção de uma epistemologia que considere o enfrentamento do racismo e a superação das desigualdades através das políticas de ações afirmativas são fatores de pouca dedicação por parte do campo psicológico considerando a forte e rica presença de literaturas negras existentes no contexto acadêmico, oriundas das ciências

sociais e antropológicas. Neste aspecto, a interseccionalidade entre saúde, clínica psicológica, a partir de uma perspectiva negra, e as ciências humanas é fundamental para o desenvolvimento de epistemologias étnico-raciais que fortaleçam o campo das ações afirmativas na formação em saúde, saúde mental e psiquismo humano: ou seja, psicologia e afins.

O livro apresenta oito capítulos e procura abordar a contribuição da territorialidade negra do Recôncavo da Bahia para a formação do profissional de saúde e as formulações do campo psicológico a partir de epistemologias negras, indígenas e afro-diaspóricas no ambiente acadêmico das ações afirmativas.

Este livro é sobre o local e o global, sobre os corpos negros periféricos das territorialidades marginais que estão sob o estigma das grandes desigualdades geopolíticas e econômicas do mundo. É deste lugar, *dialética potência*, que o Brasil pode vislumbrar valiosos subsídios para o fortalecimento da universidade pública de qualidade e excelência. Sempre fomos excelência neste país. As universidades públicas são referências de excelência em todos os contextos do mundo.

No Brasil, seguimos sendo, a despeito dos ataques que historicamente sofremos. Hoje, o assédio se apresenta ainda mais violento e grave para as ressonâncias que produzimos no desenvolvimento das sociedades e populações brasileiras e humanas. Todavia, a marcha da esperança prossegue. E os corpos negros, corpos marginais, são os protagonistas destas marchas.

É o descentramento do globo – a periferia – a margem que fornece os instrumentos fundacionais para a luta antirracista.

No Recôncavo não é diferente. O pilar, o alicerce, é, e sempre será, a ancestralidade negra, indígena e afro-diaspórica.

Psicologia e ações afirmativas: ressonâncias na França e Brasil

*Regina Suama Ngola Marques
Luíza Rodrigues de Oliveira
Dolores Cristina Gomes Galindo*

Introdução

Conceição Evaristo (2017) nos fala muito do legado das mulheres negras da diáspora africana no pronunciamento da palavra, que é memória, lembrança viva. Suas palavras nos contam da oralidade sensível que nos enleva e encaminha para a vigilância de nossos filhos, em meio a angústias e inquietações que molham – cultivam – a tônica da árdua esperança. A vigilância nos é traduzida não no sentido punitivo, de uma vigilância algoz. Ao contrário, é olhar que acompanha e encaminha, não se desvia. Cuida, com zelo, do devir dos corpos martirizados. A voz poética, ancestral e aguerrida de Evaristo declara:

A noite não adormece
Nos olhos das mulheres
Há mais que sono onde lágrimas suspensas
Vírgula o lapso
De nossas molhadas lembranças
(p. 26).

A psicologia brasileira, ciência humana do cuidado em saúde mental, embora apresente geniais cientistas e intelectuais negras pioneiras no campo específico e interseccional com as relações étnico-raciais desde o início de sua fundação no Brasil (Virgínia Leone Bicudo, Lélia Gonzalez, Neusa Santos Souza), pouco ou quase nada

tem reverenciado suas memórias e lembranças que bem delinearam os caminhos para a construção de uma psicologia negra, indígena e afro-diaspórica na formação do profissional da ciência psicológica. O poema de Evaristo testemunha uma homenagem à pesquisadora negra Beatriz Nascimento.

Na educação básica e ensino superior a intelectual negra protagonizou voz fundamental na pesquisa contra o racismo e seus impactos psíquicos na resistência do negro à dor, ao sofrimento físico e moral e à sensação de não existir. Além de denunciar o desamparo das crianças negras nas instituições de ensino e a violência contra os corpos negros nos espaços escolares (TOLENTINO, 2021).

É também nesta direção que há esforços para uma psicologia que, através da luta por uma educação antirracista, procura se engajar na produção de linguagens que fortaleçam as ações afirmativas em espaços acadêmicos jovens, surgidos de políticas importantes no contexto da Instituição Universidade Brasileira.

Nesta perspectiva, as ações afirmativas na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia são fatos exemplares no contexto nacional, considerando o impacto que repercute no cenário brasileiro e internacional. Podemos pensar nessas reverberações, numa perspectiva afro-diaspórica, como ventos e águas das grandes yabás que diuturnamente exercem sua maternidade. Negras, mulheres e mães que não dormem. Exercendo o cuidado materno para a saúde mental de seus filhos. Os filhos da diáspora negra africana, acolhidos em perspectiva afrocentrada¹.

Nesta circunstância, yabás são mães. Reverências ancestrais da diáspora negra. Surgidas da cultura híbrida entre África e Brasil. Elas são as Yás, Yalorixás, Mães Sagradas, religiosas – mas não apenas religiosas, que exercem o cuidado com o bem estar do corpo e do

¹ O termo afrocentrar refere-se a uma perspectiva e atitude de (des)centralização da experiência contemporânea a partir do legado negro africano na constituição e manutenção da vida humana e de territórios, espaços, formas e relações capazes de abrigar, acolher, proteger e resguardar a vida na Terra.

psiquismo das pessoas que adentram ao terreiro em busca de “cura”. A cabeça, o ori, é cuidada pelas Yabás, Yalorixás que representam os orixás femininos: Nanã, Oxum, Iemanjá, Iansã, Ewá, Obá e Oyá; na tradição Keto do Candomblé da Bahia.

Enquanto a tradição greco-romana observa os mitos femininos de Afrodite, Minerva, Vênus, entre outras, para a produção de diferentes campos do conhecimento humano, a civilização negra africana sempre possuiu seus alicerces fundadores de cosmovisão do mundo e epistemologias afro-centradas e afro-diaspóricas para produção de seus conhecimentos inter e transdisciplinares.

Tais terminologias fazem parte do largo percurso de construção epistêmica no campo das ciências humanas, sociais e antropológicas, que são originárias de estudos nacionais e internacionais do constructo negro africano a partir de Cheik Anta Diop, Frantz Fanon e os Panafricanistas, Aimé Césaire, Paul Gilroy, Stuart Hall, W.E.B. Du Bois, Abdias do Nascimento, Clóvis Moura, Lélia González, Guerreiro Ramos, Virgínia Bicudo, dentre muitos outros incontáveis no trajeto do trânsito da diáspora negra no mundo e na produção de conhecimentos para a vida humana e reflexões sobre os *corpos e corpus* negros.

Optamos por inserir organicamente essas terminologias neste texto, sinalizando e demarcando o longo caminho epistêmico da diáspora no âmbito da Universidade e das Ciências. Produzindo fundamentais conhecimentos para as civilizações humanas; os quais são invisibilizados no contexto acadêmico das universidades – *produtoras de saber* – e tão precariamente presente no debate da ciência psicológica e da saúde mental. Tema que este texto e esta obra provocam.

Neste debate e pluralismo interseccional subscrevemos:

A noite não adormece
nos olhos das mulheres
a lua fêmea, semelhante nossa,
em vigília atenta vigia
a nossa memória (EVARISTO, 2017, p. 26).

Neste sentido é preciso retomar a proposição de Conceição Evaristo. Perguntemos: Dorme a noite nos olhos das docentes negras e não brancas que lecionam nas universidades embranquecidas deste país? Quantas lágrimas permanecem suspensas?

A UFRB, em sua composição étnico-racial majoritariamente negra, atualiza a possibilidade de que a maior parte da população brasileira, negra e indígena, possa assumir seu lugar nas universidades públicas. Edouard Glissant se refere a abismos durante a travessia atlântica. Um deles é o ingresso no navio onde foram embarcados nossos antepassados. Um outro, descer do navio num solo, então, alheio, e o sentido do desterro. À sombra do que nos coloca Glissant, ao nos perguntarmos sobre as ações afirmativas no país, em sua genealogia e atualidade, deparamo-nos com a sensação de que o desterro permanece majoritário e, em certo sentido, não dorme nos olhos das mulheres o anseio de que as universidades brasileiras deixem de ser terras estrangeiras para afropindorâmicos, como nomeia Bispo dos Santos para referir a negros, negras e indígenas.

A existência da UFRB pode, nesse contexto, ser entendida como um canto das Yabás sobre o devir das universidades brasileiras na recomposição–enegrecimento e indigenização–dos seus quadros docentes e discentes, currículos e práticas em Psicologia (OLIVEIRA, 2021). É importante matizar que saberes psicológicos, historicamente, em nosso país, emergem dos territórios indígenas e do povo negro sendo, posteriormente, por processos extrativistas epistêmicos e ontológicos (GROSFOGUEL, 2012), branqueados sob formas universalistas que performam a produção constante de uma alteridade afropindorâmica situada como local; figurando estes como de pouco interesse aos problemas gerais da área, os chamados estudos de caso, ou como promessa salvacionista que atuará como redenção de saberes constituídos por meio do branqueamento, baseados na violência epistêmica.

Este capítulo, em tom ensaístico, tem o objetivo de abordar a importância da UFRB no contexto local, nacional e global, permeando experiências formativas no ensino superior, na perspectiva da graduação e pós-graduação no ensino da psicologia e interdisciplinaridades. No mesmo sentido, procuraremos abordar algumas considerações sobre os impactos e ressonâncias que as ações afirmativas na UFRB produzem no campo de construção da ciência psicológica em diferentes núcleos de desenvolvimento técnico-científico, como é o caso de universidades localizadas em outras regiões que se fazem presentes por meio das pesquisadoras que trazem narrativas e reflexões para a construção desse manuscrito.

As ações afirmativas na UFRB são decorrências das lutas do povo baiano, do povo negro brasileiro e ameríndio. Nesse sentido, observa-se que a Bahia é emblemática na representatividade negra, no gingado do povo baiano que construiu e difundiu a língua portuguesa com seus falares africanos e entonação diferenciada no contexto do mundo. A língua brasileira é específica, é a língua nordestina, é a língua baiana, negra, não branca, cabocla, indígena que emite vozes que contrapõem a opressão e o encarceramento das mentes e dos corpos (OLIVEIRA, 2019). As mulheres negras emitem suas vozes e canções, desde os navios negreiros na kalunga da diáspora, ao mesmo tempo em que este canto ecoa longe para além de seus corpos martirizados ou atirados pelo convés nas profundezas do mar sagrado (OLIVEIRA, 2019). Este é um texto escrito por três professoras, mulheres.

Primeiramente, destacaremos as condições históricas e os marcos legais que compuseram a importância do surgimento da UFRB e sua relação com a sociedade brasileira, bem como com as decorrências das possibilidades de alcances em outros ambientes formativos de psicologia no Brasil, com ênfase em práticas psicológicas de outras universidades.

Traremos na sequência, algumas considerações sobre dois contextos do cenário nacional da ciência psicológica em universidades

brasileiras. Nestas notas, procuramos ampliar a noção da extensão dos impactos e ressonâncias que as ações afirmativas da UFRB ecoam na formação de jovens estudantes nos cursos de graduação em psicologia no Brasil, a fim de dimensionarmos a importância das políticas nacionais que em 2005 culminaram com a criação da UFRB, bem como o valor dos alicerces e dispositivos legais decorrentes de um regime político de esquerda que construiu-se também e é fruto direto das exigências do clamor das revoltas quilombolas do povo negro.

As ações afirmativas que temos, hoje, na UFRB nos apresentam o significado do protesto negro, que é o fermento para todas as importantes revoluções sociais, porque ele aglutina e representa o sofrimento daqueles e daquelas que mais sofreram as injustiças. Aproxima a todos pela luta comum por igualdade (FERNANDES, 1978) ante o reconhecimento da diferença introduzida com o advento da racialização dos corpos, subalternização e apropriação dos saberes afropindorâmicos. Diante das opressões epistêmicas e históricas vividas pelos povos da diáspora africana, repensar a Psicologia não implica em uma proposta etnocêntrica, pois não se pretende universal e muito menos hegemônica uma vez que se contrapõe à neutralização da supremacia branca como saber universal (CARVALHO *et al.*, 2017).

UFRB e Elikia M'Bokolo: intelectual na França

O Brasil será no mundo europeu francês, a partir dos pensadores sobre África e civilizações africanas, exemplo para educação com igualdade nas sociedades mundiais (OLIVEIRA, 2016). E no cenário brasileiro, notadamente na psicologia, o Brasil poderá vislumbrar, através das ações afirmativas na UFRB, o início de uma consideração sobre saúde mental e população negra, metodologias clínicas para o contexto do negro e do indígena e as formas de considerar políticas afirmativas e de permanência na produção de identidade e subjetividade negra.

Desde as leis 10.639/03 e 11.645/08, o Brasil já era observado no contexto internacional diante da arrojada ação em territórios suleanos (FREIRE, 1988; 2011) por promover o debate e a implementação de novos currículos com a obrigatoriedade do conhecimento e cultura africana, afro-brasileira e indígena nas escolas do ensino fundamental e médio.

A criação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) em 2005 emblematizará, no âmbito do ensino superior, a importância da diáspora negra no mundo e seu protagonismo nas fundamentais transformações sociais, políticas e econômicas no século XX e no presente século.

No contexto internacional, sobretudo no contexto francês, estudiosos do campo da história da África, cultura e civilização produziram difusões científicas importantes sobre o Brasil e os avanços no contexto das Américas, notadamente no período da abertura política culminada a partir dos anos de 1988 com a nova legislação nacional federativa.

No contexto francês, na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais em Paris, Elikia M'Bokolo, na primeira década do novo século, no ano de 2007, foi o protagonista importante entre Europa, África e Brasil a trazer interpretações fundamentais sobre os avanços no contexto brasileiro e os impactos para o mundo e conhecimento africano a partir do protagonismo da diáspora negra mundial. Ele presidiu, em 2012, o comitê científico internacional da UNESCO, para uso pedagógico da *Coleção História Geral da África e diáspora, legados civilizatórios para a produção de novos conhecimentos*.

Em Paris, jovens e consolidados pesquisadores de todo o globo são noticiados por Elikia sobre a importância do Brasil, na Bahia, para o entendimento sobre a conservação dos valores do continente africano (MBOKOLO, 2007; OLIVEIRA, 2009). Para a psicologia esta dimensão é muito importante, pois M'Bokolo efetiva em seus seminários sema-

nais, nas dependências do prédio do Ministério da Educação Nacional Francesa, Boulevard Raspail, primeiro *quartier* em Paris, as pontuações sobre o contexto da pequena África brasileira – a Bahia. E referenda o Brasil como importante marco, através da Lei 10.639/03, para a cultura e civilização negra africana no mundo.

Igualmente, em meados da segunda década do segundo milênio, o mesmo Elikia, griôt negro, reconhecido internacionalmente por seus estudos sobre história da África do século XIX aos nossos dias, irá trazer em seus seminários parisienses no Instituto dos Mundos Africanos – IMAF, vinculado ao Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento (IRD), notícias frequentes sobre o Brasil, as manifestações da civilização negra africana no território brasileiro e as conexões com as canções e as línguas africanas a partir dos modos de vida e expressões do cotidiano do povo negro baiano no Recôncavo da Bahia (MBOKOLO, 2016).

Se no contexto internacional o burburinho fazia-se presente, conforme brevemente esboçado sobre o conteúdo de parte dos seminários e conferências da iminência catedrática científica no mundo europeu, com o professor e pesquisador Elikia M'Bokolo, a tratar dos rumos da nação brasileira a partir de 2003 com a lei 10.639, no contexto nacional e regional os impactos também são insurgentes. Para a psicologia brasileira, estes fatos favorecem compreender o lugar da ciência psicológica nos estudos sobre subjetividade humana, identidade e relações sociais. Compreender os modos de sentir, as emoções e afetividades – sentidos psicológicos – consubstanciados nas formas de reconhecer a cultura, a linguagem, os pertencimentos étnico-raciais, os enredos da vida e das civilizações humanas. São os negros, pretos, pardos e indígenas que protagonizam ainda hoje no clamor de suas necessidades e exigências. E a UFRB representa esta realidade do legado transmitido ancestralmente a partir da mística do Quilombo de Palmares.

Africanização de saberes: formação em Psicologia

Para a ciência psicológica, as ações afirmativas na UFRB produziram efetivos impactos quando se centraram na sequência de importantes políticas étnico-raciais e sociais que o governo brasileiro em 2012 dispôs sobre o ingresso nas universidades públicas federais, assegurando que cinquenta por cento das vagas serão preenchidas por pessoas autodeclaradas pretas, pardas e indígenas, mediante a Lei 12.711, promulgada em 29 de agosto de 2012.

A difusão científica sobre África e as conexões com o Brasil são fatos basilares que dimensionam o impacto grandioso que a UFRB produz no contexto da educação superior no país. Para a psicologia, o reconhecimento da importância e valor dos processos civilizacionais não brancos, ou seja, das civilizações negro africanas é primordial para intervir e desenvolver uma ciência psicológica próxima e condizente com a vida dos brasileiros que representam mais de cinquenta por cento de população negra.

O projeto de criação da UFRB está atrelado a um Brasil que organiza uma gestão política no Estado Nacional em ações afirmativas. Nestes tempos nosso país será respeitado e enaltecido internacionalmente através de seu povo negro e indígena. As legislações efetivadas a partir de 2003, chanceladas nos governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, são decorrentes das exigências do povo preto africano brasileiro desde os clamores dos quilombos durante o período colonial escravista e regime imperial anterior à república.

No Brasil de 2003, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva promulga a lei 10.639, que obriga no âmbito nacional o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira no ensino fundamental e médio e altera, assim, a lei regente da educação brasileira, a saber, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei 9.394/96). Em 2005, ele cria a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia; em 2008, promul-

ga a lei 11.645, que complementa a Lei 10.639/03, tornando também obrigatório o ensino da história e cultura dos indígenas no Brasil. Neste bojo de efetivações emblemáticas perseguidas secularmente pelo povo preto brasileiro, em 2010 a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República – SEPPIR/PR institui o Estatuto da Igualdade Racial, que garante à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica (SEPPPIR, 2010).

Na consideração do campo de estudo intersubjetivo da psicologia, esta configuração legislativa somente foi possível porque um tipo de civilização é predominante no contexto do território brasileiro. E se na estética da difusão da história os créditos são destinados aos representantes de uma hegemonia eurocêntrica, a base efetiva de sustentação e exigência da transformação dos contextos sociais brasileiros é negra, afro-brasileira e ameríndia.

Mulheres negras, professoras negras, afro-ameríndias, adentram os espaços universitários. Rejeitadas ou acolhidas – raramente acolhidas, raramente reverenciadas, em geral violentadas e oprimidas em silenciamentos forçados (mordaças) – ecoam suas vozes. Apresentam seus corpos que, sem subterfúgios – o corpo é marcado pela visibilidade negra, lançam-se na aventura forçada da kalunga nas universidades brasileiras na ciência psicológica.

Eclodem novas metodologias e aportes epistemológicos, incompreensíveis para a hegemonia branca eurocêntrica, sistêmica e anêmica de novos olhares de seres pontes e corpos elásticos que se firmam do fundamento – pedra, África – para o encontro com os territórios do mundo. Se de África nos arrancaram, é o mundo a Casa que se tornou nosso Lar. E a psicologia possibilita o encontro com este sagrado profano que afina as vozes que insistem em falar para aqueles que desejam ouvir as suas próprias vozes. Como nos ensinou Toni Mor-

riçon, prêmio Nobel de literatura em 1996, uma das grandes *Yabás* da ancestralidade negra está em: *a nossa música não nos pertence mais. Ela pertence a toda Humanidade. Cabe agora recuperar a palavra.*

Alunos negros e não brancos estão com suas *Yabás*, professoras negras, não brancas, produzindo palavras e fundamentos existentes na cosmologia africana e indígena para o desenvolvimento do constructo psicológico não apenas para o Brasil, mas para o mundo.

Luiza Bairos: canções de mulheres negras

No quadro das lutas e efetivação de políticas afirmativas, algumas lideranças negras femininas serão importantes. Tanto para a consolidação das ações afirmativas na UFRB, como para as ressonâncias das ações afirmativas no contexto brasileiro a partir do que se experimenta e vive-se na Bahia.

Luiza Bairos será uma destas lideranças. Cientista negra, ministra, mulher negra que protagonizou a luta por direitos e igualdade com grande percurso de sua vida dedicado ao movimento negro baiano com projeção nacional. Neste período de governo de característica de esquerda, ela será uma das muitas lideranças femininas que conduzirá as batalhas determinantes para a vitória do povo negro no Brasil e no mundo.

Luiza Bairos é, como Anne Zingha, rainha de Angola². Brasil e África não são distantes, e teremos inúmeras mulheres negras, protagonistas na defesa, luta, intervenção e combate ao eurocentrismo na

² Utilizamos diferentes formas ortográficas da língua portuguesa, língua banto e língua francesa para nos referirmos à personalidade da Rainha de Angola. Ora a grafia será rainha Nzinga, ora Anne Zingha ou ainda Rainha Nzinga. A razão é em função das diferentes formas linguísticas que foram registrados os feitos da Rainha do Congo. Ela é uma personalidade descrita pela historiadora e jornalista franco-senegalesa Sylvia Serbin, em seu livro “Reines d’Afrique et héroïnes de la diaspora noire”, Ed. MeduNeter, Paris, 2018. A ancestralidade negra é marcada pela transmissão oral. E os registros gráficos são parte das múltiplas maneiras de falar, ser, pensar e agir da diáspora negra africana no mundo. Esta diversidade é contemplada pelas diferentes formas de grafarmos o nome da Rainha de Angola. Sua personalidade marca a trajetória das mulheres negras como pensadoras, diplomatas, políticas, intelectuais e hábeis guerreiras na defesa de seu povo e das conquistas importantes para a civilização humana no percurso de suas vidas.

vida do cotidiano de nosso povo, no cotidiano das escolas e universidades brasileiras agora neste século 21.

A partir da visão de uma psicologia diaspórica e africana, a construção da morte não existe para o povo negro, e a luta persiste. Quando os corpos são enterrados, o axexê emite os eflúvios da ancestralidade eterna que continuará a cantar as canções de ninar menino pequeno que nos tornam grandes seres humanos para continuarmos a caminhar os passos de nossas bisavós.

Assim são os meninos e meninas negras da UFRB, capazes de observar a importância das ações afirmativas para as revoluções de seus tempos, ecoando as possibilidades de transformação da sociedade brasileira em todos os contextos em que seus pés e corpos negros, indígenas e quilombolas pisarem. Segue um relato ilustrativo do que estamos tratando:

...ninguém aventava que o sofrimento da adolescente poderia ser oriundo da sua condição negra, que se somava a seu sofrimento de adolescente com difíceis crises em doença falciforme. Observei para o grupo de psicólogos paulistas meu entendimento sobre o fator étnico-racial que era relevante ser considerado nos apontamentos do caso clínico. O silêncio ecoou forte e nada disseram em público. Na saída e fora da sala uma psicóloga branca perguntou-me: - Você tem algum parente negro? Você já sofreu preconceito ou racismo? Por que você disse aquilo na sala? Não tem nada a ver... Eu respondi: - O quê? Vocês não aprenderam isto? Eu vim de uma Universidade que considera questões étnico-raciais nas observações sobre psicologia. Vocês aqui não aprendem isso? Eu tenho a pele branca, meu fenótipo é branco. Mas eu vim da UFRB (Depoimento de Suzana Rosa de Almeida, Egressa da psicologia UFRB, para Professora Regina Marques, em 20/09/2020).

As ressonâncias das ações afirmativas na UFRB vão se fazer presentes nesta subjetividade negra e indígena incrustada na raiz da fundação do povo brasileiro. E na ciência psicológica este fator é crucial. Pois, viabiliza compreender as entranhas e amarras do circuito ideológico da ciência do psiquismo humano, descortinando saberes pactuados com a hegemonia do poder branco das instituições científicas

clássicas que apagaram do constructo epistemológico a diversidade negra, os corpos não brancos, os dizeres nômades.

O depoimento da egressa é fundamental para dimensionar que, na psicologia da UFRB, as ações afirmativas produziram ecos para sua formação de psicóloga. Quando do episódio relatado, ela frequentava um curso de especialização em psicologia e saúde da criança e do adolescente na cidade de São Paulo.

E é inegável que os olhares sobre ela, a ex-aluna de psicologia da UFRB, são voltados e julgados como incrédulos, inconcebíveis, dentro de estruturas hegemonicamente brancas, eurocêtricas, incapazes de considerar os sujeitos humanos em sua diversidade étnico-racial como importante elemento civilizatório para a compreensão subjetiva do contexto emocional das pessoas.

Negros e indígenas nos serviços de psicologia

A ausência de reconhecimento das demandas específicas de saúde mental dos povos indígenas e do povo negro, em grande parte dos serviços de clínica-escola do país, permite entrever que o sofrimento psíquico dos/as negros/as, indígenas e pessoas em situação de subalternização não é suficientemente capaz de mobilizar ações em rede. Tal invisibilidade, em parte, se deve à parca capacitação técnica das equipes em relações étnico-raciais e aos próprios instrumentos para cadastro de usuários/as adotados nos serviços nos quais o quesito cor/etnia está, majoritariamente, ausente (CFP, 2017).

A interseção entre os marcadores de raça e classe interpela por serviços, ou projetos no âmbito de serviços existentes, que respondam aos processos de adoecimento resultantes da violência de Estado e da violência política. A escravização deixou como resquício o que Célia Azevedo (1997), ao pesquisar documentação do século XIX, identifica como “medo branco”. Lélia Gonzalez (1987) nos faz ver que, ao longo do período ditatorial, esse medo branco se expressou numa reordena-

ção sistemática do espaço na qual os/as negros/as são empurrados para compor o que hoje são conhecidas como favelas, uma “divisão racial do espaço” nos termos da autora. O medo branco permanece orientador da arquitetura racial dos serviços de saúde, incluindo-se aí os espaços destinados às práticas psicológicas, que, permanecem, predominantemente, embranquecidos.

Para uma prática psicológica antirracista é necessário pensar sobre a branquitude, sobre o modo como se constituem subjetivamente brancos e brancas, uma vez que a máquina política branca alimenta o extermínio das populações negras, indígenas e empobrecidas. A branquitude não é a cor da pele (ainda que a abarque como brancura). É um regime de visibilidade e de enunciação que faz de uma determinada cor de pele, traços e práticas, parâmetros de hierarquização social.

Por Psicologia Antirracista entende-se a Psicologia que, além de reconhecer o racismo como uma categoria central para a área, assume o enfrentamento ativo do racismo como sua principal finalidade. Visa-se a uma redistribuição dos privilégios, dentre eles, o de definir unilateralmente desde uma lógica branca o modo como demandas de saúde mental, derivadas de uma sociedade racista, devem ser encaminhadas.

Ramon Grosfoguel (2007), partindo de contextos anglófonos, observa que o estudo do “Outro” como objeto e não como sujeito que produz conhecimento é um traço colonialista da produção acadêmica nas universidades ocidentais. Para o autor, oculta-se, sistematicamente, a geopolítica e corpo-política do conhecimento, destacando-se como um dos mecanismos, a atribuição do racismo ao âmbito individual, com menor expressividade de sua atualização institucional. Convida-nos a repensar os modos como nos constituímos como universidade em parte do Ocidente.

Franz Fanon (1968), em *Os Condenados da Terra*, pontua que o trabalho de descolonização sempre se tornará visível aonde vier a

ocorrer, pois introduz uma nova linguagem, uma nova humanidade. Linguagem e humanidade que numa distribuição racializada da fala são negadas ou estabelecidas sob a condição de que negros/as e indígenas evitem qualquer indicação verbal de que trazem vivências singulares.

Lorenço Cardoso (2011), no contexto das universidades brasileiras, constata que negros/as são sistematicamente objetos de estudo, o mesmo não se aplicando aos pesquisadores/as brancos/as. Empreende um trabalho de pesquisa que se volta a pesquisar como brancos/as pesquisam negros/as, mostrando que um dos modos de se subjetivar branco/a é justamente universalizar-se como sujeito de conhecimento: um branco/a que não se vê no espelho, ao modo das figuras vampirescas.

Em um dos trabalhos pioneiros sobre branquitude no Brasil, Guerreiro Ramos, na década de 1950, constatava que nas regiões Norte e Nordeste pessoas de pele clara negavam a identidade étnica, assumindo para si a nomeação de brancos/as. O autor entende que a espoliação colonialista não se valeu apenas da violência física, recorrendo ao que nomeia como “processos de domesticação psicológica” por meio dos quais a cor negra é atribuída como a cor das imperfeições e investida de significados pejorativos.

O legado cultural, subjetivo e político do povo indígena, negro e das camadas subalternizadas se traduz como força de insurgência contra processos de opressão continuados, se articulando como uma fonte de interlocução importante para a Psicologia desde que orientada por uma perspectiva antirracista e anticolonialista. Racismo e colonialismo são indissociáveis na constituição dos saberes psicológicos no Brasil. Desfazer os nós que os atam ao cotidiano das pesquisas e práticas em Psicologia requer um trabalho reflexivo, ético e político continuado.

Em algumas versões da história da Psicologia, a gênese das ideias psicológicas inicia no Brasil com os sermões jesuíticos e a pro-

blematização sobre alma acerca dos indígenas. Perguntavam-se os jesuítas se indígenas teriam alma, se seriam humanos e humanas. Numa reversão anticolonialista pode-se deslocar a genealogia das ideias psicológicas no Brasil em prol dos saberes sujeitados e afirmar uma gênese, difusa e não linear, das ideias psicológicas nos terreiros e nas aldeias, nas casas de taipa e alvenaria das periferias.

Corpos que rompem arquiteturas embranquecidas

Não raras vezes, a implantação de serviços psicológicos voltados à saúde negra e indígena é interpelada pela indagação de que incorreria em “furar a fila”, uma vez que qualquer pessoa, “inclusive negros, negras e indígenas” podem, em tese, acessar os espaços, majoritariamente embranquecidos, dos Serviços de Psicologia Aplicada, nos quais cruces cristãs são, facilmente, admitidas como adornos e quaisquer ícones africanos ou indígenas são banidos sob a acusação de particularização.

Uma das acusações dirigidas aos serviços voltados à população negra e indígena nas universidades brasileiras é de que tais serviços podem acarretar implicações judiciais aos Serviços de Psicologia Aplicada por “priorização de demanda”, uma vez que existem “listas de espera” cujos dados sequer apresentam a caracterização étnica ou racial das pessoas inscritas.

No caso do Serviço de Psicologia da UFRB a ficha de inscrição e triagem possui um campo para autodeclaração étnico-racial. No entanto, em supervisão clínica, observa-se que alguns alunos em treinamento com docentes e psicólogos não negros referem ser este um dado que sentem certo constrangimento em perguntar e outros acabam por preencher a ficha conforme suas próprias considerações sobre negro, pardo, preto, branco ou indígena. Esta é uma dimensão importante que precisa organizar-se através de um processo formativo específico no interior das práticas psicológicas dos serviços escolas

das universidades brasileiras. Formar gestores do serviço escola para que, sendo brancos, negros, indígenas, quilombolas e povos tradicionais, possam ter condições de agir coerentemente com as lutas das mulheres negras por cidadania e por saúde desde o pós-abolição e a partir de 1988.

Este é um ponto importante para os ajustes das ações afirmativas na UFRB. Porque os gestores dos serviços escolas de psicologia, em geral, pouco discutem ou são sensíveis às peculiaridades do racismo estrutural e institucional no que diz respeito a ausência e silêncio de uma linguagem psicológica que considere as produções subjetivas das formas de sociabilidades entre negro e não negros, entre indígenas e não indígenas, entre os projetos colonialistas da instituição Universidade brasileira e as configurações da realidade do Brasil majoritariamente negro e afro-ameríndio.

No contexto do Núcleo Indígena Preto de Práticas Psicológicas (NIP) da Universidade Federal de Mato Grosso, uma das estagiárias relata o incômodo do seu corpo negro nas arquiteturas racializadas brancas da formação em Psicologia e como a criação de um serviço voltado à população negra e indígena, composto por estagiários negros e indígenas, significou a possibilidade de não se anular no exercício da prática psicológica. Escreve sobre o tema a ex-estagiária do NIP:

Eu me lembro que uma das coisas que mais me marcou (foi a relação com meu corpo), eu tive muitos estudos, eu pude entender um pouquinho melhor, resignificar algumas coisas, eu pude me sentir livre com e enquanto meu corpo, sabe, eu senti que eu poderia levar o meu corpo para dentro de um setting terapêutico e que eu, também, ocuparia esse lugar de psicóloga, eu vejo que durante a graduação a gente vê uma castração de nossa subjetividade, e não uma castração de se colocar neutro, para que o outro fale, pra que o outro possa se sentir à vontade, mas de se colocar em um padrão que não necessariamente é justo à identidade negra, eu lembro que tinham muitas questões que anulavam muito nossa subjetividade, enquanto vestimenta, então eu pude me sentir e ver psicóloga, para além

do que os outros diziam, para além dessa psicologia que os outros traziam, e aí, que o NIP me potencializou muito nisso, sabe, de validar as contribuições que eu trazia, de validar meus estudos, de me orientar para que eu conseguisse intervir de uma maneira a potencializar aquele corpo negro também [...] principalmente, quando a gente chega no final da graduação, nós estamos cansados, né, estamos desgastados e amedrontados de não saber lidar com aquilo, eu vi o NIP como uma contramão sabe, um espaço que a gente sempre poderia se acolher, o NIP trazia muito isso, da gente estar em coletivo, de não precisarmos nos anular da maneira que a psicologia pedia que a gente se anulasse, até mesmo o nosso conhecimento, pra caber dentro de um setting, não, eu posso estar com minhas bijuterias dentro de um setting, e nem por isso eu vou ser menos profissional, nem por isso que o sujeito não vai se expressar, expressar aquilo que precisa ser expressado, pelo contrário, ele pode se identificar, e eu acho que essa singularidade do NIP sabe, a gente sendo quem nós somos, é exatamente ali que o outro vai se identificar, fazer com que aquele espaço, aquele espaço terapêutico também seja dele, que seja um espaço tranquilo, que ele saiba que também está entre irmãos (Depoimento de ex-estagiária NIP para atual estagiário do NIP).

Sobre o depoimento, escreve Douglas Góis, atualmente estagiário do NIP:

Thaís fala sobre a castração de nossa subjetividade, acho que ela e é assim que me sinto em relação a atuação enquanto um profissional de psicologia, e me lembro de quando a professora comentou sobre a aproximação que o cuidado tinha com o cotidiano, não haveria diferenciações nele, não era preciso abrir mão de toda uma subjetividade para caber nesse espaço terapêutico, porque o cuidado se fazia em nossas práticas cotidianas, era preciso fazer com que as nossas práticas se aproximassem mais do cotidiano, não abrir mão dele, é preciso se aproximar desse cotidiano, de minha experiência negra, de minha experiência periférica, de minha experiência enquanto um membro da comunidade LGBTQIA+, não abrir mão dessa experiência, é saber que essas experiências fazem quem eu sou, formulam a psicologia que eu idealizo, da minha atuação futura enquanto profissional (Depoimento de atual estagiário para Livro no prelo).

Uma psicóloga, atualmente egressa do curso de Psicologia, conta o seguinte sobre o NIP:

Sonhar com este núcleo inicialmente veio a partir da autopercepção de sofrimento psíquico a partir do racismo estrutural e da percepção de que não é falado sobre, nem durante a formação e nem nos campos de estágio, que o racismo produz sofrimento psíquico, dentro de toda a trama de genocídio, encarceramento, uso abusivo de álcool e drogas, pobreza etc. Na tentativa de dar “nome aos bois”, buscamos construir esse núcleo de dentro, ou seja, que os estagiários pertencessem a essas comunidades marginalizadas, bem como os referenciais utilizados pelo Núcleo fossem majoritariamente escrito também por essas pessoas e sobre essas pessoas (Depoimento de ex-estagiária do NIP para a Profa. Dolores Galindo).

Permanecem em nossas práticas docentes as molhadas lembranças de que os conhecimentos científicos iniciam em África, como nos contou Cheikh Anta Diop, como cantavam as mulheres nos porões dos navios ao marcarem os dias e as noites conforme narrado por Marques (2021). Nesse sentido, as práticas, em diálogo com os saberes africanos e indígenas, que conduzimos nos serviços de Psicologia, nada mais são do que continuidades subterrâneas ou áreas de uma memória ancestral: um canto das yabás em nós.

Subjetivação, racismos e um “mundo por vir”?

O mito da democracia racial, sucedâneo do mito do paraíso racial, constitui um obstáculo cotidiano para a implementação de práticas antirracistas em serviços existentes e para a criação de linhas de trabalho específicas para a população negra e indígena. O racismo se configura como violência de Estado e violência política, os atingidos e atingidas não tiveram o marcador raça/etnia devidamente reconhecido na singularização das experiências vividas. Para Mbembe (2018), o racismo pode ser entendido como uma das formas de operar do Bio-

poder, poder sobre a vida, que regula “a distribuição da morte e torna possíveis as funções assassinas do Estado” (MBEMBE, 2018b, p.18).

Ao pensar sobre a constituição da subjetivação negra, Achille Mbembe (2018a) identifica uma ordem de silêncio sobre aquele ou aquela a quem é assinalada a palavra negro/a. Tal ordem de silenciamento nunca foi atendida nem com o uso das máscaras de silenciamento, feitas de ferro, carregadas sobre o corpo sob o sol das plantações. A ordem de silenciamento a respeito do sofrimento derivado do racismo nunca foi atendida pelas mulheres negras que reivindicam serviços na área de saúde sensíveis às demandas específicas.

Mbembe (2018b, p. 315) aposta no que nomeia um “mundo por vir”, livre do “fardo do racismo e do desejo de vingança que todo e qualquer racismo suscita”. Apoiando-se nas contribuições de Franz Fanon, Mbembe nos lembra que a “recusa violenta de uma violência imposta, constitui um momento fundamental de ressimbolização” (MBEMBE, 2018b, p. 288). A literatura e as experiências sociais são um plano de existência e de interlocução para repensar o embranquecimento da Psicologia.

Eliane Potiguara, escritora indígena em discurso proferido na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, depois de recordar a participação indígena no processo de elaboração da Constituinte em 1988, afirma que os povos indígenas se sentiam esperançosos com o texto constitucional. Não acreditavam “naquele momento que os interesses anti-indígenas, cada vez mais se fortaleceriam contra nossos direitos [direitos indígenas] e que hoje o substitutivo do Estatuto do Índio estaria engavetado no Senado Federal”.

Jota Mombaça (2017), num contundente texto intitulado *O Mundo é meu trauma*, pontua que a dívida racista é impagável e que nada “acerta a conta desta dívida”. Narra ser atendido por um terapeuta, que é uma bicha e que é negra. Buscou este terapeuta depois de muitos espelhos estilhaçados da branquitude nos quais não se via aco-

lhida. A bicha preta, adotando a expressão de Mombaça, que é sua terapeuta disse algo que foi importante para o processo psicoterápico: “Você é maior que seu trauma”, ainda que para Mombaça (2017), assim como para maior parte do povo negro, “o mundo” é o “trauma”. Entenda-se por mundo, o mundo embraquecido e refutador da diferença. O processo de sofrimento, decorrente dos racismos, entrelaça o corpo, o território e o estatuto político da fala (ou sua ausência).

Estabelecer vínculos afirmativos com o próprio corpo, com o território e com o estatuto político de sujeito de fala é condição para a promoção da saúde mental. A universidade e seus equipamentos são territórios criados para as elites brasileiras, sendo necessário dar continuidade ao projeto afirmativo de acesso e permanência e formação de psicólogos/as negros/as, indígenas e subalternizados/as, pois são estes aqueles e aquelas que atuarão por transformações na máquina genocida de subjetivação racista que produz, à revelia, um Outro definido a partir da branquitude.

Os clamores dos quilombos, tambores africanos e afirmação da identidade negra no Brasil, determinam os rumos do Império brasileiro na decisão de promover um tratado de paz diante das lutas e exigências do povo negro aos regentes do império brasileiro. Isabel, a princesa regente, não tem como deixar de atender as exigências que lhe batiam à porta, na iminência de a derrubarem. As ações ininterruptas vêm de movimentos protagonistas negros, que se proclamam em diferentes regiões do país, revoltas quilombolas irmanadas na mística da República de Palmares (OLIVEIRA, 2019).

Se Palmares parecia vencido, a revolução dos quilombos no mundo continental brasileiro ainda se fazia presente e ameaçadora desde sempre. Isabel fez o que lhe cabia para manter a si e a seu pai por algum tempo na regência do império: assinou a Lei Áurea. O golpe militar viria na sequência, em 1889, com o militar marechal Deodoro da Fonseca.

Estas lutas e conquistas precisam ser interpretadas e compor a história da ciência psicológica no Brasil. Pois nada se construiu sem a presença do corpo físico e psíquico do negro e do indígena. E na Bahia, no Recôncavo, a festa do caboclo no 2 de julho representa esta constante memória que reaviva o sonho, a esperança e reacende a capacidade de manter a luta diante das necessidades que a vida emerge em termos de saúde mental e saúde física.

As ressonâncias das ações afirmativas no contexto nacional da psicologia se fazem de diferentes modos. E variadas são as estéticas do protagonismo negro indígena no campo formativo da psicologia no Brasil. Ecoemos as palavras de Mbembe (2018c, p. 19), reafirmando que a luta e a tarefa à qual nos propomos visam à justiça social, pois “o racismo destrói tanto quem o pratica quanto quem sofre. Sendo o sujeito racista um sujeito falho, o retorno a uma relação de reciprocidade é uma condição para a saída do ‘estado racial’”.

A existência da UFRB, em sua composição étnico-racial majoritariamente negra é, em certa medida, o mundo por vir dos serviços de psicologia aplicada no país. Ainda que saibamos, não ser o suficiente.

Epistemologias afropindorâmicas: a psicologia da UFF

A Universidade Federal Fluminense, situada no município de Niterói – RJ, é atualmente a universidade federal com maior número de estudantes. Segundo dados do seu Sistema de Transparência, a UFF possui 63.876 alunas/os matriculadas/os na graduação. Estamos tratando de uma universidade que se apresenta como inclusiva, pois anuncia o aumento do número de vagas como ação para a inclusão. De certo, o aumento do acesso da população brasileira ao ensino superior público é indicativo de conquista dos movimentos sociais. No entanto, entendemos que o acesso à Universidade precisa ser fundamentado pelas ações afirmativas, tomando-as como reparação pela escravização e genocídio dos povos pretos e indígenas nesse país com

base em discriminações de raça, cor; fora isso, não há como associar educação e democracia neste país, não há como falar em inclusão.

Então, quando acessamos o quesito raça-cor para entendermos o perfil das/os estudantes da UFF, encontramos os seguintes dados: 19.225 são pessoas brancas (30,1%), 11.953 são pardas (18,71%), 5.156 são negras (8,07%), 308 amarelas (0,48%), 71 indígenas (0,11%) e 66 pretas (0,1%). Um total de 24.464 pessoas não se autodeclararam (38,3%) e 2.629 (4,12%) não informaram. Olhando especificamente para estes dados, é preciso considerar que a UFF foi uma das últimas universidades públicas a aderir à política de cotas na graduação e que ainda não tem um programa institucionalizado dessa política para a pós-graduação. Isso nos diz muito sobre a realidade desta instituição, não muito diferente da de outras universidades, e que representa bem a ideia que constitui o projeto de racialização do país.

Dois questões foram engendradas nas décadas que antecederam a abolição e a forma como o país foi produzindo as respostas para elas, para afirmar uma política de estado, dão o sentido da racialização que constitui a nossa vida social (AZEVEDO, 2000), com um discurso do consenso em torno do branco. As duas questões, tais como eram formuladas à época – *como tornar o negro livre e o que fazer com o negro livre após a ruptura senhor-escravo*, foram sendo “respondidas” pelas preocupações reformistas que procuravam a passagem do processo de escravização para o mundo do trabalho livre. Estas preocupações reformistas são de uma sociedade que, já ali, naqueles tempos, ansiava em ser branca. Sobre tal contexto, Azevedo (2000, p. 22) constata que “os livros publicados neste período deixam entrever a ansiedade dos “homens bons” em regularizar gradualmente as relações sociais entre brancos e negros [...]”. Soluções, entre projetos reformistas e emancipacionistas, que tinham como único objetivo instituir uma nacionalidade harmoniosa, progressiva, unida com ideias ora sobre a natureza bárbara dos povos pretos, ora sobre o reconhecimento dos quilombos

como modelos de organização e do bom manejo da terra. As ideias de povo bárbaro traziam propostas tais como “devolução dos negros à África [...], angústia com a segurança da raça branca e possibilidade de se construir uma nação hegemônica” (AZEVEDO, 2000, p. 35), o que nos mostra o caminho para o entendimento do povo preto como perigoso e como alvo de política de extermínio. Já as ideias em torno de povo organizado e bom no trato com a terra produziram a proposta de “incorporação do negro ao mundo branco”, com perspectivas de expropriação dos seus saberes e de assimilação ao estilo de vida dos brancos; o que nos indica o apagamento da cultura dos povos pretos.

Tem sido assim, associando genocídio e epistemicídio, que o país vem fundamentando, desde décadas anteriores a abolição, um modelo de racialização sistematizada, o qual os movimentos negros vêm há décadas denunciando como o *mito da democracia racial*. Gilberto Freyre sistematiza em sua obra o que funda este país como nação: a busca, que se dá desde as décadas que antecedem a abolição, por um sistema harmônico entre senhores e pessoas escravizadas, com uma aposta “morenista de Brasil”, do ponto de vista da casa-grande, do olhar do branco, promovendo a sublimação, da violência contra povos negros, na formação da vida social brasileira.

A mestiçagem, “resultado da violentação das mulheres negras, como salienta Lélia Gonzalez, por parte da minoria branca dominante (senhores de engenho, traficantes de escravos)” (GONZALEZ, 2018a, p. 35) deu origem ao mito da democracia racial, aperfeiçoado por Gilberto Freyre, nos anos 1930. Esta estratégia de sujeição que é a mestiçagem faz com que inúmeros intelectuais se recusem a ver o sentido histórico-social do que acontece nas favelas e periferias das grandes e pequenas cidades no Brasil inteiro, escancarado agora na pandemia da Covid-19. Como seria possível à intelectualidade, que se vê branca, abandonar o sintoma que protege a memória de um Brasil das brincadeiras de criança e da sedução das mulatas? (SANTOS; OLIVEIRA, 2020).

Voltando à Universidade Federal Fluminense, começamos a entender o alto número de não autodeclarados e de não informantes da raça-cor. No Brasil, o mito da democracia racial nos traz essa ideia, mesmo, ou melhor, sobretudo, entre a intelectualidade (ROMERO, 2010), de que entre a mestiçagem fenotípica e a mestiçagem mental é preciso não reconhecer os povos pretos, os povos indígenas; assim, para que serve o quesito raça-cor, a não ser para dividir o país?! Pergunta que ouvimos incessantemente nos espaços acadêmicos e com fortes consequências, haja vista os dados do quesito-raça que indicamos acima. Todavia, o post divulgado recentemente pelo pró-reitor de extensão da UFF em uma rede social declara: “cotas raciais é racismo”.

Diante disto, precisamos lidar com o fato de que o aumento do acesso ao ensino superior não significa que a reparação está dada, porque é preciso identificar quem está chegando aos bancos das universidades e, também, porque é fundamental reconhecer o protagonismo dos povos pretos e indígenas com suas epistemologias que aqui nomeamos de epistemologias afropindorâmicas (SANTOS, 2020).

Voltando às duas questões que constituem a racialização neste país: como tornar o negro livre e o que fazer com o negro livre após a ruptura senhor-escravo, também foram enfrentadas e respondidas pelos movimentos negros e indígenas (movimento no sentido lato, amplo, do protesto negro). É preciso lembrar e aprender com os quilombos – a República de Palmares, com a Revolta dos Malês. É preciso fazer adentrar na universidade os povos pretos e indígenas não para serem embranquecidos, mas para interpelarem com suas epistemologias.

A discussão que fizemos procurou indicar as bases nas quais estão assentadas o bloqueio cognitivo e epistemológico, que acomete o pensamento brasileiro e se instalou na universidade, podendo ser tomadas como trilhas para estudos. A europeização da ontologia (subjetivação) e da cultura (epistemológica) deixou o Brasil em delicada situação para pensar, considerar e conduzir o seu próprio destino e o

dos povos que o habitam. Tornou-se um pensamento sem terra, tal é a sua subordinação a valores e saberes alheios, que desconsidera o candomblé de angola, keto, o batuque, o xangô, o omolocô, a jurema, o xamanismo, a umbanda, o calundu, as experimentações da República de Palmares e suas inovações como sistema de convivência, da Comuna de Canudos, de inúmeras revoltas e insurreições, dos saberes dos povos periféricos; desconsidera as formas múltiplas de cura, de saúde, para os quais o centro de saber não é necessariamente a universidade, todavia, pode ser a roça e a mata o centro de produção de alimento, de saber, de fortalecimento do ser, para povos indígenas e negros (SANTOS; OLIVEIRA, 2021).

Fazemos um recorte aqui para, com o sentido de protesto dos povos negros e dos povos indígenas, discutirmos a política de ação afirmativa no curso de Psicologia da UFF em aproximação com a política de ação afirmativa vivenciada no curso de psicologia da UFF com os movimentos da UFRB. Impactos e ressonâncias que vêm se dando na construção da ciência psicológica tomada por epistemologias afropindorâmicas. A criação da UFRB é um marco, como já dissemos, da diáspora negra no mundo e de seu protagonismo nas fundamentais transformações sociais, políticas e econômicas que podem se dar pelas universidades brasileiras. O curso de Psicologia da UFF, com os grupos de pesquisa KITEMBO, coordenado por Abrahão Santos, e LALIDH-oralidades, coordenado por Luiza Oliveira, vem sendo parceiro da UFRB, especialmente pela associação com o Núcleo de Estudos e Pesquisa em Psicanálise, Identidade, Negritude e Sociedade, coordenado por Regina Marques, na afirmação das epistemologias afropindorâmicas. Uma das transformações que podemos citar é a mudança curricular do programa de pós-graduação em psicologia na Universidade Federal Fluminense (PPG Psicologia) que se dá com as interpelações da chegada de cotistas ao programa em 2017 e com os estudos afinados entre os grupos de pesquisa citados. Inicialmente o objetivo era

atender às recomendações da área de psicologia na CAPES, que há muito vinha nos sinalizando para a desatualização das bibliografias das disciplinas do PPG Psicologia UFF. No entanto, a esse objetivo se somou outra finalidade, que foi atender às transformações pelas quais o programa vem passando desde a chegada de estudantes cotistas com a implementação da política de ação afirmativa do programa em 2017. A política de ação afirmativa vem incluindo estudantes com novos perfis e interesses de pesquisa, ou melhor, estudantes que interrogam pelas epistemologias afropindorâmicas. Além disso, novos docentes foram credenciados e, também, trouxeram ao programa novos perfis e objetos de estudo, em consonância com os novos pleitos sociais feitos ao campo da psicologia, tais como: estudos sobre a subjetividade afro-indígena. Foram, então, feitas mudanças estruturantes no currículo dos cursos de mestrado e de doutorado do PPG Psicologia UFF a fim de trazer as epistemologias afropindorâmicas. Isto não se deu e nem vem se dando sem abalos. A racialização tem chegado às universidades como “[...] placas tectônicas em movimento, provocando abalos, alterando as condições de pensamento de tudo que está ao redor e fazendo aparecer os efeitos das falhas (ausências e presenças) [...]” (SANTOS; OLIVEIRA, 2021, p. 5).

Este capítulo é um relato inicial de como nós, três intelectuais negras e não brancas, estamos vivendo esses abalos, sabendo que sobre nós recaem práticas que insistem em nomear corpos-subjetividades, tais como, mulher hiperssexualizada, mãe preta, mulher forte; tratando-se da reatualização das violências coloniais. Contra esta tentativa de assujeitamento, temos criado pautas e agendas nos espaços universitários, a partir da nossa autodefinição, evocando sempre práticas e experiências que encontram os povos pretos e afropindorâmicos.

As políticas de ações afirmativas da UFRB favorecem as ressonâncias sobre a visibilidade e o trabalho produzido por nossos corpos pretos, pardos e não brancos na consolidação de uma psicologia afro-diaspórica e afro-ameríndia ou afropindorâmica.

As linguagens que ecoam da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia fortalecem nossas ações no Sudeste e no Rio de Janeiro.

O território negro baiano, a partir das notícias e visibilidade do Recôncavo da Bahia, nos permite avançar nas considerações que temos elaborado no Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense.

Buscamos estreitar laços com o NEPPINS/UFRB, na psicologia, através de nossa participação no II Congresso Internacional Saúde Mental da População Negra e Educação Superior (2019), bem como no III Congresso Internacional Psicologia e Saúde Mental. Professores do programa de pós-graduação em psicologia, do Mestrado e Doutorado, e alunas mestrandas e doutorandas em psicologia na UFF estiveram presentes nos eventos. Foi emblemático observar a força e qualidade do pensamento de alunos da graduação atentos às trocas epistêmicas dos conhecimentos sobre África e Diáspora no contexto da formação em psicologia.

Estes ares e notícias da Bahia e principalmente do Recôncavo são importantes para o contexto de luta e resistência do alunato negro e não branco no ambiente da pós-graduação da psicologia na UFF e nas universidades brasileiras. Pois a presença negra na universidade favorece a construção de epistemologias novas, libertárias e emancipatórias. Capazes de contribuir com novos modos de pensar o humano. E neste contexto do Brasil, a UFRB tem sido uma fonte de inspiração fundamental para nossas ações, reflexões e resistência negra nos caminhos das águas da Universidade Federal Fluminense no contexto do Rio de Janeiro.

Considerações finais

As construções que se organizaram neste capítulo entrecruzam pontes e saltos que possibilitam novos rumos e direções elevadas para

a condição da formação de psicólogos para o Brasil e para o contexto da contemporaneidade.

Linguagens outras são necessárias para o desenvolvimento tecno científico da psicologia. Novos atores sociais – as caras pretas na Universidade Brasileira – promovem sons de batuques diferentes. Canções que ecoam desde o passado nos navios que atravessam a Kalunga grande até o aportar nas cidades brasileiras e primeiramente no território da Bahia.

Essas vozes, linguagens e canções que aportam nas salas de aulas, corredores e campus universitários das federais brasileiras ecoam as insurgências necessárias para a transformação epistemológica dos sentidos das populações humanas.

No campo afetivo, buscar epistemologias e linguagens portadoras de sentidos para a vida e realidades destes sujeitos negros, indígenas, quilombolas, povos tradicionais não brancos, é obrigação da ciência psicológica, a qual necessita adequar-se à realidade impositiva e às exigências que estes corpos negros emanam desde sempre.

Fronteiras que atravessam os tempos, trajetórias que se inscrevem desde sempre no contexto do Brasil e do mundo.

A diáspora negra, o africano e seus descendentes diretos não cessam de fazer os movimentos de transformação dos tempos.

Se a África é o berço da Humanidade, ou a Mãe África, como muitos já referiram ou ainda referem, é o chão, a Terra e o alicerce – pedra/fundamento – do nascimento da vida humana, no Brasil, a pequena África – fora da África – é a Bahia, a casa inaugural dos brasileiros que criaram e reinventaram uma outra língua para a sua comunicação em território estrangeiro que se tornou casa.

As ações afirmativas na UFRB têm sido palco de lutas antigas da população negra, indígena e quilombola, que conseguem, a despeito da descrença de quase todos, romper barreiras que os mortais jamais seriam capazes de romper com facilidade.

As ações afirmativas na UFRB ecoam longe. Neste capítulo observamos que as linguagens e canções que ecoam do Recôncavo da Bahia são dialógicas com realidades indígenas e não brancas de outros contextos universitários do Brasil e do mundo no campo psicológico.

As potências que emanam destas trocas intersubjetivas e cosmovisões de mundo a partir dos corpos danças, corpos passagens e corpos linguagens pretos, pardos, negros indígenas, traduzem ações efetivas para a realidade da vida objetiva das pessoas.

Não se trata aqui de exclusivismos diretivos. As ações afirmativas são realidade importante no contexto do Brasil e do mundo. É importante o trabalho que a UFRB desenvolve através de seus professores, docentes dedicados em escutar estas vozes brasileiras negras indígenas, quilombolas, produzindo sentidos e subjetividades clínicas que alteram as compreensões da vida de todos os seres que são tocados pela alteridade da existência e beleza da biodiversidade humana, que é também política, social e econômica.

Além disso, é também emocional, afetiva, psicológica, porque o sofrimento psíquico do racismo é alarmante no contexto da universidade brasileira. Seja no ataque aos corpos negros e não brancos dos alunos, bem como nas injúrias, calúnias, boicotes, silêncios e negação de diálogo com os corpos de professoras mulheres, negras, yabás não brancas nos contextos hegemônicos, como é no Brasil a psicologia e as suas formações curriculares em geral.

O epistemicídio e a necropolítica se mantêm firmes e atuantes diante do alunato negro nos contextos apresentados neste capítulo. E o mesmo é extensível para os corpos não brancos, amalgamados, para os cabelos inchados e não ordenados das professoras – mulheres negras, professoras, cientistas e pensadoras.

O epistemicídio e a necropolítica emergem insanos como sempre estiveram. Mas as ações afirmativas na UFRB possibilitam conter e driblar os ataques constantes sofridos pelo povo preto, negro indígena no Brasil e no mundo.

O epistemicídio e a necropolítica emergem insanos. Mas a força da resistência e da transformação é a mesma força do fundamento – a pedra, a África – que geograficamente (cartograficamente) está no centro do globo do mundo. Seria esta genealogia da crosta terrestre apenas uma simples coincidência? Não nos parece.

Os avanços das ações afirmativas na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia iluminam as realidades centrais – eixo principal – dos contextos brasileiros e do exterior.

Ao mesmo tempo o caminho – caminhar – é constante, porque nossos passos – negros passos – nunca cessaram de percorrer léguas de distância. E continuamos a correr o mundo. Por isso as ações afirmativas nas universidades brasileiras são um mal-estar constante para as classes hegemônicas e eurocêntricas da psicologia e para o elitismo prosaico que se inscreve no cotidiano epistêmico que prefere o congelamento da vida e o normativismo dos corpos. Porém, negros corpos, nossos corpos, dançam, escapam, fogem à lógica métrica da racionalidade positivista dos espaços criados pelos cientistas métricos homens e brancos.

Yabás estão altivas. Em meio à tempestade, no cajado bastão de Nanã – Zumbá – ela abre o mar vermelho. Sim, podemos pensar, não era Moisés que conduzia os sedentos por liberdade para a terra prometida. Era Nanã – Zumbá, a mãe ancestral – que com seu cajado abre a terra para receber de volta os corpos feitos com o barro e a lama que esculpiram a vida de todos. A dona do pó abre o mar com o seu cajado. E todos os que ela escolhe são salvos.

As Yabás, mulheres negras da Bahia, trazem a tradição de Zumbá Angola, de Nanã Keto, das Rainhas Negras que conduziram as diversas, diferentes e elevadas civilizações africanas.

Na ciência psicológica, as epistemologias negras contam também com os corpos e aportes das não mulheres. Mas, ao que parece, de Juliano Moreira, Virgínia Leone Bicudo, Beatriz Nascimento, Lélia

Gonzalez, Neusa Santos Souza a Isildinha Baptista Nogueira, as Yabás negras mulheres nas academias científicas da Psicologia – grandes deusas mães do conhecimento e da sensibilidade afetiva emocional – têm sido prevalentes no campo discursivo, das lutas, ações e enfrentamentos da diáspora negra no mundo.

Se pensamos Yabás plurais, ao invés de Moisés, monoteístas, há aqueles – inclusive a maioria – que naturalizam a violência a nossos corpos com epistemicídios e necropolíticas. Para eles são apenas “mimimis e picuinhas”.

Mas, as iguais ações de extermínio reverberam e ecoam outros cantos novos e inusitados gestos. As ações afirmativas na UFRB são espelhos de Oxum – Dandalunda – para o mundo. Refletem o amor ou a dor que cada um sabe plantar ou irmanar. No caso das Yabás negras da Bahia e do Recôncavo, a lição do nordeste é certa em ressonância, inspiração – respirar ação, transformar ação – e poéticas. Éticas da vida. Sensibilidades, vozes e cantos da diáspora que ecoam longe, para além dos tempos. O mar sublime batendo nas rochas gigantes-cas. No firmamento que impera, mas um dia a barreira rompe. A vida, em amor, cede.

Na Universidade da vida a ciência negra africana tem a frente Mãe Ciata, Mãe Menininha do Gantois, Mãe Estela de Oxossi, Aqualtume, Tereza de Bengela, Maria Felipa, Luiza Mahin, entre tantas, são elas que pioneiramente zelaram pela segurança da cabeça, saúde mental e psíquica, de suas filhas e filhos, netos e bisnetos, que hoje são estudantes negros, indígenas e quilombolas que adentram os espaços brancos da Universidade brasileira. Espaços que Mães, Yabás, com seus cajados – Zumbás e Nanãs – abriram com elegância e sabedoria. Abriram o mar vermelho, banhado em sangue, para um mar de vida e possibilidades. Para nunca mais deixar de lembrar a força das águas onde a diáspora negra africana, cabocla negra indígena se banha.

Águas do Recôncavo, Terra de Todos os Santos, Águas da Bahia.
Espiem:
Fogo!...Queimaram Palmares, nasceu Canudos.
Fogo!...Queimaram Canudos, Nasceu Caldeirões.
Fogo!...Queimaram Caldeirões, Nasceu Pau de Colher.
Fogo!... Queimaram Pau de Colher... E Nasceram, e nasceram
tantas outras comunidades que os vão cansar se continuarem quei-
mando.

Porque mesmo que queimam a escrita,
Não queimarão a oralidade. Mesmo que queimem os símbolos,
Não queimarão os significados.
Mesmo queimando nosso povo,
Não queimarão a ancestralidade (NEGO BISPO, 2020).

Referências

- AZEVEDO, C. **Onda negra, medo branco**: o negro no imaginário das elites – século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- CARDOSO, L. **O branco-objeto**: o movimento negro situando a branquitude. Instrumento: R. Est. Pesq. Educ. Juiz de Fora, v. 13, n. 1, jan./jun. Conselho Federal de Psicologia – CFP. Relações Raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogas/os. Brasília: CFP, 2011.
- DANOWSKI, D; VIVEIROS DE CASTRO, E. **Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins**. Florianópolis, Desterro, Cultura e Barbárie e Instituto Socioambiental, 2014.
- FANON, F. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- GONZALES, L. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- GROSFOQUEL, R. Dilemas dos estudos étnicos norte-americanos: multiculturalismo identitário, colonização disciplinar e epistemologias descoloniais. **Ciência e Cultura**, 59(2), 32-35, 2007.

JESUS, C. M. de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. 9. ed. São Paulo: Ática, 2007.

KILOMBA, G. **A máscara**. PISEAGRAMA: Belo Horizonte, n 11, p. 26-31, tradução por Jéssica Oliveira, 2017.

MBEMBE, A. **Crítica da Razão Negra**. São Paulo: Editora N-1, 2018a.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: Editora N-1, 2018b.

MBEMBE, A. **O fardo da raça**. São Paulo: Editora N-1, 2018c.

MOMBAÇA, J. **O mundo é meu trauma**. PISEAGRAMA, Belo Horizonte, n 11, p. 20-25, 2017.

NASCIMENTO, A. Teatro experimental do negro: trajetória e reflexões. **Estudos Avançados**, 18(50), 209-224, 2004.

NASCIMENTO, E. L. (Org.). **Afrocentricidade**. Uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Ed. Selo Negro, 2009.

POTIGUARA, E. Participação dos povos indígenas na Conferência em Durban. **Revista Estudos Feministas**, 10(1), p. 219-228, 2002.

Universidade em cidades negras: ações afirmativas na medicina

Reinaldo José de Oliveira

Introdução

Em 2001, o Brasil assumiu, na Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, o compromisso de elaboração e execução de políticas de combate ao racismo e a toda a sorte de discriminações (SILVÉRIO, 2005).

Passados vinte anos, as políticas de ações afirmativas implementadas na sociedade brasileira estão em delineamento e apontam importantes sucessos: a política de cotas para estudantes oriundos de escolas públicas, indígenas e negros tendo em vista viabilizar a entrada e a permanência nas universidades públicas (federais e estaduais); a lei 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira na educação básica; a lei 11.645/2008, que versa sobre a história e cultura africana, afro-brasileira e indígena na educação básica (pública e particular); e, a lei 12.888/2010, que cria o Estatuto da Igualdade Racial. Tais avanços indicam que, em geral, as políticas públicas são contextualizadas com foco nas desigualdades étnico-raciais, em especial, das populações negras e indígenas.

Abordaremos neste capítulo a questão histórica e contemporânea, os avanços, retrocessos e desafios. Precisamente, queremos iluminar o cruzamento das políticas de ações afirmativas, a UFRB e as cidades negras do Recôncavo da Bahia.

A prática da política antinegro foi a regra ao longo do século XX, foi apenas nas últimas décadas, com a aprovação da Constituinte de 1988, que os movimentos sociais negros foram inscrevendo importan-

tes lutas, desde a denúncia do mito da democracia racial até a conquista das políticas de ações afirmativas.

No decorrer dos últimos vinte anos, os movimentos sociais negros apresentaram importantes avanços no combate ao racismo e nas práticas de enfrentamento ao preconceito e a discriminação.

Do ponto de vista teórico-metodológico, no âmbito das universidades públicas, as experiências com as políticas de ações afirmativas, em particular, a política de cotas, vêm proporcionando a construção da diversidade no quadro das universidades e da produção de ciência e tecnologia, em especial, de bases epistemológicas orientadas para a promoção da igualdade e da diversidade étnico-racial no Brasil.

Na esfera das universidades públicas (federais e estaduais), o início das políticas de ação afirmativa, com a aprovação da lei de cotas, proporcionou o enfrentamento do racismo, que alcançou visibilidade e debate político quanto às oportunidades na sociedade brasileira, sobretudo, para a população negra (SILVÉRIO, 2005).

Nas páginas a seguir, será dada atenção ao quadro histórico, contemporâneo e epistemológico sobre as políticas de ação afirmativa, a UFRB e as cidades negras, sobretudo, na perspectiva das transformações socioeconômicas e políticas protagonizadas pelos movimentos sociais negros no chão do território do Recôncavo da Bahia.

As políticas de ações afirmativas

Conforme datamos anteriormente, as políticas de ações afirmativas, direta e indiretamente, são frutos da Conferência de Durban, ocorrida em 2001 na África do Sul. Posteriormente, as políticas estão atreladas a uma série de ações e reflexões dos movimentos sociais negros, realizada desde 1978, na atuação direta em prol da promulgação da Constituição Federal de 1988, e nas últimas décadas do século XX.

O início está relacionado a um amplo debate dos movimentos sociais negros com a sociedade brasileira: de um lado, estão as

entidades negras, sindicatos e organizações de jovens, estudantes e professores negros e brancos, favoráveis ao debate e implementação da política de ação afirmativa nas universidades públicas, particularmente a defesa das cotas raciais nos bancos das instituições de ensino superior, médio e tecnológico, e, de outro lado, a imprensa (escrita, televisiva e midiática), as instituições privadas de ensino superior, os representantes do capital financeiro, em geral, contrários a formalização da política afirmativa que oportuniza a entrada e a permanência de estudantes negros, indígenas e de escolas públicas.

Na sociedade brasileira, a questão de classe social e raça sempre foi um assunto não resolvido quando a política brasileira trata do tema desigualdades. Florestan Fernandes (1978), Antonio Sérgio Alfredo Guimarães (2002) e Carlos Hasenbalg (2005), em seus trabalhos, analisaram que as desigualdades estão estruturadas a partir do tripé classe social, gênero e raça. Além do quadro histórico, temos que perceber novas categorias sociais que denotam a expansão das desigualdades e dos marcadores de discriminação e racismo, como a questão do território e as identidades.

Nos últimos vinte anos, pós-Durban, as políticas públicas de recorte étnico-racial foram votadas, aprovadas e em vias de desenvolvimento nos planos nacional, estaduais e municipais. Não temos um balanço objetivo a respeito da eliminação do racismo e das desigualdades, mas o cenário é o de que, mesmo que a contemporaneidade política, socioeconômica e cultural não seja favorável, a política anti-negro vem sendo combatida.

O antirracismo, a partir da implementação de políticas públicas, gradativamente, tem crescido em diferentes posições, lugares e espaços de poder. Da política de cotas ao Estatuto da Igualdade Racial, as universidades públicas passam a vivenciar desafios históricos e atuais diante do cenário das desigualdades, do racismo e da educação pensando o horizonte de direitos à igualdade e às diferenças.

Diante do avanço de vinte anos da política de ação afirmativa, é importante destacar o que ela representa e o seu significado. Flávia Piovesan, Joaquim Barbosa e Valter Roberto Silvério (2005), são alguns dos expoentes que fizeram o debate favorável às políticas do antirracismo na sociedade brasileira. Para os autores, é imprescindível o desenvolvimento da democracia em sintonia com as lutas em torno das desigualdades étnico-raciais, sobretudo da população negra. Deste modo.

Em uma definição formal as ações afirmativas referem-se a esforços orientados e voluntários empreendidos pelo governo federal, estados, pelos poderes locais, empregadores privados e escolas para combater discriminações e promover oportunidades iguais na educação e no mercado de trabalho para todos. A meta da ação afirmativa é eliminar discriminações contra mulheres e minorias étnicas combatendo os efeitos das discriminações passadas com vistas à (re)estabelecer o equilíbrio social (SILVERIO, 2005, p. 24).

A natureza das desigualdades de classe social, gênero e etnia/raça, em especial, das desigualdades étnico-raciais, está ligada ao contexto histórico e contemporâneo que dão forma e estrutura a hierarquia das desigualdades entre brancos e negros. Inicialmente, a herança do passado de 388 anos do escravismo inviabilizou as oportunidades; posteriormente, isenta as gerações presentes de responsabilidade pela desigualdade atual e oferece uma desculpa fácil para a permanência das desigualdades; a pobreza negra está concentrada na falta de oportunidade, o preconceito e a discriminação que culminaram na segregação da população negra; as desigualdades e a discriminação de classe social, em geral, a população negra é pobre e a pobreza é negra; o ciclo cumulativo de desvantagens dos negros, em cada estágio da competição social, como a educação e o mercado de trabalho, os efeitos das desigualdades históricas e atuais têm grande impacto no cotidiano e nas possibilidades de ascensão; o fator racial no Brasil é uma categoria social de motivação das desigualdades, diferente dos Estados Unidos e da África do Sul, mas está presente, é a

raiz do mito da democracia racial; nos territórios urbano e rural, especialmente no urbano, as oportunidades são limitadas e muito aquém em relação aos trabalhadores brancos em todas as classes sociais; a diferença de gênero afeta as mulheres negras, perfazendo o tripé classe social, etnia/raça e gênero, uma estrutura de difícil realização para as mulheres negras no mercado de trabalho e no rendimento; adotou-se a política antinegro, por intermédio das estatísticas dos principais órgãos de estudos e pesquisas, constatou-se as desvantagens entre brancos e negros nas políticas de educação, saneamento, moradia, renda e rendimento, saúde e oportunidades no ensino superior, mas a política universal foi mantida e nenhum avanço à frente foi empreendido pensando as políticas com foco nas desigualdades históricas da população negra (GUIMARÃES, 2002).

A invisibilidade de corpos e mentes negras, indígenas e das classes de menor rendimento na academia foi naturalizada, a partir das referências acima destacadas, particularmente os elementos que constituem a pobreza negra.

No estado da Bahia e na região compreendida como Recôncavo, a maioria da população é negra. Esse território destaca-se por apresentar estatísticas da sobre-representação negra na unidade federativa e nos municípios.

Até o final dos anos de 1990, a sobre-representação negra não se destacava nos espaços públicos e privados de poder socioeconômico e político. Não se destacava porque a segregação de base étnico-racial manteve a maioria negra nos espaços de pobreza. Nos espaços das universidades públicas, essa segregação manteve os estudantes negros afastados das oportunidades de mobilidade socioeconômica por meio da educação, em especial, com relação aos cursos de maior concorrência como direito, medicina e as engenharias.

A história da universidade brasileira está relacionada com a colonização, portanto, ela surge no império, no momento em que a fa-

mília real portuguesa migra para o Brasil em decorrência dos ataques napoleônicos.

As primeiras faculdades brasileiras de medicina, direito e politécnica eram orientadas pela profissionalização, com base em cátedras vitalícias. Na Bahia, a primeira instituição criada foi a faculdade de medicina; nas cidades de São Paulo e Olinda, foram organizadas as faculdades de direito. A primeira universidade brasileira, Universidade do Brasil no Rio de Janeiro, atualmente Universidade Federal do Rio de Janeiro, surge em 1920 (OLIVEIRA, 2015).

O ensino superior na realidade brasileira é recente, formalmente, alcançou um século. Nesse transcorrer da ciência brasileira, a universidade foi criada para atender o império e os interesses do desenvolvimento de exploração.

A população que foi responsável por empreender toda a produção do espaço urbano e rural nos 388 anos de escravismo, após a abolição, foi mantida no mesmo quadro da segregação racial, ou seja, a sub-representação socioeconômica, política e cultural nos lugares, postos e espaços sociais das cidades brasileiras, e isto significa estar fora dos espaços de ensino, pesquisa e extensão que formam a universidade pública.

A produção de conhecimento formal, via ensino, pesquisa e extensão, sempre reservou os lugares aos jovens brancos, em especial, a hierarquia de poder da sociedade brasileira beneficiou a população branca com a segregação dos negros (OLIVEIRA, 2016).

Pensar e contextualizar a realidade da segregação e das desigualdades na sociedade brasileira com a promoção das políticas de ações afirmativas é central, conforme o histórico de privilégios e benefícios brancos constituídos com a segregação negra na estrutura da sociedade brasileira.

Portanto, a promoção de políticas públicas de base étnico-racial, pós-Durham, aconteceu no intervalo de vinte anos: inicialmente, a promoção da política de cotas nas universidades e institutos

federais de ensino, que oportunizou o acesso dos estudantes historicamente excluídos do ensino superior; posteriormente, em razão da história dos movimentos sociais no quadro da educação brasileira, a lei 10.639/2003 é aprovada nos cenários nacional, estaduais e municipais, na sequência, a lei 11.645/2008, ambas têm como objetivo o estudo das histórias e culturas africana, afro-brasileira e indígena na educação básica, assim, gradativamente, a política de ação afirmativa se impõe com o histórico da política antinegro na sociedade brasileira; por conseguinte, frente ao crescimento e expansão do debate sobre políticas públicas com foco nas desigualdades históricas, como o tripé das diferenças de classe social, gênero e etnia/raça, o Estatuto da Igualdade Racial é aprovado no âmbito nacional, objetivando a adoção de medidas, programas e políticas de ação afirmativa.

Para Mário Theodoro (2008), após 120 anos da abolição no Brasil, a promoção de políticas públicas de combate às desigualdades raciais é um grande desafio. É um desafio porque a política antinegro predominou no decorrer do século XX, aumentando as distâncias da hierarquia socioeconômica, política e cultural que beneficiou todas as classes sociais brancas (VARGAS, 2016).

Segundo João da Costa Vargas (2016), existe uma violência gratuita, que constitui os determinantes da condição social da população negra no Brasil e na diáspora. Na realidade brasileira, os espaços públicos que são palcos de disputas em torno da hegemonia, como lugares políticos, assemelham-se à concepção de sociedade civil de Fanon: zonas de guerra, zonas de morte. Nos espaços de poder, como a universidade pública, em geral, sempre prevaleceu a política antinegro, esses são lugares vedados para os mais escuros e reservados para os mais claros. Esta é a política da violência, que age, de forma física, social, política e cultural, impedindo o acesso das oportunidades e dos direitos.

O antirracismo é uma construção que vem de encontro com a política antinegro, portanto, a política de ação afirmativa, implemen-

tada nos últimos vinte anos, tem como objetivo corrigir, eliminar e inscrever referências formais e informais para fazer prevalecer a vida e não a violência gratuita.

Estamos em uma pandemia mundial, que somente no cenário brasileiro alcançou mais de 600 mil vidas que foram ceifadas pela Covid-19. Nesse universo de vidas e mortes, as desigualdades históricas e atuais repercutem na cartografia da morte nas áreas mais pobres, negras e de alto grau de vulnerabilidade.

Nesse intervalo de 2020 e 2021, além da Covid-19, a política antinegro abateu os corpos negros nas realidades dos Estados Unidos, do Brasil e da diáspora: inicialmente, a morte de Jorge Floyd; no dia a dia da realidade brasileira, situações semelhantes já aconteciam e eram naturalizadas como um quadro inevitável da violência; as mortes e assassinatos da população negra acontecem nos espaços públicos e privados, como Mariele Franco, Amarildos, as crianças, jovens e adolescentes nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Salvador, como o fim trágico de Ághata, João Pedro e Miguel, dos jovens que foram mortos na favela de Paraisópolis em decorrência da ação policial, de sobrinho e tio que foram eliminados por terem roubado um quilo de carne na Roma Negra, a capital mais negra do país, Salvador.

No decorrer do século XX, a política antinegro prevaleceu nas cidades brasileiras, eliminando de forma física, simbólica e social os corpos e mentes da população negra. Em resposta ao cenário da violência instituída, as políticas de ações afirmativas são tidas como um desafio, ou seja, a construção de proposições formais para pôr fim ao universo das desigualdades e da segregação que a população negra foi acometida nos últimos 133 anos.

A UFRB e as ações afirmativas

A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB foi fundada em 2006, antes de seu nascimento, os estudantes eram enca-

minhados para a capital, em sua maioria os filhos e netos das classes média e alta brancas, para cursar o ensino superior na UFBA.

Nesses últimos 15 anos, a UFRB é parte desse contexto de lutas internas e externas ao exercício de ensino, pesquisa e extensão em intersecção com as políticas de ações afirmativas, principalmente, a promoção de oportunidades, a produção de conhecimento científico para os filhos, netos e descendentes da força de trabalho que edificou as cidades brasileiras, o estado da Bahia e o Recôncavo, durante os 388 anos de escravismo e colonização e os 133 anos pós-abolição.

A UFRB, assim como as mais recentes instituições de ensino superior, nasceu diante da conjuntura política da luta em torno das políticas de ações afirmativas. A UFRB, UFSB, UFOB, UNILAB, UFABC, todas instituídas nos últimos vinte anos, e as instituições históricas implementaram políticas de ações afirmativas, mais precisamente a política de cotas para ingresso e permanência de estudantes oriundos de escolas públicas, indígenas, negros e LGBTQI+ nos bancos das universidades.

Na UFRB e demais instituições, a estrutura foi organizada também para problematizar as demandas das políticas antinegro e anti-indígena que foram regras na história dos cem anos da universidade brasileira. A Pró-reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE), desde o nascimento e seu desenvolvimento, promove ação afirmativa para o público de estudantes de origem indígena, negros, quilombolas, da zona rural e pobres de áreas vulneráveis.

No universo acadêmico, a construção de políticas de ações afirmativas vem sendo uma construção de saberes e práticas com os atores que adentram na condição de estudantes e com a sociedade civil organizada, como os movimentos sociais negros, os terreiros de candomblé e umbanda, a organização das mulheres negras, as comunidades indígenas, a organização das comunidades quilombolas, enfim, com os corpos negros e indígenas que foram violentados nos

espaços públicos e privados por intermédio da política antinegro e anti-indígena.

A UFRB completou quinze anos, portanto, nesse intervalo de tempo foram implementadas políticas públicas de ação afirmativa, por intermédio da PROPAAE, que proporcionaram o acesso de estudantes historicamente excluídos dos espaços de ensino, pesquisa e extensão.

A persistência é uma virtude para o delineamento das ações afirmativas na UFRB, que resulta do diálogo com a sociedade civil, como os estudantes, professores e profissionais da educação, movimentos sociais e representantes dos poderes público locais, estaduais e federal, em especial, com os sujeitos que no passado a política antinegro lhes impediu de alcançar as oportunidades e os direitos.

Nas cidades em que a UFRB está presente, a sobrerepresentação negra é indiscutível, no entanto, a estrutura socioeconômica, cultural e política está nas mãos da minoria branca. Os cursos de humanidades, saúde, educação, cultura e tecnologias estão instalados nos municípios do Recôncavo e em localidades que foram eleitas por questões políticas e estruturais: nas urbes exteriores ao território do Recôncavo, Amargosa pertence ao território de identidade do Vale do Jiquiriçá, e a segunda maior cidade do estado da Bahia, Feira de Santana, destaca-se no território Portal do Sertão. Os campi da UFRB estão situados na geografia do Recôncavo e suas fronteiras: Amargosa, Cruz das Almas, Cachoeira, Feira de Santana, Santo Amaro e Santo Antônio de Jesus.

A UFRB está localizada em cidades onde quase tudo, tudo que se pode ver no horizonte do território tem a força de trabalho, material e subjetiva, da população negra. A instituição está localizada em cidades negras, em territórios em que prevalecem a pobreza negra e a segregação da população negra nos territórios, lugares e posições de menor expressão na estrutura socioeconômica e política. Diante da

violência do racismo, a força do lugar, nas palavras de Milton Santos, são as territorialidades que habitam as cidades negras.

Entre 2013 e 2014, a Pró-Reitoria de Graduação da UFRB elaborou o perfil dos estudantes da primeira turma de Medicina do CCS – Centro de Ciências de Saúde. Segundo o levantamento socioeconômico e cultural, a turma aprovada era, predominantemente, do sexo feminino, 76,7%, 86% eram natural do estado da Bahia, 66% haviam cursado o ensino médio em escola pública, 76,7% eram não brancos (sendo que 40% dos alunos se declaravam negros e 36,7% pardos), 53% informaram a renda familiar entre um e dois salários mínimos (REVISTA AUGÉ, 2019).

Dos estudantes que constituíram a primeira turma de Medicina da UFRB, conforme as informações acima, mais de 50% faziam parte da população de baixa renda, do gênero feminino e negra. É importante destacar esses marcadores do perfil da primeira turma dos estudantes de medicina do Centro de Ciências da Saúde porque eles pertencem ao cenário histórico e contemporâneo da pobreza negra, mais propriamente dos negros que foram segregados nas cidades do Recôncavo.

A instalação da UFRB no Recôncavo oportunizou a transformação dos territórios negros, através das políticas de resistência e enfrentamento; e vem mudando o contexto das cidades negras, especialmente a segregação dos corpos de homens e mulheres negras no chão dos territórios.

É fundamental negritar que a primeira turma de medicina é constituída por mulheres e negras, sendo totalmente diferente do perfil tradicional do estudante de medicina no decorrer do século XX, pertencente às classes média e alta, masculina e branca.

Abaixo, as declarações de egressos da primeira turma de medicina da UFRB são importantes para delinear o cruzamento universidade, política de ação afirmativa e cidades negras.

Ser médico sempre foi um grande sonho. A minha maior inspiração da área de saúde foi a minha mãe, que é técnica de enfermagem. Vale pontuar que situações de racismo se tornaram bem mais frequentes em minha vida desde a primeira vez que resolvi anunciar a sociedade sobre o sonho de ser médica. Pretendo ser uma profissional tal qual minha formação me propôs: médica do SUS, do povo do Recôncavo baiano e comprometida com a realidade social. Espero que a minha conclusão deste ciclo seja mais um exemplo de resistência para jovens negros, de baixa renda e da escola pública que sonham ingressar no ensino superior. Egressa negra, 28 anos, Conceição do Almeida (REVISTA AUGÉ, 2019, p. 66).

As informações da egressa acima nos proporcionam comentários importantes sobre a análise da universidade, ação afirmativa e cidades negras. Segundo as informações da egressa, o início das transformações se fez desde os primeiros sonhos até a transformação da realidade social: destacamos o racismo que se inscreve, mediante a mobilidade social, a ocupação dos lugares sociais de destaque socioeconômico, político e cultural. Na fala da jovem médica negra sobressai o quadro familiar e social, constituído com a figura da mãe, a política social do SUS e o poder do lugar, ou seja, o calor do lugar e das cidades negras estão presentes e ressaltam o exercício político-social do profissional negro em atuar voltado para o atendimento da população do Recôncavo, majoritariamente negra.

Outra egressa destaca em sua história de estudante o cenário de aprendizado em saúde e educação:

Foi na UFRB que me descobri mulher preta. Aprendi sobre lutas, militância e sobre quem sou e qual o meu propósito nesse lugar que ocupo no mundo. Em um certo dia, fazendo uma visita domiciliar, uma senhora que era minha paciente e que tinha sofrido um AVC, segurou a minha mão e disse ao neto que estava ao lado: Ela é das nossas, ela é preta e médica. Eles sorriram e eu me emocionei enquanto ela me encorajava a seguir sem desistir, apertando a minha mão. Enfrentar um mundo machista e racista, sendo uma mulher preta [...] Egressa negra, 29 anos, São Felix (REVISTA AUGÉ, 2019, p. 69).

Parcialmente, a política de ação afirmativa da UFRB teve importante papel no processo de transformação da identidade social dos estudantes negros de medicina. Neusa Santos Souza, natural do Recôncavo, formada em medicina no Rio de Janeiro e uma das principais expoentes da saúde mental da população negra, afirma que o tornar-se negro é um processo constante de dores, sofrimentos e violência, sobretudo, a violência do racismo. Segundo a depoente acima, o contato com a realidade social de maioria negra no curso de medicina e a realidade social de seus pacientes protagonizaram a identidade da mulher negra, médica e profissional da saúde.

As territorialidades sociais das cidades negras exercem papéis importantes na luta contra o racismo e a afirmação das identidades. Para a estudante, o universo da universidade foi fundamental para o se tornar mulher negra e médica.

Ressaltamos, deste modo, o exercício das políticas de ação afirmativa da PROPAAE/UFRB, por intermédio da política de cotas, viabilizando a entrada e permanência dos(as) estudantes.

Além destas atividades, destacamos as ações e reflexões do NEPPINS – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Psicanálise, Identidade, Negritude e Sociedade: no ano de 2014, com a realização do I Congresso Internacional Saúde e Território em Contextos Locais e Globais, contou com a participação de importantes pesquisadores negros do campo da saúde e interdisciplinaridade, dentre eles, a pesquisadora e escritora francesa, Silvia Serbin, autora do livro “Rainhas africanas e heroínas da diáspora”, destacou para o público a importância da história das mulheres e rainhas africanas no universo da saúde mental da diáspora no mundo; o II Congresso Internacional Saúde Mental da População Negra e Educação Superior teve como conferencista o Professor Doutor Bas’llele Malomalo (UNILAB), e contou com a parceria da Uneb, campus V e as participações de pesquisadores da UFF, UFMT, UESB, UFBA, UFRB, FACEMP e de instituições de ensino superior da região do Recôncavo.

Recentemente, em plena pandemia da Covid-19, o NEPPINS promoveu, de 8 a 14 de setembro de 2021, o III Congresso Internacional, intitulado Psicologia e Saúde Mental: Epistemologias Negras, Afrodiaspóricas e Ameríndias, que contou, de forma brilhante, com a conferencista afro-americana, a intelectual e Professora Joye Hardiman (Evergreen State College - Tacoma, University in Washington, Estados Unidos da América - USA), tendo como tema de reflexão: Pílula ancestral para a saúde mental negra, indígena e afro-diaspórica.

As realizações da PROPAAE, do NEPPINS, de professores e pesquisadores das relações étnico-raciais e saúde, conforme destacamos acima com as falas de egressas do curso de medicina, são centrais para o enfrentamento do racismo.

A política de ação afirmativa deve ir além do histórico tradicional da pobreza, deve problematizar os principais marcadores de desigualdades, como a classe social, gênero e etnia/raça. A política de ação afirmativa está em construção, ela se faz em movimento da transformação da realidade social. No caso do racismo e da segregação, a política possibilita a promoção da diversidade étnico-racial e o desenvolvimento das cidades negras, em destaque as territorialidades negras que nos últimos anos têm protagonizado as políticas públicas que mais afetam as populações negras, indígenas, LGBTIQI+ e quilombolas.

A UFRB, nos últimos 15 anos, por intermédio das políticas de ações afirmativas, empreendeu transformações importantes no território do Recôncavo; o protagonismo em educação, saúde, tecnologias e ciência nas cidades negras. No momento atual, os desafios são múltiplos, dentre eles, deve se compor a interseccionalidade na educação dos futuros profissionais, por exemplo, o cruzamento da saúde com as relações étnico-raciais, de gênero e classe social, não de forma paliativa, mas inscrita como disciplina obrigatória nos cursos de bacharelado interdisciplinar em saúde, nutrição, enfermagem, psicologia e medicina.

Segundo Oliveira (2016), a saúde mental das populações negras e indígenas se faz com todo um território de culturas que estão inscritas além do território da mãe, pai e família. O habitat da saúde mental destas populações está assentado na cultura, no chão do território. A saúde mental das populações negras e indígenas habita o chão dos territórios historicamente segregados da universidade, são exclusivos da pobreza e do racismo, são esses os lugares e espaços em que se produzem as identidades, os movimentos sociais negros e a diversidade étnico-racial.

A UFRB e as universidades precisam pensar a saúde mental das populações negras e indígenas a partir dos territórios e das epistemologias que não estão nas instituições de ensino superior, mas estão no dia a dia das cidades negras.

Cidades negras e ações afirmativas

Conforme Oliveira (2020), as cidades negras estão muito além da simples composição demográfica: no passado, a força de trabalho negra foi responsável pela edificação das cidades, do urbano, do rural e da riqueza que abasteceu o mercado mercantil da colonização no mundo; no escravismo e na abolição, as cidades negras protagonizaram os assentos das pedras das cidades e da alma subjetiva, social e cultural das urbes brasileiras; no passado e nos dias de hoje, as cidades negras são emolduradas com as ações e pensamentos dos movimentos sociais negros que enfrentam o racismo e as desigualdades; são as instituições religiosas de matriz africana e afro-brasileira do candomblé e da umbanda que contextualizam políticas de resistência e enfrentamento; são as instituições e irmandades do catolicismo negro que se inscrevem no nascimento, desenvolvimento e morte na vida social; corresponde às organizações do universo do samba e das artes negras que se tornaram parte das identidades brasileiras; nos dias de hoje, os jovens negros também devem ser tidos como protagonis-

tas das cidades negras em razão da produção de valores identitários, étnico-raciais e de organização política em prol de oportunidades no mercado de trabalho, na educação e da luta contra o racismo.

Na Bahia, as cidades negras abrigam importantes referências do conhecimento científico, social, cultural e político: da capital Salvador, temos o médico, professor e pesquisador, Juliano Moreira, considerado o primeiro professor a incorporar na medicina o ensino da psiquiatria; da cidade de Cachoeira, saíram os irmãos Rebouças, tidos como mestres das tecnologias e engenharias da construção no Brasil, e a médica e psicanalista Neusa Santos Souza, uma das primeiras a desenvolver o quadro da saúde mental da população negra; o músico, cantor, instrumentista e Doutor Honoris Causa, Mateus Aleluia, é natural de Cachoeira; de Santo Amaro para o Brasil e o mundo; de Santo Amaro da Purificação, saíram os cantores e irmãos Caetano Velloso e Maria Bethânia; de São Gonçalo dos Campos, temos o professor Muniz Sodré; de Brotas de Macaúbas, fora do Recôncavo, mas do território da Bahia, nasceu o geógrafo e pensador Milton Santos que, nos primeiros anos de vida, fora alfabetizado pelos pais, e que investigou em seu doutorado a cidade de São Salvador e o Recôncavo da Bahia, sendo considerado um dos principais geógrafos do século XX.

Os sujeitos que saíram das cidades negras trazem a herança do passado, as inscrições dos antepassados em suas principais realizações, porque eles pertencem a um habitat que abriga o chão dos territórios negros.

Os descendentes da força de trabalho que edificaram as cidades brasileiras, da Bahia e do Recôncavo, lentamente, adentram e ocuparam os primeiros assentos da universidade no final do século XX e no atual momento.

Conforme a tabela 1 abaixo, os municípios de Amargosa, Cabeceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Feira de Santana, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Salvador, Salinas

da Margarida, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Feliz, Saubara e Varzedo, sem nenhuma exceção, estão sobre-representados pela população negra em seus territórios. A população negra é maioria nos municípios do Recôncavo da Bahia, em Amargosa, em Feira de Santana e na capital Salvador e, em especial, nas urbes onde estão localizados os campi da UFRB.

Em dados relativos, de 76% a 90%, os municípios do Recôncavo estão constituídos pela população negra. A população classificada como branca, alcança aproximadamente de 6% a 15% dos indivíduos na região, sobretudo nas cidades sedes da UFRB.

É importante destacar que pela primeira vez na história, os filhos e netos da força de trabalho que edificou as cidades negras, passados cem anos da história da universidade brasileira, entraram nesta por intermédio da política de ação afirmativa e, em especial, da luta de seus antepassados.

Tabela 1. Municípios do Território de Identidade Recôncavo Baiano, Censo Demográfico do IBGE, 2000 e 2010.

Município	Pop Total	Negra	% Negra	Branca	% Branca
Amargosa	34351	27319	79,52	6806	19,81
Cabaceiras do Paraguaçu	17327	15249	88,00	1878	10,83
Cachoeira	32026	27870	87,02	3413	10,65
Castro Alves	25408	22136	87,12	3001	11,81
Conceição do Almeida	17889	16017	89,53	1731	9,67
Cruz das Almas	58606	49701	84,80	8155	13,91
Dom Macedo Costa	3874	3183	82,16	668	17,24
Feira de Santana	556642	439186	78,9	111556	20,04
Governador Mangabeira	19818	17944	90,54	1674	8,44
Maragogipe	42815	35361	82,59	7137	16,69
Muniz Ferreira	7317	6034	82,46	1250	17,08
Muritiba	28899	24928	86,25	3538	12,24
Nazaré	27274	22968	84,21	4014	14,71
Salinas da Margarida	13456	12242	90,97	881	6,54
Salvador	2676656	2120095	79,20	505739	18,89%

Sapeaçú	16585	14242	85,7	2199	13,25
Santo Amaro	57800	51665	89,38	4757	8,23
Santo Antonio de Jesus	90985	69557	76,44	20366	22,38
São Felipe	20305	16177	79,67	3723	18,33
São Felix	14098	12326	87,43	1500	10,63
Saubara	11201	10048	89,70	746	6,66
Varzedo	9109	7357	80,76	1706	18,72

Fonte: Banco SIDRA (2021)³.

A política de ação afirmativa, particularmente a política de cotas que oportuniza a entrada e a permanência no ensino superior, traz importantes impactos nas cidades negras, dentre eles, a produção de recursos humanos para as áreas de saúde, educação e engenharias, a prestação de serviços nas iniciativas públicas e privadas; ou seja, viabiliza a produção da anti-segregação nas ocupações de destaque socioeconômico e de poder.

Antes da presença da UFRB, as ocupações de melhor rendimento e destaque pertenciam aos filhos das classes média e alta brancas. Hoje, com a política de ação afirmativa, o lugar de negro não fica circunscrito às atividades da construção civil, das tarefas domésticas e das atividades que exigem força física.

Em nossa atualidade, a política de ação afirmativa tem oportunizado a ocupação de diferentes espaços e tem modificado a estrutura socioeconômica, política e cultural das cidades negras. O momento atual e o futuro breve da UFRB e das cidades negras serão difíceis, sobretudo com as marcas deixadas pela Covi-19, com mais de 600 mil vidas ceifadas pelo vírus. Inúmeros desafios se inscrevem com a urgência de políticas públicas no que toca às desigualdades que habitam o chão do Recôncavo.

³ Observação: Os municípios de Amargosa e Feira de Santana não correspondem ao Território de Identidade do Recôncavo Baiano. Eles foram incluídos em razão de terem em seus territórios o Centro de Formação de Professores – CFP e o Centro de Energia e Sustentabilidade – CTENS. A cidade de Salvador foi incluída pela sua condição de ser capital e centro socioeconômico, cultural e político do estado da Bahia.

Conforme os professores Munanga (2005, 2013), Gonçalves (1985, 2000) e Petronilha B. Gonçalves e Silva (1998), a educação multicultural, tendo em vista o protagonismo das epistemologias da diversidade étnico-racial na educação básica e superior, é central para a produção de uma outra educação; diferente da política e da educação antinegro e anti-indígena, e que considera e edifica-se junto aos saberes e práticas que protagonizam a história e cultura diante da violência do racismo e da segregação étnico-racial que beneficia a população branca.

Tabela 2. Classificação do rendimento médio entre negros e brancos no Recôncavo da Bahia, Censo do IBGE, 2010.

Município	Rendimento Médio	Rendimento Negro	Rendimento Branco	Diferença % entre Negros e Brancos
Amargosa	677,62	528,41	1155,26	45,73
Cabaceiras do Paraguaçu	480,4	436,665	729,63	59,84
Cachoeira	662,21	612,60	1061,78	57,69
Castro Alves	563,12	503,14	780,47	64,46
Conceição do Almeida	714,48	624,64	1275,61	48,96
Cruz das Almas	920,32	766,77	1783,44	42,99
Dom Macedo Costa	611,18	558,87	531,68	95,13
Feira de Santana	1086,59	864,68	1785,32	48,43
Governador Mangabeira	660,15	484,54	1877,02	25,81
Maragogipe	468,68	424,65	638,02	66,55
Muniz Ferreira	535,92	507,735	616,35	82,37
Muritiba	785,32	657,52	1477,54	44,50
Nazaré	689,98	557,58	1213,37	45,95
Salinas da Margarida	390,42	374,55	621,97	60,21
Salvador	1496,24	1107,35	2870,21	38,58
Sapeaçu	642,7	563,165	1022,78	55,06
Santo Amaro	615,64	575,19	974,76	59,00
Santo Antonio de Jesus	893,18	712,54	1428,81	49,86

São Felipe	455,55	359,03	821,57	43,70
São Felix	549,6	532,21	732,31	72,67
Saubara	411,73	404,81	488,45	82,87
Varzedo	487,72	448,94	608,00	73,83

Fonte: Banco SIDRA (2021).

A análise da tabela 2 acima, nas urbes do Recôncavo, Amargosa, Feira de Santana e Salvador, mostra que o rendimento da população negra permanece abaixo dos rendimentos da população branca. Apenas em Dom Macedo Costa, homens e mulheres brancos recebem 95% dos ganhos dos trabalhadores negros.

Conforme a tabela, a força de trabalho negra recebe o rendimento mínimo de 25%, até o máximo de 82%, que corresponde as diferenças salariais com seus pares brancos. Por exemplo, na capital do estado da Bahia, a força de trabalho negra recebe aproximadamente 38% dos ganhos da população branca. Na capital do Recôncavo, em Santo Antônio de Jesus, os negros recebem 49% dos rendimentos da população branca, que é de aproximadamente 15% da população local. Em Cruz das Almas a comparação salarial entre negros e brancos cai para 42%. Portanto, a segregação está relacionada, além do tripé classe social, gênero, etnia/raça, com relações com o território e as realidades do urbano e do rural.

A segregação e as desigualdades estão inscritas nas cidades de pequeno, médio e grande porte, no urbano e no rural e em todas as regiões do país. Esse cenário de desvantagens socioeconômicas da população negra está inscrito em 98% das 5.565 cidades brasileiras (OLIVEIRA, 2020). Nas cidades comandadas pelo meio técnico-científico informacional, da globalização de tudo o que se produz no local e no global, como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Belém, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre e na capital federal Brasília, ou seja, em todos os grandes centros, o rendimento da população branca, de forma absoluta e relativa, é superior aos ganhos da população negra (OLIVEIRA, 2020).

Conforme destacamos acima sobre a segregação da população negra, as desigualdades socioeconômicas diminuem as oportunidades na sociedade. No quadro da educação, as desvantagens materiais e subjetivas limitam o acesso ao capital social e cultural no ambiente da educação e dos diferentes ambientes construídos que as cidades apresentam, por exemplo, a mobilidade e acesso aos centros de pesquisas, universidades, centros de cultura e lazer, teatro, cinema, praças e lugares de produção e reprodução de capital social formal e informal.

Outra interpretação sobre o cenário das desigualdades socioeconômicas é o recorte de gênero que não apresentamos em dados estatísticos. No entanto, as informações acima permitem análises da segregação também por gênero. As mulheres negras recebem, nos grandes centros, nas regiões metropolitanas, nas urbes de base urbana, industrial, rural e agrícola, rendimentos abaixo dos ganhos dos homens brancos e negros e das mulheres brancas (OLIVEIRA, 2016, 2020). Vejamos o seguinte depoimento que nos ajuda a refletir tal quadro relatado:

Medicina nunca foi meu sonho desde criança, porque socioculturalmente, crianças e indivíduos negros não são estimulados a acreditar que esse é um sonho possível para eles, para nós. Cursando o BIS, comecei a me ver e acreditar nesse “lugar médico” e a perceber que posso ser a representatividade negra que sou mulher, negra e posso, sim, ser médica. Essa é uma luta diária, por vezes inviabilizada pela maioria das pessoas com as quais já estou familiarizada. Egressa negra, 28 anos, Feira de Santana (REVISTA AUGÉ, 2019, p. 68).

Segundo a história da egressa de medicina, na realidade social de mulher, negra e pertencente à pobreza negra, o sonho de ser estudante e futura profissional nunca foi negritado em suas reflexões e também com seus pares da família e do ambiente social de amigos e vizinhança.

Provavelmente, a ideia proferida pela egressa acima, a respeito de “lugar médico”, seja o espaço exclusivo do conhecimento protagonizado pelo masculino e branco.

O capital social e cultural, em específico a condição de sair dos lugares segregados na sociedade brasileira, não é formal, é invisível e isto, segundo a egressa acima, vai se enraizando na saúde mental desde os primeiros anos de vida até a fase infanto-juvenil e adulta. A saúde mental da população negra é afetada pelo racismo, a partir dos primeiros anos de vida, informalmente, por não ser percebido no dia a dia, sendo esta uma força que causa muitos estragos no universo psíquico, social, cultural e político das crianças, adolescentes e jovens negros (OLIVEIRA, 2016).

Consideramos um desafio para as políticas públicas, brevemente, problematizar a saúde da população negra com ações afirmativas na educação e na saúde.

Se a segregação é intensa, permeada de racismo estrutural e de pobreza negra, fica inviável para as crianças, adolescentes e jovens perceberem as diferenças em lugares de transformação. Fica impossível o sonho, porque a realidade não lhes possibilita sair dos lugares de segregação (OLIVEIRA, 2016, 2020).

O rompimento desse cenário só se tornou possível com as reflexões e ações dos movimentos sociais negros, sobretudo das mulheres negras perante o cenário da hierarquia patriarcal, de classes sociais, masculina e branca.

Nos últimos vinte anos, a política de ação afirmativa, sobretudo as políticas públicas adotadas pela PROPAAE/UFRB, com a promoção das cotas sociais e raciais, possibilita que as meninas negras metamorfoseiem seus valores identitários, sociais, políticos e culturais diante das relações da vida, como as gerações de crianças que estão crescendo e protagonizando o que antes era impossível sonhar.

Tabela 3. População negra e branca, com ensino superior (graduação) da região do Recôncavo Baiano, dos anos de 2000 e 2010.

	2000			2010		
	Total	Branca	Negra	Total	Branca	Negra
Brasil	2864046	2249155	559906	6197318	3906166	2187707
Amargosa	163	83	81	771	282	489
Cabaceiras do Paraguaçu	14	4	10	215	34	178
Cachoeira (BA)	352	146	206	1385	338	1034
Castro Alves (BA)	32	-	32	238	47	191
Conceição do Almeida (BA)	15	-	15	272	44	222
Cruz das Almas (BA)	737	252	485	2115	386	1692
Dom Macedo Costa (BA)	26	6	20	45	10	35
Feira de Santana (BA)	5163	2625	2527	18660	5657	12789
Governador Mangabeira (BA)	86	10	76	265	18	247
Maragogipe (BA)	-	-	-	248	28	220
Muniz Ferreira (BA)	8	5	3	87	27	61
Muritiba (BA)	109	49	49	412	41	371
Nazaré (BA)	113	50	63	407	100	288
Salinas da Margarida (BA)	62	4	58	374	28	342
Salvador (BA)	56953	29394	26685	120207	36011	82060
Sapeaçu (BA)	41	18	23	273	81	192
Santo Amaro (BA)	133	28	105	856	121	712
Santo Antônio de Jesus (BA)	424	199	214	2649	872	1762
São Félix (BA)	34	16	18	390	46	337
São Felipe (BA)	4	-	4	302	32	251
Saubara (BA)	5	-	5	69	-	69
Varzedo (BA)	6	-	6	191	70	121

Fonte: IBGE, Banco Sidra (2021).

As informações das tabelas 1, 2 e 3, retratam o que buscamos contextualizar no decorrer do capítulo, o cruzamento de políticas de ações afirmativas, a UFRB e as cidades negras. Nos últimos vinte anos, podemos considerar que a política de cotas alcançou toda uma coletividade de pessoas, lugares, cidades e corpos negros que estavam limitados ao quadro da segregação racial. Isto não significa que a segregação acabou, mas, as informações acima comprovam que sem a

política com foco nas desigualdades de classe social, gênero e etnia/raça, seria impossível que as histórias de jovens negros se inscrevessem no curso de medicina.

A tabela 3 acima representa o cenário de pessoas negras e brancas com ensino superior no território nacional e na região do Recôncavo, Amargosa, Feira de Santana e Salvador. Conforme o quadro acima, no ano 2000 o Brasil apresentava 2.864046 indivíduos com ensino superior, deste universo, 19,67% pertenciam à população negra (pretos e pardos) e 78,53% dos indivíduos brancos detinham o ensino superior.

Nos municípios do Recôncavo e demais localidades, por exemplo, em Salvador, a minoria branca conta com 46,85% de indivíduos com ensino superior. A maioria negra está presente com 51,61% de lugares na hierarquia social de indivíduos que alcançaram o ensino superior.

O acesso ao ensino superior entre negros e brancos na realidade da ex-capital federal é diferente do cenário nacional; as ocupações de maior rendimento socioeconômico estão sobrerrepresentadas pela população branca. Foi o que constatamos ao observar a tabela sobre o rendimento nominal médio entre negros e brancos.

As cidades sede da UFRB, como Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus, no ano 2000, apresentavam 737 e 424 indivíduos com ensino superior. Na cidade onde está localizada a Reitoria da UFRB, 65% dos indivíduos com ensino superior são negros e 34,20% de pessoas que concluíram o terceiro grau são brancas.

Em Santo Antônio de Jesus, as pessoas negras com ensino superior são 50,47% e os indivíduos brancos são 46,93%, dentre as pessoas com curso superior.

Nas urbes de Salvador, Cruz da Almas e Santo Antônio de Jesus, de maioria negra, a população branca está proporcionalmente acima do quadro demográfico e se constitui sobrerrepresentada com ensino superior. Esta condição garante os maiores rendimentos nominais médios para a força de trabalho branca, de todas as classes sociais.

No censo demográfico do IBGE de 2010, o Brasil alcançou 6.197.318 indivíduos com ensino superior. As transformações da so-

cidade, do meio técnico-científico informacional, e a globalização, exigiram da força de trabalho a busca por mais conhecimento social e técnico.

Dentre o universo de pessoas com ensino superior, os negros representam 35% e a população branca corresponde a 63%. Passados dez anos, a população branca foi mantida nas mesmas oportunidades do ensino superior. De 2000 para 2010, a população negra, dentre os indivíduos com ensino superior, alcançou marcos na história da universidade brasileira, de 19% avançou para 35%.

A participação de negros e brancos no ensino superior, sobretudo da população negra, deve-se à fundação e ampliação de universidades no território nacional, como a UFRB, UFSB, UNILAB, UFOB, UNIVASF e UFABC, à promoção das políticas de ações afirmativas, com foco na política de cotas sociais e raciais, e ao FIES (Financiamento Estudantil de Ensino Superior da Caixa Econômica Federal).

Em 2010, a cidade sede da Reitoria da UFRB, Cruz das Almas, mais do que dobrou o número de pessoas com ensino superior. Gradativamente, os municípios que abrigam os centros de ensino da UFRB são cidades pequenas e médias, universitárias e de economia de base comercial e agroindustrial. No último censo, eram 2.115 pessoas com ensino superior, sendo 80% destas negras e 18,25% brancas.

Na capital do Recôncavo, Santo Antônio de Jesus, foram 2.649 pessoas com ensino superior. Os negros alcançaram 66,51% de pessoas com o terceiro grau e as pessoas brancas correspondem a 33% dos indivíduos com ensino superior.

Nas cidades do Recôncavo da Bahia, em especial, nas cidades de Amargosa, Cachoeira, Cruz das Almas, Santo Amaro e Santo Antônio de Jesus, a população com ensino superior mais do que dobrou, cresceu mais de duas vezes em relação ao censo de 2000.

O crescimento do território de identidade do Recôncavo Baiano deve-se às políticas de ação afirmativa da UFRB, juntamente com as universidades estaduais, a UEFS e a UNEB.

No cenário nacional, a UERJ e a UNEB foram as primeiras instituições públicas a adotar a política de cotas para estudantes de escolas

públicas, indígenas e negros. No território baiano, a Universidade do Estado da Bahia protagonizou o início da política da ação afirmativa.

Além das instituições públicas, esse período contou com a participação das faculdades e universidades particulares, contou com o FIES para os estudantes dos segmentos populares (de políticas de financiamento estudantil por intermédio do governo federal).

O racismo está entre os principais desafios impostos a mim porque sou mulher negra e o perfil de médico esperado pela sociedade não é o meu. No início da graduação, vivi uma situação muito marcante quando a turma foi para um congresso e lá um professor nosso falou que a primeira turma da UFRB tinha maioria negra nessa área em todo o Brasil. A reação de vários professores e doutores indicava que nós, alunos negros, estávamos “sujando a medicina”. Dali em diante teria que provar a todo momento que eu, negra, egressa da escola pública, era capaz, sim, de me tornar médica. Egressa negra, 29 anos, Santo Antônio de Jesus (REVISTA AUGÉ, 2019, p. 68).

Conforme destacamos nas páginas anteriores, a primeira turma é de maioria negra e 86% é do estado da Bahia, especialmente dos municípios do Recôncavo e suas fronteiras.

Nas falas dos egressos, que hoje são profissionais da medicina, a questão étnico-racial é uma categoria social inexpressiva na formação. Não é central porque em todas as narrativas aqui apresentadas temos como destaque o histórico das desigualdades de classe social, gênero e etnia/raça, especialmente o racismo, que foi difundido no universo do mito da democracia racial.

Acreditamos que um dos grandes desafios do Centro de Ciências da Saúde – CCS/UFRB será aprovar na grade curricular disciplinas formativas, estágios clínicos e sociais, componentes curriculares que dialoguem e atravessem as relações étnico-raciais na medicina, psicologia, enfermagem, nutrição e no bacharelado interdisciplinar, não de forma paliativa (optativas), e sim conteúdos obrigatórios em diferentes etapas da formação.

Se o racismo está presente na formação e nas narrativas da primeira turma de médicos e médicas formados na UFRB, significa que a ação afirmativa precisa acontecer no processo pedagógico e na promoção da estrutura de ensino, pesquisa e extensão.

As informações das tabelas 1, 2 e 3, as narrativas dos egressos de medicina da UFRB e as interpretações acima confirmam a urgência do atravessamento da política de ação afirmativa, a universidade e as cidades negras. Nos últimos quinze anos, avaliamos que é urgente dialogar e pensar todos juntos a política de ação afirmativa diante do cruzamento de importantes etapas de formação: o ensino, a pesquisa e a extensão com foco nas relações étnico-raciais, durante o processo teórico-metodológico de formação dos discentes, da docência, da formação dos gestores, funcionários e da comunidade que pertence ao território das cidades negras.

Considerações finais

No cotidiano do Recôncavo, a ação afirmativa, a universidade e as cidades negras vivem atravessamentos. Novos espaços, de oportunidades, da diferença e dos direitos, se inscrevem com a entrada e permanência de estudantes indígenas, LGBTQI+, negros e provenientes de escolas públicas. O sucesso acadêmico tem como reflexo o desenvolvimento da sociedade, em especial, da democracia em diálogo com as lutas pelo direito à igualdade e às diferenças.

As políticas de ação afirmativa estão em desenvolvimento, conforme afirmamos com as considerações de Silvério, Piovesan e Gomes; esse cenário é uma construção social que envolve a sociedade brasileira, especialmente os segmentos excluídos da história da educação nacional, como no ensino superior e nas áreas de maior concorrência socioeconômica e política.

Os trabalhos da PROPAAE, do NEPPINS e dos núcleos de estudos e pesquisas com foco nas relações étnicas precisam de apoios em en-

sino, pesquisa e extensão, institucionalmente, porque, brevemente, o Estatuto da Igualdade Racial, aprovado em 2012, vem proporcionando importantes reflexos nos estados e municípios. Temos como exemplo, no estado da Bahia, a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial nos planos locais de Salvador e Santo Antônio de Jesus, recentemente.

A UFRB, por intermédio da PROPAAE, dos núcleos de estudos e pesquisas e da sua política de ação afirmativa, mediante as experiências de 15 anos, terá pela frente desafios importantes nas áreas de educação, saúde, tecnologias, cultura e humanidades.

Acreditamos que as experiências de 15 anos com as políticas de ação afirmativa alcancem repercussões nos planos locais e nacional de combate ao racismo.

Atualmente e nos próximos anos, a ação afirmativa, a universidade e as cidades negras precisarão de capital social, político e científico para protagonizar epistemologias de combate ao racismo e à promoção da igualdade étnico-racial; estes são alguns dos grandes desafios da sociedade brasileira.

Referências

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Editora Dominus, 1965.

GOMES, J. B. A recepção do instituto da ação afirmativa pelo direito constitucional brasileiro. *In: Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas*. Brasília, MEC/SECAD, 2005.

GONCALVES, L. A. O; SILVA, P. B. G. **O Jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos**. Belo Horizonte Editora Autêntica, 1998.

GUIMARAES, A. S. A. **Classes, Raças e Democracia**: São Paulo: Editora 34, 2002.

HASENBALG, C. **Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2005.

MUNANGA, K. Teoria social e relações raciais no Brasil contemporâneo. In: **Cadernos PENESB**, Iolanda Oliveira (org.). Editora Alternativa e EDUFF, Niterói, 2013.

OLIVEIRA, I. **Negritude e Universidade** – evidenciando questões relacionadas ao ingresso e aos projetos curriculares. Niterói: Editora Alternativa, FAPERJ, 2015.

OLIVEIRA, R. M. S (org.). **Cenário da saúde da população negra no Brasil** – diálogos e pesquisas. Cruz das Almas: Editora UFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.

OLIVEIRA, R. J. **Territorialidade Negra e Segregação na Cidade de São Paulo**: a luta por cidadania no século XX. São Paulo: Editora Alameda, 2016.

OLIVEIRA, R. J. Dossiê Cidade, Urbanização e Relações Étnico-Raciais no Brasil, na África e na Diáspora. **Revista da ABPN**, n. 36, 2020. Disponível em: <https://www.abpnrevista.org.br/index.php/site/issue/view/43>.

PIOVESAN, F. Ações Afirmativas sob a perspectiva dos direitos. In: **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília, MEC/SECAD, 2005.

REVISTA AUGE, ed. 34, Santo Antônio de Jesus, 2019. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/read/62802420/revista-auge-saude-edicao-34>.

SILVÉRIO, V. R. Ações afirmativas e diversidade étnica racial. In: **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília, MEC/SECAD, 2005.

THEODORO, M (org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição**. IPEA, Brasília, 2008.

VARGAS, J. H. C. “Desidentificação”: a lógica da exclusão antinegra do Brasil. In: **Antinegritude** – o impossível sujeito negro na formação social brasileira. Osmundo Pinho e Joao Vargas (org.), Coleção Uniafro, Editora UFRB, Fino Traço, 2016.

Educação antirracista: experiências entre UFRB e UNEB

Sandro dos Santos Correia

Introdução

Este capítulo tem como objetivo relatar algumas experiências que contribuíram para a construção de uma educação antirracista no seio da UFRB (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia), em parceria com outras instituições, especificamente a UNEB (Universidade do Estado da Bahia) (*Campus V*).

As narrativas que estarão sendo acessadas ao longo desse capítulo são em um total de 03, que são: a coordenação geral do Santo Antônio Negro em 2009; a participação na atividade de formação do NEPPINS (Núcleo de Estudos e Pesquisa em Psicanálise, Identidade, Negritude e Sociedade) em 30 de maio de 2019; e, as duas edições do Congresso Internacional do NEPPINS, o II Congresso Internacional Saúde Mental da População Negra e Educação Superior em 2019 e o III Congresso Internacional Psicologia e Saúde Mental: epistemologias negras, indígenas e afro-diaspóricas 2021. Focalizaremos, no entanto, neste último quesito, a segunda edição do Congresso Internacional do NEPPINS/UFRB.

As vivências estão associadas ao fato de ser professor do Colegiado de Geografia do Campus V da UNEB com reiteradas organizações da disciplina da graduação da licenciatura em geografia intitulada “Geografia da África” e a participação como membro efetivo do AFROUNEB (Núcleo Interdisciplinar de Estudos Africanos e Afro-brasileiros).

Em 2016 me tornei vice-coordenador do NEPPINS e criei um vínculo mais próximo com a instituição federal por estar participando

sempre de atividades de formação do NEPPINS, em conjunto com a professora Doutora Regina Marques e o professor Doutor Reinaldo José de Oliveira.

A coordenação do Santo Antônio Negro (2009)

O III Santo Antônio Negro ocorreu nos dias 17, 18, 19 e 20 de novembro de 2009, com o tema “ÁFRICA/BRASIL/BAHIA: Transmissão de conhecimento na diáspora Atlântica”, com a participação de professores e alunos do Campus V da UNEB, assim como da comunidade externa. O evento contou com uma programação diversificada, com conferência, mesas-redondas, minicursos, filmes, palestras, caminhada, exposições de fotos, exibição de filmes e debates.

O evento foi marcado pelo pensamento social contemporâneo, sendo um dos principais a emergência de concepções epistemológicas e teóricas que questionaram a pretensão de universalidade do pensamento ocidental, herdeiro da tradição cartesiana e da modernidade.

A missão dessa atividade está justamente na necessidade de grupos humanos historicamente subalternizados em razão da promessa de um mundo igualitário, fraterno e livre que não incluiu populações que não estavam inseridas no padrão estético do Ocidente.

Os valores e tradições desses povos não alinhados esteticamente, culturalmente e seus aspectos civilizatórios foram inferiorizados em uma estrutura verticalizada explicada pela Eugenia.

Essa conjuntura levou os negros, as mulheres, os refugiados e outros colonizados ao processo de exclusão do desenvolvimento que fora organizado em uma lógica de exclusão que os retiraram da cidadania.

Esses indivíduos foram expulsos da proteção do Estado e da justiça social em razão de não estarem alinhados fenotipicamente a grupos humanos que estavam na Europa, e que foram responsáveis pela colonização na América Latina.

Esses agentes que realizavam contatos regulares entre os povos e as culturas diversas que contribuíram para processos de desigualdade e diferença, dominação e tradição, fome e escassez, injustiça e fatalidade.

Essas construções trouxeram para a contemporaneidade uma conjuntura de contradição e dor, e ainda, em razão da supressão de barreiras de espaço e de tempo, houve um paradoxo que foi potencializado por meio da revolução das tecnologias de informação e comunicação.

Essas transformações trazidas no período contemporâneo não têm sido de fácil entendimento, e até mesmo compreensão, necessitando de adequação na vida cotidiana; mas, as injustiças trazidas pelo processo histórico ainda estão longe de serem, inclusive, compreendidas.

Vários são os fatores que explicam a crise de legitimidade que há muito tem distanciado a universidade das aspirações e demandas sociais no Brasil, mas, algumas instituições de nível superior têm tematizado possibilidades de dar significado e possibilitar a expressão de conhecimentos menosprezados historicamente.

Frente a essa realidade, as ciências sociais têm se esforçado e se preocupado em compreender a importância desses conteúdos subalternizados e silenciados pelas memórias dominantes por meio de práticas de entendimento de linguagens e da resignificação de sociabilidades não hegemônicas (contra-racionalidades).

Observa-se de forma mais aprofundada e específica os estudos pós-coloniais, se apresentando através de suas variáveis, a exemplo dos estudos subalternos, considerando-se um abrigo epistemológico aberto, sendo um conhecimento amplo e interdisciplinar, buscando legitimidade social e política.

As experiências silenciadas demonstram a emergência em tirar da invisibilidade a memória, a oralidade, a musicalidade e as performances

corporais de grupos humanos subalternizados durante séculos no Brasil em detrimento da Escravidão. Com isso oferece-se aos sentenciados pela história e pelo poder possibilidades de expressão, representação e reconhecimento ainda insuficientes para a real justiça social.

A história da ascensão social do negro brasileiro é, concomitantemente, a história de construção de sua emocionalidade, esta maneira própria, historicamente determinada, de organizar e lidar dinamicamente com o mosaico de afetos. Construção histórica, a emocionalidade do negro é vista aqui como um elemento particular que se subordina ao conjunto mais geral de injunções da história da formação social onde ele se inscreve (SOUZA, 1983, p. 19).

A falta de referência em território estranho, em razão da condição subalterna da Escravidão, gerou impactos negativos à população negra em que se subalternizou emocionalmente a figura do colonizador.

A questão dessas populações coloca em observação a trajetória de homens, mulheres e famílias negras com as dimensões simbólicas que estão em torno da civilidade dessas pessoas e indivíduos.

Essas transformações se apresentam em um contexto instável, em que constroem as possibilidades de inclusão social, que surgem em um ambiente de novas concepções de justiça, democracia, direito e cidadania.

O maior exemplo disso é o surgimento, em 1995, da Semana de Consciência Negra do campus V da UNEB, juntando-se à Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Jesus e à Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, transformando-se em um evento político intitulado “Santo Antônio Negro”, mas também com a dimensão acadêmica e institucional.

O AFROUNEB – Núcleo de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros tem compromisso ético, político e acadêmico com as lutas das populações negras, principalmente no que diz respeito à diminuição dos efeitos perversos do racismo e suas consequências.

No ano de realização do Santo Antônio Negro, em 2009, o AFROU-NEB demonstra seu compromisso com a comunidade negra, influenciando todo o Departamento de Ciências Humanas e inaugurando um campo de reflexão, produção de conhecimento, difusão e formação de pessoas capazes de influenciarem na desconstrução do racismo.

Essa atitude propositiva do Núcleo potencializou experiências na construção de uma educação antirracista, com formas de expressão, singularidade de saberes, valores, e outros, que potencializaram as contribuições civilizatórias dos povos africanos escravizados e a reprodução da cultura de matriz africana materializada na Bahia.

O Santo Antônio Negro se transformou em uma parceria institucional, tendo a UFRB como a principal aliada, firmando compromisso com a construção da igualdade étnico-racial por meio da formação, produção intelectual e da reflexão crítica.

Acreditamos no processo de construção de uma nova sociedade que renasça a cada dia inovando na reafirmação da sua missão inaugural de democratização do ensino superior, abertura e atendimento às demandas das populações que dela mais necessitam.

O III Santo Antônio Negro foi uma prova de amadurecimento coletivo, demonstrando que o caminho da parceria é profícuo e mobiliza uma quantidade maior de agentes para o enfraquecimento do racismo e o fortalecimento dos valores civilizatórios da população afro-brasileira e dos direitos humanos.

Após a experiência com a parceria da UFRB em 2009, em 2019 houve uma nova experiência de um novo momento com a universidade federal em uma formação com estudantes de saúde por meio de uma disciplina de graduação ministrada na UNEB.

Participação no NEPPINS em maio de 2019

No ano de 2019 o Núcleo de Estudos e Pesquisa em Psicanálise, Identidade, Negritude e Sociedade (NEPPINS) realizou uma formação

para os estudantes de saúde da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), onde a participação foi extremamente contribuidora para o período de realização após o término do Doutorado.

A palestra ministrada foi intitulada “Geografia da África, o SUAS nas periferias e sofrimento psíquico: novos atores para a contemporaneidade”, durante as atividades do Núcleo certificado pelo CNPQ, no centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, no curso de Formação em Saúde: Saúde Mental, Políticas e Relações Étnico-Raciais, no dia 30 de maio de 2019.

A atividade foi desenvolvida em uma sala de aula com o apoio de retroprojetor, com cerca de 30 discentes como ouvintes, além da coordenadora do NEPPINS, a professora Dra. Regina Marques, e o professor Dr. Paulo da UNEMAT – Universidade do Mato Grosso, que, na época, realizava estágio pós-doutoral na instituição.

A contribuição da discussão esteve em torno da experiência ao ministrar a disciplina Geografia da África na graduação da licenciatura em Geografia da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e de como os discentes viam as informações acessadas sobre o continente africano em suas formações acadêmicas, bem como na construção de suas cidadanias.

A discussão de um aspecto tão estruturante na vida de indivíduos que habitam na América Latina, em uma cidade de um país em desenvolvimento, marcado por mais de 300 anos de Escravidão, e que até os dias atuais a população vive seus impactos nefastos, fora extremamente necessária e enriquecedora.

A descoberta durante as pesquisas realizadas para a apresentação aos alunos foi acompanhada de forma despreziosa ao relacionar o Sistema Único de Assistência Social, que é o modelo de gestão utilizado no Brasil para operacionalizar as ações de assistência social.

A abordagem em torno da assistência social, como faz parte do Sistema de Seguridade Social apresentado pela Constituição Federal

de 1988, revelou o desconhecimento de vários cidadãos sobre os seus direitos e deveres. Ao mesmo tempo em que revelou a distância do Estado Moderno de boa parte da população, pois, para que haja materialização é preciso que os serviços de competência do mesmo funcionem, como: educação, saúde, segurança pública e outros.

Essa experiência revelou que há uma profunda fragilidade em nossa estrutura social, principalmente, para os descendentes de africanos escravizados que têm sua memória negada às atuais gerações que, muitas vezes, por meio do preconceito, da discriminação e do racismo lhes tratam como pessoas de segunda classe.

Após a experiência com a parceria da UFRB em 2019, no mesmo ano, houve uma nova experiência de um novo momento com a universidade federal em um congresso internacional de saúde mental e educação superior.

Saúde mental: negros e educação

O Congresso Internacional da Saúde Mental da população negra e ensino superior em 2019 ocorreu no período de 09 e 10 de julho nas instalações do Centro de Ciências da Saúde da UFRB e no campus V da UNEB.

O evento científico organizou a difusão do campo de ensino, pesquisa e extensão em saúde mental da população negra e educação, aglutinou a discussão de pesquisadores consolidados no campo da pesquisa e também formados pela prática profissional.

O que chamou a atenção nesse evento científico foi a análise e compreensão da complexidade da realidade brasileira e a intervenção favorável a um contexto de desigualdades sociais que estão presentes no espaço formativo da universidade brasileira.

As discussões e debates giraram em torno da importância da saúde das populações negras e vulneráveis no Brasil, além do acesso à saúde e às políticas públicas de saúde, tendo como ponto de partida

o entendimento sobre ciência e contribuições para a transformação da sociedade brasileira.

O avanço desses processos só foi possível com a promulgação da Constituição brasileira em 1988 que possibilitou pensar a saúde mental da população negra, de brancos pobres, indígenas e quilombolas como um direito dessas parcelas da demografia que foram historicamente injustiçadas.

A luta desses segmentos sociais por igualdade, incluindo negros, brancos pobres, indígenas, quilombolas, mulheres, transexuais e outros, é a possibilidade da construção de uma cidadania plural, de acordo com a formação territorial do Brasil.

A realização do segundo congresso com a organização do NEPPINS foi marcada pela avaliação dos dez anos de trabalho do Núcleo, sendo que em 2014 ocorreu o primeiro congresso com o tema “Territorialidade e Saúde: desigualdades raciais em contextos locais e globais”.

A incansável discussão da saúde mental da população negra e educação pelo NEPPINS sempre procurou abordar a dinâmica formativa dos discentes por não possuírem no currículo básico temas vinculados às relações étnicas e raciais que sempre moldaram o perfil da população do Recôncavo Baiano.

Esse tema é um desafio em razão do mesmo ainda ser invisibilizado em boa parte do planeta, principalmente, em razão do processo de colonização que foi renovado por estratégias capitalistas e neoliberais presentes em todo o mundo.

Esses impactos são comuns até os dias atuais, como: o desemprego, a violência, a habitualidade sem condições dignas de vida, o saneamento básico, os serviços de saúde e demais condições excludentes que aprofundam a problemática da saúde mental em todo o globo terrestre.

O contexto social e econômico contemporâneo no mundo apresenta vários desafios, como: adolescentes e crianças que se automutilam, se violentam e promovem violência, suicídios infantis e outras questões.

Os jovens adolescentes negros e negras apresentam maior vulnerabilidade, segundo pesquisas sobre condições de saúde da população negra presentes no relatório da OMS (Organização Mundial de Saúde) de 2018, com restrições de direitos.

Esse sofrimento da população negra se agrava com a precarização do acesso às condições de vida integral e cidadania, chegando o relatório da OMS de 2018 indicar prevalência dos adoecimentos mentais, crises e comportamentos suicidas e automutilantes nesta população.

O congresso foi organizado em vários grupos de trabalho que foram desenvolvidos no espaço do campus V da UNEB; no caso específico, em parceria com o professor Felipe Bomfim, foi articulado o GT (grupo de trabalho) intitulado “As africanidades, seus espaços, histórias e territórios e a sua relação com a educação, questões afro-brasileiras”.

Figura 1. Os professores da UNEB Sandro dos Santos Correia e Felipe Bomfim (Coordenador do NUPE) na coordenação do GT.



Fonte: Autoral (2014).

No grupo de trabalho foi apresentada a comunicação oral intitulada “Geografia da África e Saúde: alguns apontamentos a partir dos seminários em saúde mental do NEPPINS”.

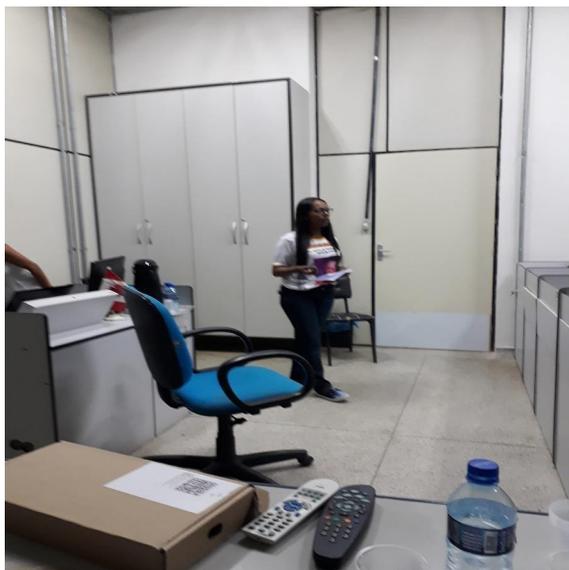
A temática acima apresentada no grupo de trabalho teve como principal foco a experiência da disciplina “Geografia da África”, a qual revelou tamanha estranheza dos discentes com relação às informações trabalhadas em sala de aula, em razão de mostrarem total desconhecimento acerca do continente africano.

Um dos maiores estranhamentos esteve presente nos comentários que os alunos verbalizavam durante as aulas, tais como: “eu achava que a África era somente doença e pobreza”.

Foi revelado que as informações que os discentes traziam estavam totalmente desconexas no que diz respeito à paisagem, ao espaço e ao território do continente africano.

Um destaque importante foi a participação dos acadêmicos da licenciatura em Geografia da UNEB, não só na apresentação de trabalhos, mas também, na organização geral do evento, com destaque para a discente Ângela Souza de Jesus.

Figura 2. Apresentação da acadêmica em Geografia Ângela Souza no laboratório de línguas da UNEB (Campus V).



Fonte: Autoral (2014).

O envolvimento desses estudantes foi extremamente importante em atividades de monitoria que possibilitaram várias demandas, como: a confecção de crachás, o controle de entrada de participantes e demais atividades culturais e de logística geral.

Houve apresentação de comunicações científicas de graduados em geografia, a exemplo de Sayonara Copque que defendeu o TCC (Trabalho de Conclusão do Curso), na modalidade monografia, discutindo o patrimônio afro na cidade de Santo Antônio de Jesus.

Em sua segunda graduação, Bacharelado em Administração, a acadêmica apresentou oralmente no GT com reflexões no campo da geografia que dialogam com outras áreas em uma perspectiva interdisciplinar.

Figura 3. Apresentação da licenciada em Geografia Sayonara Copque e atualmente graduanda no bacharelado em Administração na UNEB no campus V em apresentação científica do GT.



Fonte: Autoral (2014).

Esse Grupo de Trabalho oportunizou a construção de um diálogo transdisciplinar entre áreas como a geografia, a administração e a psicologia na perspectiva de uma proposta antirracista.

Os desdobramentos dessas questões são um imperativo importante na manutenção e no fortalecimento da contribuição de um movimento da curricularização de uma educação antirracista de acordo com as leis 10.639/03 e 11.645/08.

Dificuldades da implantação da educação antirracista

A discussão do tema “educação antirracista” sempre foi um tabu em razão de sermos um produto de exploração de uma relação estabelecida pela discussão geográfica “a colônia e a metrópole”.

Essa lógica estabelecida, ao levarmos em consideração o tempo como um dos aspectos balizadores, chegaremos a tal discussão do “descobrimento” do Brasil que esteve ligada aos interesses dos reinos europeus e às suas demandas territoriais. O Brasil, como colônia, e Lisboa, na Europa, como metrópole, desqualificando todas as nossas experiências civilizatórias em razão de uma disputa que tinha como principal objetivo conquistar e dominar o maior número de escravos.

A história brasileira marcada pela tentativa de escravização dos índios, primeiros habitantes das ditas terras descobertas, não foi bem sucedida, o que mais se avançou foi o genocídio do povo indígena.

O que restou ao colonizador europeu foi escravizar os africanos e trazê-los em embarcações chamadas de navios negreiros, responsáveis pelo transporte de milhões de africanos para as colônias europeias.

Todo povo colonizado – isto é, todo povo no seio do qual nasceu um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural – toma posição diante da linguagem da nação civilizadora, isto é, da cultura metropolitana (FANON, 2008, p. 34).

Nesse contexto, se fortaleciam ideias como a Eugenia que organizava a relação entre os seres humanos e as nações de forma verti-

calizada, colocando o caucasoide (homem branco) como superior ao vermelho (o indígena) e ao negroide (africano).

Dessa maneira se estabelecia uma memória extremamente perversa começando a fazer parte de uma estrutura mental que subordinava o negro e o índio e superiorizava o branco.

As dificuldades da construção de uma educação antirracista estão, em primeiro lugar, na concepção de nosso imaginário, que foi produto de uma relação de colonização de exploração.

Esse imaginário nos persegue até os dias atuais e esteve presente em várias gerações que nos antecederam, afirmando a cada fio de cabelo e a cada tonalidade da pele um discurso racista dominante e perverso.

Esses foram os principais passos, de forma resumida, que criaram toda essa conjuntura de dominação que impactou na identidade de nossos jovens negros brasileiros.

Todas essas dificuldades teceram nosso desenvolvimento social e estão profundamente enraizadas, seja no livro didático, na propaganda da TV ou no site da internet que serão acessados por esses homens e mulheres que produzem e reproduzem o racismo nosso de cada dia.

Essa desconstrução deverá levar os mesmos mais de 500 anos de formação do espaço nacional e dessa imagem da nação brasileira que não identifica positivamente o homem e a mulher negra em nossa sociedade.

Considerações finais

Essa reflexão envolveu a experiência da parceria entre a UNEB e a UFRB na construção de uma educação antirracista em 2009 e em 2019 por meio de trabalho docente tendo como referência a disciplina Geografia da África.

As atividades desenvolvidas no Santo Antônio Negro em 2009, no curso de formação do NEPPINS em 2019 e no congresso internacio-

nal de saúde mental em 2019 foram as experiências práticas relatadas nesse texto.

Essa construção se deu com profissionais comprometidos com a ruptura desse modelo racista que nos aprisiona até os dias atuais e que tem provocado diversos tipos de adoecimento, desde o mental até o físico.

Os eventos discutidos nesse capítulo demonstram um esforço para o avanço das relações sociais com um menor poder do racismo, conforme propôs a Conferência de Durban em 2001; contudo, os acontecimentos demonstram que ainda há uma distância grande para colocarmos em prática esses avanços jurídicos.

O episódio atual da pandemia da Covid-19, a morte de George Floyd nos EUA e o surgimento do movimento internacional “Vidas negras importam” demonstram o tamanho do fenômeno.

A construção de uma educação antirracista precisa de compromisso e trabalho através de um empenho que deve envolver todos, os estudantes, os professores, os funcionários, a reitoria, a comunidade externa e demais segmentos da sociedade, inclusive, o político.

Referências

APPIAH, K. A. **Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura**. Rio de Janeiro, Contraponto, 1997.

BELLUCCI, B. **Introdução à história da África e da Cultura Afro-Brasileira**. Rio de Janeiro, UCAM, CEEA: CCBB, 2003.

BRUNSCHWING, H. **A partilha da África Negra**. São Paulo, Perspectiva, 2004.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador, EDUFBA, 2008.

GIORDANI, M. C. **História da África: anterior aos descobrimentos**. Petrópolis: Vozes, 1985.

HERNANDEZ, L. M. G. L. **A África na sala de aula: visita a história contemporânea.** São Paulo, Selo Negro, 2005.

KI-ZERBO, J. **Para quando a África?:** entrevista com René Holenstein: tradução de Carlos Aboim de Brito. Rio de Janeiro, Pallas, 2009.

MAESTRI, M. **História da África Negra Pré-colonial.** Porto Alegre, Mercado Aberto, 1988.

MAGNOLI, D. **África do Sul: capitalismo e apartheid.** São Paulo, Contexto, 1992. Coleção Repensando a geografia.

MARTINEZ, P. **África e Brasil: uma ponte sobre o Atlântico.** São Paulo: Moderna, 1992.

OLIC, N. B. **África: terra, sociedades e conflitos.** São Paulo, Moderna, 2004.

SANTOS, R. E. **Diversidade, espaço e relações sociais: o negro na Geografia do Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social.** Rio de Janeiro: edições Graal, 1983.

VERGER, P. F. **Orixás, Deuses iorubás na África e no novo mundo.** Editora Corrupio: Salvador, 1992.

Psicologia clínica, doença falciforme e alunato negro

Regina Suama Ngola Marques

Berenice Kikuchi

Adson Silva França

Dulcinéia Santana dos Santos Almeida

Manuela Pinheiro Santos

Introdução

A ciência psicológica é campo rico em fundamentações para os agravos em saúde mental, relações com processos formativos de desenvolvimento humano, apoios ao trabalho pedagógico de profissionais da educação, operadores de direito, serviços de assistência social, médico hospitalar, enfim. Os conhecimentos da psicologia são transversais e importantes para o desenvolvimento humano em todos os seus aspectos, principalmente, na contemporaneidade.

Observamos que nas pesquisas sobre saúde mental, a população mundial sofre agravos cada vez mais frequentes neste aspecto. A saúde mental, principalmente no tocante aos transtornos de ansiedade, depressão e ideação suicida, tem configurado como prevalente no contexto do mundo em todos os continentes e países (DAHL, 2019).

Além disso, observa-se também que no contexto mundial os índices de suicídio e transtornos depressivos são prevalentes na população jovem entre 15 e 25 anos e prioritariamente no grupo étnico negro (DAHL, 2019).

Este quadro atual denota uma transformação rápida nos modos de vida da população negra no contexto do mundo, pois no final da década de noventa os índices de depressão e suicídio no grupo negro

nos Estados Unidos eram baixo, em contraposição aos grupos étnicos asiático e branco (OLIVEIRA, 2014).

Diante destes dados, o interesse deste capítulo é discutir sobre a formação clínica psicológica com pessoas negras e portadoras da doença falciforme; um agravo em saúde que atinge em geral pessoas de origem e descendência negra africana. Embora o grupo étnico branco também seja portador do gene da anemia falciforme, o grupo étnico negro é no Brasil o grupo mais prevalente de pessoas com o agravo da doença falciforme.

No Brasil e nas Américas a doença existe por ser hereditária e ter vindo da África Central e Ocidental por meio das imigrações forçadas de africanos. A doença possui uma dimensão universal de grande problemática epidemiológica e tem ficado na invisibilidade, como a maioria dos fatores sociais, educacionais e de saúde que afetam a vida de nossa população, em especial, a negra (CUNHA JUNIOR; KIKUCHI, 2014).

Sob tal perspectiva, sendo a Bahia o estado mais negro do Brasil, a formação do psicólogo da UFRB não poderia deixar de abordar as especificidades dos agravos que são prevalentes neste grupo populacional. Dois fatores importantes nos obrigam a trazer a experiência de formação de psicólogos na graduação a partir de estágios pré-profissionais. O estágio básico supervisionado e o estágio específico supervisionado.

Embora ainda não exista um componente específico na grade curricular do curso de psicologia da UFRB que se dedique a abordar as prevalências e comorbidades em saúde e o grupo étnico negro, é importante salientar que o ativismo epistemológico formativo deve ser cultivado por professores cientes da territorialidade de inserção da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, do perfil de seu alunato e das regionalidades que compõem o quadro formativo da relação ensino, aprendizagem, produção de conhecimento e atores sociais.

Neste capítulo, abordaremos os modos de organizar o trabalho de atividades formativas no ensino, na extensão e pesquisa ampliada aos aspectos das ações afirmativas no escopo da psicologia clínica no atendimento de pessoas da Associação de Anemia Falciforme do Estado de São Paulo e da Associação Feirense de Pessoas com Doença Falciforme.

Organizando o trabalho clínico psicológico

As atividades inicialmente pautaram-se no atendimento psicológico dos alunos em estágio básico supervisionado para com pessoas com doença falciforme oriundas destas duas associações de saúde e promoção social.

A proposta centrava-se na perspectiva orientativa, favorecendo o (re)conhecimento da doença no grupo populacional negro em termos de prevalência e das observações decorrentes das manifestações emocionais implicadas a partir dos sintomas e sinais típicos da doença.

Reconhecer os sintomas e sinais dos agravos na saúde de pessoas com doença falciforme foi o primeiro passo para favorecer a compreensão da emocionalidade, afetividade e sofrimento psíquico da população negra. Sua condição de exclusão e os processos sociais e psicológicos implicados na dimensão do sujeito.

Os principais sintomas e sinais são a anemia crônica, crises dolorosas que manifestam-se por dores nos ossos, músculos e articulações, associadas ou não a infecções, exposições ao frio, desidratação, esforços físicos, entre outros. Também estão presentes palidez, cansaço fácil, icterícia, feridas nas pernas, inchaços nas mãos e nos pés que são muito dolorosos. Muitas vezes ocorre o inchaço do baço e a pessoa tem maior tendência a infecções de repetição (KIKUCHI, 2014).

Os aspectos financeiros e econômicos, também faziam parte da análise clínica psicológica, pois não há como considerar os aspectos

clínicos da saúde mental e sofrimento emocional sem considerar o contexto da territorialidade do sujeito.

Portanto, a noção de território negro foi um marco importante para embasar conceitualmente os alunos estagiários de psicologia, que passaram a implicar-se em reconhecer qual a territorialidade do Recôncavo, sua população, sua forma de cultura, etnicidade, modos de vida, modos de pensar, ser e agir.

O conceito de território, podemos sintetizar, como terra, berço, sede e local de trabalho da ação humana. Ele é multidisciplinar, político, social, cultural, administrativo e geográfico. Reúne poderes individual e coletivo, das organizações governamentais e não-governamentais, das associações e movimentos sociais. O território é produção e reprodução social do espaço (OLIVEIRA, 2016).

Estas noções foram importantes eixos de discussão com os alunos, a fim de contribuir para a compreensão da dimensão psicológica do sujeito negro e diaspórico. Como ele está inserido na organização social, no espaço e território, na escola, na família, na sociedade. Como as crianças e jovens negros, portadores de doença falciforme, estão inseridos no contexto da sociedade em termos de direitos e cidadania. Ao mesmo tempo, as características do protocolo de atenção emocional, que as associações disponibilizaram, favoreceram uma análise prévia da situação de sofrimento psíquico das pessoas que esperavam por um apoio e orientação emocional.

A partir da noção de território negro e da compreensão dos agravos e sintomas da doença falciforme, pudemos estabelecer a crítica à psicologia clássica que forma o estudante, futuro profissional da psicologia, e procuramos inserir a ideia de que a política de saúde integral da população negra – uma política do Sistema Único de Saúde – deve conjugar-se na formação dos atores sociais que serão os profissionais de psicologia.

A crítica ao modelo clássico de uma psicologia que pouco afeta a população brasileira no tocante aos negros e indígenas, como é comum nos currículos formativos em psicologia, foi trazida a fim de que o pensamento clínico e a capacidade de análise psicológica e acolhimento do sujeito a ser atendido pelos alunos em caráter de supervisão pudessem ser mais efetivos.

Atendidas estas premissas, aliadas a textos clínicos da psicanálise e psicologia social materialista histórica, partimos para o enfoque das fichas de acompanhamento clínico e a abordagem orientativa de uma psicoterapia breve, capaz de apoiar os modos do sofrimento emocional das pessoas negras com doença falciforme. Os alunos que realizaram este trabalho eram alunos pertencentes às ações afirmativas da UFRB, estudantes negros – pretos e pardos – que demonstraram pleno interesse em aprofundar as necessidades de compreensão dos aspectos formativos da sociedade brasileira em seu contexto macro social e refinar a percepção emocional dos sujeitos negros acometidos pela doença falciforme e as implicações psicossociais decorrentes desses dois eixos: indivíduo e sociedade, objetivo e subjetivo, individual e coletivo.

Dois alunos não se consideravam negros, embora no contexto internacional e regional de outros estados do Brasil poderiam ser considerados negros em função da fenotipia e também pela marca de origem, conforme a ampliação do conceito cunhado por Oracy Nogueira. Nesta ampliação conceitual sobre a marca de origem, na contemporaneidade, é importante discutir que a mestiçagem passa por inúmeras complexidades e nascer em determinadas territorialidades no Estado brasileiro é pertencer mais ou menos ao conjunto de valoração social que o território emana no contexto do centro para a periferia. Sob tal perspectiva, não estivemos preocupados em observar a fenotipia dos alunos em negros ou não negros. Mas estivemos atentos em fornecer os elementos importantes de implicação social e ético-po-

lítica capazes de favorecer a escuta atentas do sofrimento específico do grupo étnico negro com doença falciforme.

Os alunos negros e não negros (que autodeclaravam-se não negros) puderam ser sensíveis à escuta clínica dos sofrimentos trazidos pelo povo preto com doença falciforme. Antes formamos conceitualmente a partir de leituras dialógicas, problematizando a noção de compreensão dos sujeitos sociais, a cidadania, a luta por direitos, a história social do Brasil a partir do colonialismo e do escravismo. A emergência do Recôncavo da Bahia, enquanto importante eixo norteador de fundação da cidade de Salvador, conforme a tese de doutorado do Professor Milton Santos.

Também a experiência docente quanto aos aspectos críticos formativos do psicólogo na discussão acurada da sociedade brasileira a partir de um escopo social, histórico, geográfico, cultural, psíquico e emocional favoreceu a imersão dos estudantes negros (autodeclarados negros) e não negros (autodeclarados não negros) na escuta acurada dos aportes teóricos e metodológicos do trabalho clínico com população com agravos de saúde em doença falciforme e as dificuldades emocionais decorrentes deste contexto de exclusão em face da sobreposição étnico-racial de desigualdade.

O atendimento clínico e a sensibilidade do aluno

Os atendimentos começaram a partir de um enfoque orientativo, pois o tempo no estágio básico supervisionado não é extenso para maiores aprofundamentos com os sujeitos, sendo necessário informar previamente o tempo reservado para a realização dos trabalhos às pessoas envolvidas.

Nestas passagens do trabalho que estamos delineando, os aspectos das ações afirmativas estão sendo perpassados a partir de uma via de mão dupla: alunato negro (majoritariamente neste grupo de estágio) e população negra com doença falciforme necessitada de

apoio psicológico contra depressão e mal estar emocional geral. Ao realizar o trabalho de orientação de estágio, os alunos negros e não negros são instados a questionar a territorialidade em que se encontram: o Recôncavo da Bahia, um território negro indígena, destituído de condições de desenvolvimento até o início do século 21 e que ganhou uma abertura gigantesca de desenvolvimento social e técnico-científico a partir do início da primeira década dos anos 2000, com a ação de uma política nacional de interiorização das universidades públicas federais em virtude da implementação do advento da carta magna de 1988.

Pensar a clínica psicológica mediada por questões sociais é fundamental, pois favorece a compreensão da importância das ações afirmativas no contexto de formação do território brasileiro, na sua dimensão periferia centro e centro periferia. O psicólogo, estudante de psicologia, precisa ser capaz de internamente e racionalmente fazer o caminho de ida e de volta na observação da cultura e do contexto macro político-social de seu tempo histórico, mas também do tempo histórico do passado, observando o *corpus* que forma sua condição de raciocínio mental e acompanhamento das dores dos sujeitos que sofrem.

Seria possível ser psicólogo de pessoas negras, portadoras de doença falciforme, sem conhecer a historicidade do Brasil e as formas de considerar o negro na sociedade racializada brasileira? Estruturalmente racista e institucionalmente racista?

O debate sobre as ações afirmativas, enquanto lutas políticas dos movimentos sociais negros, de mulheres, de direitos à saúde, moradia, trabalho, renda e emprego, é fruto destes avanços políticos e sociais que fundaram a UFRB.

Pensar a clínica do cuidado emocional na doença falciforme com pessoas negras implica formar o aluno de psicologia para esta consciência política de seu lugar, território Recôncavo, e o grupo étnico – segmento social – negro.

Independente de ser o grupo supervisionado de estudantes que não se autodeclaravam negros, é importante fomentar a base conceitual de uma psicologia assentada na discussão étnica e racial para o exercício de uma clínica psicológica emancipatória, capaz de exercer a escuta ancorada na realidade social de seu tempo.

Neste sentido, o estágio em psicologia clínica e doença falciforme foi uma modalidade formativa que incrementou o aparato social, ético e político da UFRB como instituição democrática de acesso qualitativo à educação superior.

O estudante deste estágio pode viver a dimensão de uma psicologia clínica galgada nas teorias psicológicas não isoladas da crítica e reflexão social de seu tempo e do tempo histórico da organização psicossocial brasileira que gera impactos na psique dos povos pretos, pardos e indígenas.

No caso, nosso embasamento teórico psicológico é no âmbito da psicologia psicanalítica aliada à crítica social. Baseamos nossos estudos a partir da escola inglesa de psicanálise, mas ampliamos a tônica do debate clínico na perspectiva crítica social que os escritos de Winnicott, pediatra em tempos de guerra, observaram sobre a vulnerabilidade das pessoas acometidas por tragédias, desastres e catástrofes humanas.

Embora nos incomode, o apoio de uma psicologia de base europeia, como a psicanálise, a escola inglesa e, de certo modo, francesa, nos permite ter um acesso à crítica social e sensibilidade ao sofrimento humano na conjuntura da historicidade. Elisabeth Roudinesco (2019) nos refere que os estudos freudianos rompem a lógica da sociedade ocidental e imprimem formas de pensar e sentir o mundo muito distintas dos séculos anteriores ao XX. Ao mesmo tempo, a qualidade dos estudos clínicos de Winnicott e da escola inglesa é primordial para compreender o manejo clínico na contemporaneidade, abarcar o sofrimento psíquico por uma lógica da história dos corpos dos sujeitos no

mundo, conforme suas implicações sociais, étnicas, políticas e históricas (ROUDINESCO, 2019).

Sendo assim, poderíamos também, caso nos fosse acessível, utilizar qualquer forma de abordagem psicológica para o atendimento clínico das pessoas com doença falciforme, desde que o aluno de psicologia da UFRB estivesse imbuído de um compromisso ético-político de salvaguardar a história de seu tempo, de sua territorialidade – ao menos da que o inscreve como aluno da UFRB – capaz de observar a lógica deste sistema social, ocidental, branco, eurocêntrico e capitalista inerente à ciência brasileira nas universidades classicamente representadas no sul e no sudeste em geral. Porém, não nos escapa a possibilidade de reprodução de uma ordem hegemônica que contraria a validade de observações da realidade empírica da presença negra no território brasileiro, suas maneiras de ser e de agir, pensar e sentir, diante das atrocidades secularmente cometidas contra este grupo étnico e social que, violentamente, sofre as barbáries que temos assistido acirradamente e cotidianamente nesta segunda década do século XXI, antes da pandemia da Covid-19, mas prioritariamente agora.

As violências simbólicas, o extermínio indígena com as ocupações da Amazônia, com a retirada ilegal de madeiras da floresta, o cansaço das pessoas, o declínio social, a fome, o desemprego são circunstâncias de tragédias e desastres humanos. Como resguardar o psiquismo diante do constante *holocausto*?

O aluno de psicologia neste estágio é levado a pensar que as ações afirmativas são necessárias para equiparar direitos, equilibrar de forma mínima desigualdades extremas. Tais sensibilidades políticas são base para uma forte escuta psicológica de acolhimento e ancoragem humana.

Não se pode formar clinicamente psicólogos a partir de teorias estrangeiras que não leem as realidades empíricas da sociedade brasileira.

O elemento negro é fundante do Estado Nacional, e todas as dimensões de sofrimento material e emocional da população brasileira, pobre e vulnerável, devem obedecer a esta égide.

Portanto, a doença falciforme foi um caminho importante para discutir com os alunos de psicologia as ações afirmativas da UFRB, do contexto brasileiro, sua validade e como a clínica psicológica da escuta e do acolhimento emocional deve estar mediada por estes vetores sociais, éticos e políticos.

Nesta arguição semântica, foram convidadas pessoas para compor o enredo discursivo de uma clínica psicológica cuja escuta se ancora no cuidado, no sofrimento das populações afro-ameríndias e na importância de ser capaz de realizar uma clínica de atenção a estas populações que são majoritárias no contexto do Brasil.

Os alunos puderam ouvir casos clínicos atendidos por profissionais da psicologia e da enfermagem da Associação de Anemia Falciforme do Estado de São Paulo – AAFESP e da Associação Feirense de Doença Falciforme.

Berenice Kikuchi, que assina conosco este texto, é uma liderança negra feminina que nos anos anteriores a carta magna de 1988 ajudou a organizar a luta pelo direito ao exame do pezinho no município de São Paulo, que mais tarde se estenderia ao contexto estadual e finalmente a triagem neonatal que hoje temos. Ela é presidente de honra da Associação de Anemia Falciforme do Estado de São Paulo e pode trazer suas experiências com a escuta em saúde mental na enfermagem para pessoas com doença falciforme.

Também psicólogos negros e psicanalistas negros foram trazidos para conversarem com os alunos sobre a importância do cuidado na escuta da doença falciforme e também da condição de observar o constructo de pensadores do campo psicológico como Neusa Santos Souza, Virgínia Leone Bicudo, Lélia Gonzalez, Juliano Moreira, Frantz Fanon, enfim, pensadores negros do campo emocional e psicológico

que adentraram a crítica social em seus trabalhos e aprofundaram a escuta clínica na psicologia.

É importante observar que a psicologia social em geral aglutina os trabalhos sobre a crítica à sociedade. Mas, a clínica psicológica coerente com a contemporaneidade sabe construir a análise emocional e o diálogo-escuta a partir dos referenciais de pensadoras negras, de grande envergadura psicológica e crítica social epistêmica.

Atendimento clínico e população negra

Em resumo estreito, os alunos negros e não negros (conforme autodeclaração) realizaram estudos teóricos de pensadoras negras da psicologia e saúde mental. Tiveram conversas formativas com profissionais experientes no trabalho clínico em enfermagem e doença falciforme, saúde mental e psicologia do cuidado com populações em crises graves de adoecimento psíquico.

As trocas entre profissionais experientes, negros fenotipicamente e politicamente (autodeclaradas negras), possibilitaram o vislumbre de metodologias clínicas galgadas na dimensão emocional relativa ao contexto brasileiro, da diáspora, da reflexão sobre o escravismo e os impactos do racismo a partir das políticas de embranquecimento e negação da contribuição do negro na sociedade brasileira. As dimensões do mito da democracia racial foram analisadas a partir da observação de sessões de orientação em enfermagem, salas de bate-papo e/ou arquivos de documentos pertencentes à AAFESP, que foram disponibilizados para consultas pelos alunos em ambiente virtual.

Os casos clínicos foram distribuídos a partir de uma ficha enviada pela AAFESP, na qual continha apenas o nome do interessado em participar de orientações psicológicas em caráter clínico por duas semanas ou oito encontros.

A primeira entrevista foi realizada a partir destes aportes crítico-sociais, observando a dimensão da negritude, da ancestralidade negra e das condições crônicas do adoecimento na doença falciforme.

No caso do atendimento clínico infantil e/ou adolescente, ocorreu a mediação da entrevista com os pais, que realizaram a ancoragem da criança e/ou do adolescente com o estagiário terapeuta, favorecendo a autorização parental para o início dos trabalhos com a consequente devolutiva através de um trabalho de escuta compartilhada entre família, criança/adolescente e terapeuta estagiário.

O professor psicólogo e supervisor de estágio estabelecia a função de escutar as demandas dos estagiários. Orientar e fortalecer a crença na capacidade de realizar a análise macro social para afunilar uma síntese da emocionalidade do sujeito.

Obviamente o produto analítico produzido pelos estagiários não se realizava sozinho. O grupo de estagiários fazia a continência e ancoragem do grupo. O professor assessorava as dificuldades e traduzia em palavras o mal-estar, bem-estar, assertivas, dúvidas, condutas terapêuticas e protocolos clínicos nem sempre passíveis de serem encontrados no ambiente clássico formal dos serviços escolas de psicologia no contexto da formação do psicólogo.

A experiência clínica em contextos de desastres e extrema vulnerabilidade social é pertinente para o cuidado em saúde mental na doença falciforme e com populações negras, quilombolas e indígenas.

Infelizmente, em geral, os gestores clínicos dos serviços escola de psicologia no Brasil pouco são capazes de abertura ao diálogo descentralizado das ações clássicas da clínica psicológica.

As preocupações são pertinentes em geral com a estética formal do ambiente clínico: a caixa de lenço de papel, o mobiliário, o prontuário com as anotações de praxe que não dizem absolutamente nada sobre a vida dos sujeitos em atendimento e apenas referem-se aos cuidados mínimos oferecidos ao usuário do serviço. De todo modo, este espaço do serviço de psicologia não foi necessário de utilização. A relação de atendimento foi no contexto da orientação no ambiente

escolar, no ambiente familiar e no contexto de apoio direto à criança, ao adolescente e sua família.

Foram realizados atendimentos de orientação emocional, objetivando um conhecimento do sujeito sobre seu processo de funcionamento emocional e as formas de lidar com o contexto da doença falciforme, durante as crises, as dificuldades no contexto da escola, das relações sociais, no processo de trabalho, autoestima e aceitação de si e valorização das potencialidades e competências individuais e sociais.

Ao final foi realizado um curso de formação em rede para professores da rede de educação municipal da cidade de Santo Antônio de Jesus. Professores, gestores e profissionais da educação tiveram a apresentação das leituras e processos de trabalho dos alunos da UFRB.

A dimensão das ações afirmativas no contexto da doença falciforme permeou todo o trabalho de modo indireto e permanente, cultivando a noção ética, política, estética e poética de valorizar o povo negro no contexto do território afro-ameríndio do Brasil, considerando que a formação do psicólogo se faz para o trabalho com a população brasileira.

O seminário encontra-se disponível no canal do YouTube do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Psicanálise, Identidade, Negritude e Sociedade (o NEPPINS) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, certificado pelo CNPQ. Este grupo de pesquisa está a doze anos produzindo ações formativas para o alunato negro e também para a população negra de Santo Antônio de Jesus. Através de ações em formação para a educação escolar quilombola, clínica da saúde mental da população negra, publicações sobre saúde e população negra e oferecendo componentes de estágio específico para o estudante de psicologia interessado em uma clínica da saúde mental que dialogue com autores e pensadoras negras alicerçadas em uma crítica ao racismo na sociedade brasileira.

Nem sempre estas linguagens formativas são bem apreciadas pelo alunato da UFRB. Ao longo dos anos temos conseguido potencializar protagonistas sociais importantes para o debate no universo nacional e internacional.

As ações afirmativas na UFRB apresentaram um caminho importante de transformação social no Recôncavo da Bahia. A Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012, trouxe para o contexto brasileiro aquilo que já era realidade na UFRB desde a sua fundação.

A Bahia, no Brasil, mais uma vez funda novas perspectivas de linguagens e pensamentos ético-políticos, sensibilidades ao sofrimento e clamores humanos, que fortalecem o sentido da realidade brasileira negra, indígena e afro-diaspórica.

Tais sentidos ainda são difíceis de serem implementados nos currículos. Pois nem sempre o componente de estágio específico é passível de ser ofertado nas diferentes possibilidades diante da crítica social do pensamento racial brasileiro e epistemologias negras.

Algo importante de ser considerado é a fenotipia e a conduta ético-política do agente professor psicólogo que oferta o componente curricular voltado para populações negras. É preciso que as ações afirmativas valorizem os corpos negros em seu conjunto totalitário e social.

O professor negro tem elementos discursivos próximos de atores sociais historicamente negligenciados.

É importante no planejamento acadêmico ser garantido o acesso do professor psicólogo negro aos trabalhos no serviço de psicologia, nos espaços historicamente brancos da instituição Universidade brasileira.

Existem incompreensões epistêmicas que escapam à formação de muitos psicólogos da própria UFRB. Sabemos que nossa universidade é diversa, negra, indígena, quilombola. Mas ela é também branca, sedenta da permanência da mestiçagem, do *'mito da democracia ra-*

cial', da ideologia do branqueamento. A Universidade, assim como o universo brasileiro, está imbuída da necropolítica e da antinegitude (VARGAS, 2016).

A presença de estagiários de psicologia negros no contexto da clínica psicológica, seja na abordagem da doença falciforme ou não, é ainda vista com certa desconfiança e mal-estar (OLIVEIRA, 2017). Porém, o que deve merecer estudos mais abrangentes é a presença do docente negro dentro do serviço de psicologia na clínica psicológica.

Também na UFRB, as ações afirmativas deveriam se pautar na promoção do elemento negro na gestão de espaços pouco visibilizados por intelectuais negros. Ser professor universitário é um fator de desenvolvimento social. Porém, ser professor de psicologia em um serviço escola – clínica psicológica – é ainda um fator elitista em certos contextos sociais, como o do Recôncavo da Bahia.

Nos perguntamos as razões pelas quais a manutenção de iniciativas como estas, nunca são formalmente apoiadas no currículo de psicologia da UFRB? O PPC ou PPP não favorece a amplitude destas possibilidades formativas fora do âmbito da vontade, voluntarismo do docente. Este fator enfraquece as ações de transformação do contexto das ações afirmativas. Pois elas devem impactar a todos os sujeitos, negros ou não.

As ações afirmativas devem produzir a transformação nos modos de ser, pensar e agir das pessoas. E, no tocante a este aspecto, o estágio em doença falciforme e abordagem clínica permite realizar esta necessidade. No entanto, não há base para a permanência do trabalho. Os alunos não voltam para fortalecer essas iniciativas. Há desconfianças sobre o produto atingido, como se as provas devessem sempre ser reapresentadas a cada nova turma. A visibilidade docente é também acobertada durante o planejamento acadêmico que parece favorecer domínios epistemológicos distintos da dimensão negra nos espaços brancos.

Discutir racismo nos componentes de psicologia social, antropologia, políticas e processos de apropriação da realidade, pode ser algo apreciado e bem-vindo. Porém, apresentar metodologias novas, epistemologias negras que desafiam o conforto do já estabelecido, parece ser um entrave para novos fortalecimentos do trabalho clínico com doença falciforme e ações afirmativas.

Neste sentido, o pesquisador negro, o professor/professora negra, é também um entrave para a manutenção do mito da democracia racial no contexto da universidade brasileira, incluindo a UFRB.

Principalmente quando lhe são negados os componentes de maior complexidade clínica em níveis formativos para o profissional da psicologia, mesmo quando o concurso público de ingresso na universidade normatizou os componentes curriculares afetos aos docentes.

No jogo político dos poderes institucionalizados, o planejamento acadêmico e a gestão de ensino acabam por naturalizar relações de simpatias e amizades, certos clientelismos e apadrinhamentos, que convergem para uma lógica exclusivista e excludente dos corpos negros do contexto da Universidade brasileira.

A Universidade brasileira, tal qual a doença falciforme, é estruturalmente racista. Segrega os grupos étnicos e privilegia os corpos fenotipicamente brancos. Mesmo diante de legislações inovadoras como a Lei 12.711/12 e as políticas de ações afirmativas que fundam a UFRB.

No bojo das formas de sociabilidades políticas, humanas e sociais entre o alunato preto e docentes negras e negros no contexto universitário, as diferenças se acirram. As diferenças apresentam exclusão, discriminações e forçam para que tanto o professor como o aluno negro permaneçam dóceis às hegemonias dos poderes historicamente legitimados.

Pode um professor negro adentrar os espaços da clínica psicológica – do serviço de psicologia – sem ser visto com olhares de desconfiança sobre sua competência e seu trabalho estranhamente forma-

tado por autoras pensadoras negras nunca vistas no âmbito da ciência psicológica?

Quais os lugares possíveis na Universidade para o alunato negro, pardo e indígena?

Qual o lugar de viabilidade do professor/professora negra no contexto da clínica psicológica da saúde mental das populações humanas, mediada por uma cosmovisão de mundo africanocêntrica e não reducionista?

Existiria este espaço potencial – potência de transformação – na Universidade brasileira? Haveria este espaço potencial de real igualdade na UFRB?

O espaço potencial vem se realizando no voluntarismo de corpos negros. Onda negra, medo branco, favorece a transformação social e afetiva das pessoas. No entanto, o racismo, o racialismo e a exclusão são as tônicas visíveis no processo de adoecimento mental das populações negras. No caso das pessoas com doença falciforme, a situação crônica do adoecimento físico não é mediada por políticas de acolhimento na escola, no trabalho, no acesso a serviços de saúde, lazer e educação.

E na clínica psicológica, nos espaços acadêmicos, formar para estas sensibilidades negro-indígenas parece ser fator inconveniente e não relevante. Resvalando inclusive na concepção do aluno negro e não negro que não acredita na existência de uma psicologia autenticada por corpos negros.

Na assunção do profissionalismo, quando os anos finais vão se aproximando, o aluno de psicologia tende a se voltar para professores mais próximos do perfil fenotípico branco ou não negro. Masculino e jovem. Com referências epistemológicas europeias sem nenhum amalgama negro. Ou ainda, corpos brancos revestidos de camisetas performáticas negras e com linguagens e signos de religiosidades e culturas negras.

Seria este o lugar da imagética aceita do negro no Universo acadêmico? A partir de uma estereotipia que é viável apenas em corpos fenotipicamente brancos que, como Gilberto Freyre, declaram amor pelo negro brasileiro e reproduzem os pilares de Casa Grande e Senzala? Abstraindo-se do compromisso de fortalecer e enaltecer as necessidades de valorização das ações docentes de corpos negros como os estudantes negros da UFRB.

Na mesma medida, a crítica ao trabalho clínico e as reverberações nas ações afirmativas da UFRB devem estender-se aos corpos negros privilegiados de professores pretos. Sim. Professores negros existem muito mais na UFRB do que provavelmente em qualquer universidade. E estes negros e negras? Estão preparados para os embates epistêmicos de uma Universidade que rompe com os exclusivismos hegemônicos necropolíticos e epistemicidas antinegro, ou estão dispostos a engajarem-se na transparência da apatia da cor para protegerem-se – ilusoriamente – das violências que inevitavelmente cedo ou tarde recaíam em seus corpos negros, negros corpos. Até quando serão capazes de perfilar os interesses hegemonicamente dos corpos brancos que privilegiam suas necessidades criando dispositivos justificáveis para a manutenção de seus espaços nas clínicas psicológicas do poder?

Enfim, este capítulo sobre práticas clínicas, doença falciforme e ações afirmativas procura fazer um apanhado pouco profundo sobre as movimentações emocionais que se operacionalizam no contexto da universidade brasileira com alunato negro e também, no caso da psicologia clínica, com docente negra.

Não chegaremos a resposta alguma. São provocações que instam deflagrar conluios que podem prosseguir ou dissipar-se em novos caminhos e perspectivas.

Novos caminhos necessários e possíveis. Por isso a linguagem é fundamentalmente tão importante. Oralidade é importante. Porque ao falar, materializamos as dificuldades que se amenizam. Percepções

outras podem surgir entre as formas de sociabilidades entre negros e brancos, indígenas, negros e brancos nos trânsitos dos espaços da academia e dos serviços de psicologia, seja na UFRB, seja em outras territorialidades negras.

Abaixo a fala ao vivo dos principais protagonistas. Todos foram convidados a falar. No entanto, apenas três se dispuseram. Enfim, silenciamentos existem. Segredos e entraves frente às ações afirmativas no contexto brasileiro das universidades, entre professoras negras, professores negros e alunato negro; muito há ainda para se revelar.

Eu tenho vergonha. Eu me sinto incompetente...
 Acho que não vou conseguir...
 Chego a chorar até...
 Mas eu me fortaleci muito... vejo que é possível muitas coisas. Agradeço a meus colegas e a professora Regina...
 Mas tudo é muito difícil e ao mesmo tempo fortalecedor...
 Deixa pra lá... não sei dizer (Estudante negra, cotista da UFRB, curso de psicologia).

Sou um rapaz que sempre estudou em escola pública, com classe popular e considero com a cor parda e a raça negra. Como também, ingressei na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) pelas ações afirmativas de cota e recebo também assistência pela Pró Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE) que proporcionou através do auxílio moradia vinculado ao Programa de Bolsa Permanência (PBP) - MEC. Bem como, é importante ressaltar que as políticas de ações afirmativas são fundamentais para minha entrada na universidade e permanência, não só minha, mas também do meu irmão, que fomos os primeiros da família a se formar e ter diploma de nível superior.

Minha experiência de estágio aconteceu no nono semestre através do componente curricular Estágio Supervisionado Básico I, onde tive a possibilidade de fazer o estágio na clínica. Neste estágio atendemos e acolhemos pessoas que convivem com a doença falciforme, como também sua prevalência é na população negra (Jovem negro, estudante de psicologia da UFRB).

Gostei da experiência do estágio. É importante ressaltar que o paciente que atendi era um

adolescente que não tinha a doença. O estágio foi marcado pelo lugar do sonho que muitas vezes é retirado das classes populares, negras e vulneráveis, pois a possibilidade de escolha limita as perspectivas das ações devido a realidade de cada indivíduo, sociais e econômicas. Além disso, o estágio me possibilitou vivenciar experiências não tão longe da minha realidade socioeconômica (Jovem negro, Bacharel em Saúde e estudante de psicologia da UFRB).

Durante toda minha trajetória dentro da universidade tive que ajudar a minha mãe em seu trabalho, como também a escolha do local do curso foi proposital devido o tal motivo. É importante ressaltar para nós jovens pardos/negros, cotistas e baixa renda é difícil a permanência dentro da universidade e ao mesmo tempo desafiador (Jovem negro, estudante de psicologia da UFRB).

Ser uma estudante negra em uma universidade pública no recôncavo baiano, onde a maioria da população e estudantes são negros deveria ser algo muito acolhedor. De fato, foi o meu território de acolhimento, de formação acadêmica e política, mas, também foi o ambiente em que eu descobri as minúcias do racismo, que mesmo sendo algo mais discreto, disfarçados com discursos politicamente correto, desdobram em intensos sofrimentos. A partir dessas vivências, pude notar o quão é importante ter professores negros, não só pela representação, mas, também por trazer outros autores negros que não fazem parte da literatura base do curso, por levantar discussões relevantes, que não foram apresentadas antes e por de maneiras diretas e indiretas nos ensinarem a resistir ao racismo. Acredito que essa vivência fará toda diferença na atuação da minha futura profissão (Estudante negra, psicologia, UFRB).

Eu entendo a paciente... Ela é uma criança tão sofrida... Mas porque não queria participar mais? A mãe dela diz que ela não se aceita. Não gosta de ser negra. Eu achei que foi um erro meu. Por mais que a supervisão dissesse que não... A gente sente um vazio... Acho importante os textos sobre educação e identidade negra. Ajudaram muito. Muito importante. Eles me fizeram entender sobre as dificuldades sociais e o sentimento das crianças negras. Às vezes tenho vontade de desistir. Tenho a impressão que não entendo nada. Mas hoje minha mãe disse: Minha psicóloga... Ah eu fico... já avancei muito. Não vou parar... (Estudante negra, psicologia, UFRB).

Considerações finais

Os alunos da psicologia falam por si. Vozes que ecoam e precisam ser ouvidas. Professoras negras falam. Intelectuais e pensadoras negras falam. Elas existem. Sempre existiram.

Estão presentes. Sempre falaram. Como Fanon, não querem mais gritar. Querem ser ouvidas. Ver a Humanidade livre, igualmente.

A esta altura não adianta mais gritar. Por enquanto, com toda serenidade, eu penso que será bom que certas coisas sejam ditas. Essas coisas, eu vou dizer-lhes, não gritar. Pois há muito tempo o grito saiu de minha vida (FANON, 1952, p. 5).

Referências

CUNHA JUNIOR, H. **Apresentação – Anemia Falciforme**: um problema nosso. São Paulo: AAFESP, 2014.

DAHL, C. **Conferência de Abertura do II Congresso Internacional Saúde de Mental da População Negra e Educação Superior**: Balanço de uma década. Centro de Ciências da Saúde UFRB, Santo Antonio de Jesus, agosto de 2019.

FANON, F. *Peur noir, masques blancs*. Paris, Editions du Seul, 1952. KIKUCHI, Berenice. **Anemia Falciforme**: um problema nosso. São Paulo, AAFESP, 2014.

OLIVEIRA, R. M. S. **Relatório Território e Violência**: impactos do racismo na saúde de populações negras. Fundação Biblioteca Nacional, MINC, Rio de Janeiro, 2014.

OLIVEIRA, R. M.; OLIVEIRA, R. J. **Dilemas da Raça**: empoderamento e resistência. São Paulo: Aditora Alameda, 2017.

OLIVEIRA, R. J. **Territorialidade Negra e segregação racial na cidade de São Paulo**: a luta por cidadania no século XXI. São Paulo: Editora Alameda, 2016.

ROUDINESCO, E. **Por que a psicanálise?** Rio de Janeiro, Zahar Editora: 2019.

VARGAS, J. H. C. **Antinegritude** – o impossível sujeito negro na formação social brasileira. Cruz das Almas: Editora UFRB, 2016.

Escuta psicoterapêutica em desastres e calamidades: ações afirmativas

Regina Suama Ngola Marques

Silvana Batista Gaino

Willian Tito Maia

Introdução

Os contextos de desastres no Brasil são acentuados pelo grau de vulnerabilidade a que a população está exposta. Assim, eles se tornam muito complexos, se comparados à vulnerabilidade em outros países onde as condições sociais estão mais bem equacionadas. A péssima distribuição da riqueza aliada à ausência de serviços governamentais de amparo social aos mais carentes são fatores agravantes que asfixiam socialmente as possibilidades de sobrevivência das camadas menos favorecidas (ALBUQUERQUE, 2008).

A emergência da Covid-19 mobiliza uma reflexão sobre a psicologia social dos desastres. A literatura contempla uma abordagem multifacetada sobre esta temática. Nesta perspectiva, Albuquerque (2008) aponta a necessidade de compreendermos o desastre como um fenômeno para além dos acidentes naturais, contemplando assim a percepção de um conjunto de alterações que de forma direta ou indireta altera a dinâmica do meio ambiente, da economia e do bem-estar social e psicológico das pessoas.

Conforme o autor citado, a cultura amplamente difundida em que se associa a maioria dos desastres apenas a causas naturais, e, neste sentido, quase que totalmente fora do controle das pessoas, contribuiu para que as ciências sociais em geral e a psicologia em particular, durante muito tempo, permanecessem à margem desta temática reflexiva.

A Psicologia dos Desastres atua de modo a oferecer respostas de curto prazo ao estresse agudo, estruturando intervenções com base na comunidade. Esse campo de atuação da psicologia utiliza técnicas como as da intervenção em crise, visando o gerenciamento do estresse com ênfase na diminuição dos impactos emocionais, na resolução de problemas e na construção de estratégias de *coping* efetivas (FAVERO, *et al.*, 2014).

Foi neste sentido que surgiu a iniciativa de professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, com o objetivo de expandir o debate sobre o papel da psicologia em contextos de desastres e possibilitar a estruturação de relatos capazes de fundamentar reflexões sobre a importância do acolhimento de estudantes diante da pandemia.

Os psicólogos clínicos, sociais e pesquisadores buscam um espaço de diálogo interdisciplinar na medida em que a pandemia é um fenômeno complexo e seus efeitos atravessam de diferentes maneiras as múltiplas realidades do nosso país. Sabemos que nem sempre o atendimento na modalidade de teleconsulta é um recurso viável. Desse modo, uma perspectiva contextualizada e conjugada com a realidade social se faz necessária na atuação psicológica.

Os trabalhos voltados para o atendimento em psicologia na modalidade on-line têm sido uma realidade viável em alguns contextos do Brasil e das sociedades globais.

Com o advento da globalização e do trânsito das pessoas, a desterritorialização se faz presente na contemporaneidade, sendo necessários os aportes afetivos e emocionais para ajudar a condição humana de lidar com sofrimentos psíquicos decorrentes das emergências de suas vidas em situações atípicas, de tragédias e desastres.

A pandemia da COVID-19 que assaltou o mundo e revolucionou as formas de cuidados com a vida humana exige a reconfiguração de novas metodologias de preservação física e mental.

A saúde mental humana constatou-se com níveis elevados de ansiedades e medos – pânicos – diante da tragédia da Covid, ao mesmo tempo em que quadros depressivos e vulneráveis já existentes no contexto da vida social das pessoas se adensaram e avolumaram-se de modo drástico e letal.

Muitos pensam em suicídio, violências domésticas com crianças e com mulheres de todas as classes sociais. Femicídios passam a fazer parte do triste cenário das exigências de isolamento social.

Dos seus quase 13.000 alunos matriculados, 1.286 utilizam os benefícios das políticas afirmativas. Do total de estudantes, quase 65% são mulheres. Revelando que nos próximos anos, uma política de atendimento psicossocial para a estudante da universidade do Recôncavo da Bahia deve ser pauta importante para o bem-estar e saúde mental das populações jovem e feminina do nordeste, já que 55,4% de seus estudantes possuem idade entre 18 e 24 anos (Portfólio UFRB, 2017).

Além disso, a UFRB apresenta o quadro das instituições de ensino superior público e federal mais expressivo do contexto nacional, em termos da sobrerrepresentação negra entre os seus alunos. Isto nos possibilita afirmar que mulheres, jovens e negras compõem o público de estudantes da universidade e é justamente este segmento, em termos globais, o mais vulnerável sócio, econômico e psiquicamente. As mulheres negras são as que mais sofrem em escala global as maiores violências e desigualdades. Recebem os menores salários, possuem menores oportunidades de emprego, renda e desenvolvimento. Bem como, são também elas, as que recebem os piores tratamentos nos serviços públicos de saúde, conforme indicadores da Fundação Seade e do censo 2010 do IBGE (OLIVEIRA, 2016).

Os agravos em saúde mental são multifatoriais. No entanto, há indicadores de prevalência em saúde psíquica que asseguram que a

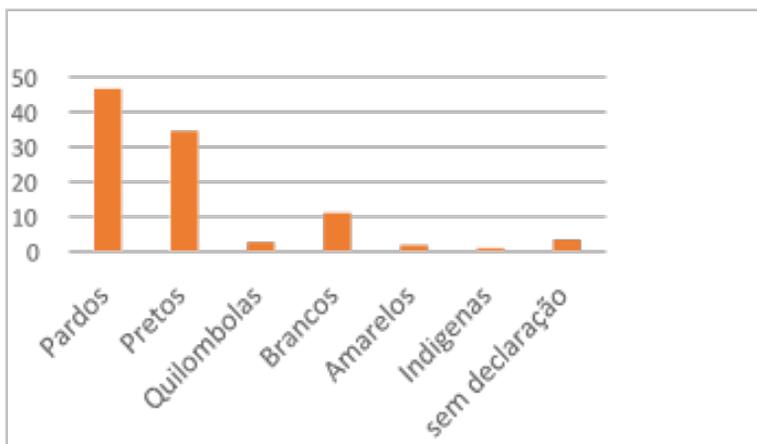
vulnerabilidade social e econômica favorece o sofrimento psíquico e o adoecimento emocional.

Este é um fator preocupante, pois na UFRB, em todos os indicadores de desempenho das políticas afirmativas da PROPAAE organizados por gênero (sexo), o contingente feminino é significativamente majoritário e expressivo.

O quantitativo de bolsistas da pró-reitoria de políticas afirmativas e estudantis é de 1.286, enquanto que o total de discentes da graduação matriculado na Universidade do Recôncavo no ano de 2018 é de 8.370 alunos (Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis – PROPAAE, 2018).

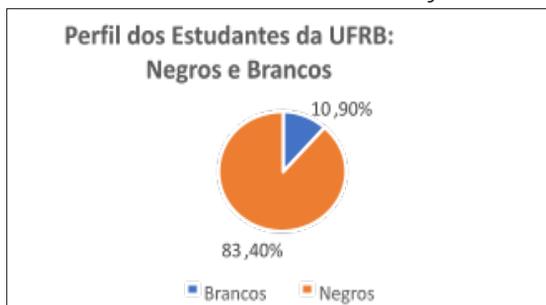
Como referimos, as mulheres contabilizam 63,8% da população estudantil, assim como o perfil raça, cor, etnia apresenta 83,4% de estudantes negros, 10,9% brancos e 3,2% não declarados (Portfólio UFRB, 2017).

Gráfico 1. Índices de Raça, Cor, Etnia.



Fonte: Portfólio UFRB (2017).

Gráfico 2. Perfil dos estudantes da UFRB: Negros e Brancos.

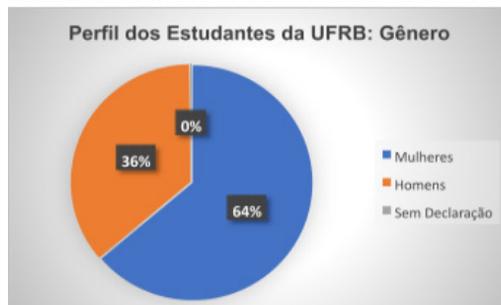


Fonte: Portifólio UFRB (2017).

Como observa-se, a Universidade do Recôncavo da Bahia é negra e feminina. Nas águas da Baía de Todos os Santos, o público majoritário é representativo das lutas das mulheres da Bahia e do Nordeste. Elas são as provedoras afetivas e trabalhadoras que agregam suas famílias, desenvolvem a economia das cidades do Recôncavo e ingressam na universidade.

Embora nossas análises sobre o perfil de usuário que acessou a rede de apoio psicológico a partir das teleconsultas sejam incipientes e ainda não plenamente finalizadas, observamos que o público majoritário atendido também foi feminino, constatando que os impactos afetivos e psicossociais da Covid-19 foram expressivos neste grupo da população estudantil.

Gráfico 3. Perfil dos estudantes da UFRB: Gênero.



Fonte: Portifólio UFRB - Perfil dos estudantes (2017).

No gráfico apresentado acima, apenas 0,2% dos estudantes participantes da pesquisa sobre o perfil do aluno da UFRB não informaram o seu gênero.

Em relação aos indicadores de desempenho da PROPAAE (2018) e às possíveis correlações com o serviço de teleatendimento psicológico remoto, observamos que as demandas emocionais em saúde mental são sempre prevalentes na população feminina. Isto implica pensar que nos próximos anos, para além do contexto da pandemia da Covid-19, os agentes institucionais devem preocupar-se em organizar redes de atendimento psicossocial e psicológico em saúde mental para os estudantes da UFRB e, em especial, às mulheres estudantes da universidade. Considerando a prevalência deste contingente nas necessidades de benefícios e auxílios materiais que a pró-reitoria de políticas afirmativas e assuntos estudantis já vem realizando.

Tabela 1. Indicadores de desempenho da PROPAAE.

Indicador de Benefícios	Gênero Feminino	Gênero Masculino
Percentual de Bolsas	70%	30%
Auxílio Moradia	67,91%	32,09%
Auxílio Transporte	74,28%	25,72%
Auxílio Alimentação	58,92%	41,08%
Auxílio Projetos(UFRB)	70,87%	29,13%
Auxílio Creche	86,27%	13,73%

Fonte: PROPAAE, UFRB (2018).

Se na UFRB os agravos em saúde mental ocorreram de modo elevado a partir dos impactos provocados pela pandemia da Covid-19, nas sociedades humanas o desconhecimento desta nova ordem biopsicossocial avolumou revoltas e necessidades de acolhimento psicossocial, emocional e afetivo; além, é claro, da provisão material de comida, produtos de limpeza, gênero alimentício, produtos de higiene pessoal, abrigo, moradias dignas e ventiladas, precariedade em saneamento básico, enfim: toda sorte de vulnerabilidade se apresenta na pandemia.

No campo psicológico, esta demanda promovida pela pandemia Covid-19 se processou também na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia de forma igualmente preocupante e drástica.

Muitos alunos em situação de vulnerabilidade social que utilizam os serviços da pró-reitoria de ações afirmativas e assuntos estudantis da universidade passaram a buscar ajuda entre os técnicos e gestores da instituição.

A solicitação ocorreu a partir da preocupação do gestor da PRO-PAAE – Pró-reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis – em estabelecer um acolhimento emocional para os estudantes. Promoveu-se a compra de chips de telefones celulares a fim de favorecer o sigilo e conforto mínimo material no atendimento do aluno e, posteriormente, organizou-se as formas de contato com os estudantes a partir da divulgação do serviço entre os estudantes, contando com o apoio de um funcionário técnico-administrativo que organizou os agendamentos e o preenchimento de uma ficha cadastral com dados objetivos.

A ficha foi elaborada por docentes da psicologia com experiência em atendimento clínico.

A equipe de professores que protagonizou o imediato acolhimento da demanda emergencial dos “alunos da PROPAAE” integra um conjunto de professores altamente titulados no campo da pesquisa psicológica, doutores em psicologia, bem como, profissionais experientes no campo do acolhimento clínico e da atenção psicossocial. Tal segurança para adentrar ao difícil campo das tragédias emocionais, sociais e físicas, que o contexto de uma pandemia dissemina, foi o diferencial fundamental para que nenhuma demora no acolhimento dos alunos se processasse. Igualmente, a vontade política do gestor e da equipe de servidores técnico-administrativos também resultou em agilidade e consenso de entendimento ético-político na dimensão de acolher o sofrimento psíquico de estudantes em situação de vulnerabilidade social e emocional. Seja pelo exponencial custo psíqui-

co e físico que a pandemia promove, seja pelas dificuldades em geral apresentadas pelos alunos vinculados aos serviços da pró-reitoria de ações afirmativas e assuntos estudantis.

As ações do atendimento psicológico deram-se a partir da Comissão de Acompanhamento e Enfrentamento à Covid-19 do Centro de Ciências da Saúde que, devido ao processo de isolamento social gerado pela pandemia, teve a emergência ou intensificação de quadros de sofrimento psíquico e vulnerabilidade socioeconômica e emocional.

As demandas por atendimento à saúde mental na contemporaneidade têm sido crescentes em toda sociedade. Nos sistemas de acolhimento disponíveis na UFRB (Serviço de Psicologia e Profissionais de Psicologia vinculados a PROPAAE), este caráter é também presente.

Esta demanda crescente de alunos e comunidade acadêmica tem sido respondida por projetos de pesquisa e extensão de professores que possibilitam o atendimento de maior fluxo de estudantes que necessitam de apoio emocional a nível emergencial e pontual na modalidade de Plantão Psicológico. No entanto, durante a pandemia, como dissemos, este aspecto se agravou muito mais.

O serviço de psicologia da UFRB/CCS em geral tem possibilitado algum nível de acolhimento da demanda. No mesmo sentido, os profissionais de psicologia e assistência social da PROPAAE. No entanto, as emergências da saúde mental na contemporaneidade exigem intervenções institucionais com melhores arranjos técnico-científicos, que possibilitem maior capacidade de acolhimento da crescente demanda por orientação e/ou alívio da dor e sofrimento emocional emergencial. A pandemia da COVID-19 favoreceu e adiantou a necessidade deste aprimoramento técnico-científico. Favorecendo o surgimento, pela primeira vez na história do atendimento psicológico da UFRB, da consulta por teleatendimento.

Sob esta perspectiva, o trabalho docente e a competência formativa que lhes é exponencial no campo psicológico foram fun-

damentais para promover o início dos trabalhos de teleconsulta em psicologia, acolhendo imediatamente o alunato mais vulnerável de nossa universidade que é, em geral, o aluno que está cadastrado como bolsista ou beneficiário das políticas de ações afirmativas para negros, indígenas e quilombolas, bem como beneficiários das cotas sociais da UFRB (alunos oriundos de escolas públicas e brancos pobres).

Embora saibamos que:

[...] a UFRB está regida pela mesma perspectiva eurocêntrica presente nas universidades no mundo global, a partir de lógicas produtivistas e da valorização prioritária do conhecimento produzido pelos cânones científicos, encontrando diversos desafios em sua descolonização, a partir da mudança dos currículos e das práticas docentes. Mas, ao mesmo tempo, seu projeto de universidade negra produz deslocamentos importantes no cenário social e acadêmico (COLEN, 2019, p. 53).

Esta compreensão alargada da missão da universidade do Recôncavo da Bahia foi possível graças à sensibilidade, empatia afetiva, social e a tomada de decisão da equipe de docentes psicólogos do curso de psicologia. A consciência crítica do protagonismo docente e de uma psicologia de vanguarda no processo decisório para as necessárias transformações do contexto brasileiro foram primordiais para o pioneirismo da ação, favorecendo a demanda por acolhimento ao sofrimento psíquico de alunos em condições de alta, média e severa vulnerabilidade social expandida pela pandemia da Covid-19. Através do teleatendimento psicológico, os docentes psicólogos socorreram as necessidades e urgências dos alunos vinculados à PROPAE, segmento estudantil mais vulnerabilizado social e economicamente.

As tragédias e a Covid-19: psicologia ético-política

Sabemos, como profissionais da educação superior, que as ações afirmativas nas universidades brasileiras e em nossa universidade servem a um propósito que é a necessidade de contribuir com metodologias

que, agregadas às ações já existentes, possam favorecer o maior volume de acolhimento da demanda que se apresenta a partir da pandemia da Covid-19. Principalmente no referente aos alunos que possuem perfil diferenciado no acesso aos bens e serviços de saúde e saúde mental, como são em geral os alunos vinculados às Pró-Reitorias de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis nas universidades brasileiras.

A vida dos alunos vinculados à PROPAAE emblematiza as lutas e vitórias do povo do Recôncavo. Embora com o ingresso via SISU – Sistema de Seleção Unificada, o perfil do estudante da PROPAAE tenha se modificado, eles ainda são, como o contexto geral da UFRB, em sua maioria negros, muitos pertencentes às comunidades rurais e pertencentes aos segmentos subrepresentados socioeconomicamente no contexto brasileiro: como vimos nos dados apresentados acima, mulheres jovens e negras.

Ao atendermos os alunos em sofrimento psíquico por teleconsulta psicológica favorecemos uma envergadura maior às possibilidades de acolhimento a esta demanda pelo Serviço de Psicologia da UFRB/CCS e pela PROPAAE. Professores pesquisadores sensíveis à crise sanitária exponencial e os crescentes pedidos de acompanhamento por parte da comunidade discente, através do protagonismo e solicitação formal da PROPAAE, fizeram com que um grupo de professores do curso de Psicologia da UFRB se mobilizasse para propor alternativa de suplementação para o atendimento deste público.

Considera-se, desse modo, que a criação de um serviço de Plantão Psicológico remoto possibilitou oferecer um importante amparo aos estudantes que estão em situação de dor e sofrimento, enquanto, subsidiariamente, nos esforçamos em fortalecer o vínculo destes discentes com a Universidade.

Observamos como compromisso ético-político da psicologia, promovido pelos docentes psicólogos do curso, a compreensão do alargamento da missão desta universidade – A UFRB – de promover o

acesso aos bens de serviços públicos e equipamentos sociais qualitativos que se instalaram a partir de uma política de permanência da educação de qualidade para classes socialmente populares e/ou vulneráveis e excluídas historicamente e psicologicamente. A UFRB representa, no contexto nacional, este caráter. De acolhimento afetivo e emocional aos apelos históricos do “povo negro do Recôncavo”, povo que fez a revolução brasileira do 2 de julho, que protagonizou a emergência do Brasil a partir do centro da cidade de São Salvador (SANTOS, 2008).

Este capítulo apresenta a importância do compromisso ético-político dos profissionais da saúde mental – professores de psicologia – no fornecimento da rede de cuidados e atenção psicossocial direcionada à comunidade discente diante dos agravos emocionais exacerbados pela Covid-19.

Este compromisso ético-político não é simplesmente difundir as ações dos docentes, mas é fornecer subsídios importantes sobre o papel do conhecimento em saúde mental, atenção psicossocial e rede de cuidados para promover saúde em seu sentido amplo, para além da especificidade da psicologia clínica ou de uma psicologia que se inscreve única e exclusivamente nos consultórios clínicos psicológicos como tradicionalmente têm sido formatados os serviços de psicologia no Brasil em sua tradição histórica de vinculações com as elites brasileiras (ANTUNES, 2015).

Em nossa universidade o cenário é diferente. Temos tido ações importantes protagonizadas por professores no âmbito formativo dos alunos. Vinculando-os a atividades para o combate à discriminação, preconceito, acolhimento ao sofrimento psíquico das populações do Recôncavo, possibilitando, assim, um olhar formativo para o profissional de psicologia que seja mais atento as especificidades da territorialidade negra, indígena, rural e pobre do Recôncavo e nordeste brasileiro (MARQUES OLIVEIRA, 2016).

As teleconsultas no contexto da pandemia da Covid-19 favoreceram este pioneirismo docente no acolhimento aos corpos vulneráveis dos discentes. Promovendo saúde mental e fortalecendo os vínculos estudantis com a universidade. Possibilitando o reconhecimento por parte do estudante em situação de risco e vulnerabilidade social do seu direito à cidadania, do direito ao cuidado qualitativo em saúde mental; sofrimento psíquico agravado pela crise sanitária mundial a partir da pandemia.

A partir da escuta sensível e atenta do docente psicólogo ao sofrimento psíquico alargado pela pandemia da Covid-19, os professores de psicologia, experientes psicólogos clínicos e psicossociais, protagonizaram a emergência de acolhimento de afetos e não fugiram de suas responsabilidades para com este público. Portanto, não fugiram aos propósitos emblemáticos da missão que definiu a criação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Missão essa de garantir o acesso à educação pública, superior e de qualidade, observada em seu Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI.

A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) surgiu da reivindicação da comunidade em busca da democratização do acesso ao ensino superior na Bahia, tornando-se uma Instituição comprometida com a produção e difusão da ciência e da cultura e contribuindo com o desenvolvimento socioeconômico e cultural, especialmente, na região do Recôncavo Baiano. Sua efetivação deu-se em razão do Projeto de Expansão das Universidades Federais (PDI – 2019-2030 MEC/UFRB).

A sensibilidade e pioneirismo da equipe de professores de psicologia que protagonizou os atendimentos em teleconsulta psicológica, a partir da perspectiva inclusiva da PROPAAE, representam este esforço de manter viva a renovação do contexto brasileiro na produção de uma ciência psicológica implicada com a ótica social do sofrimento psíquico, bem como com o acolhimento socioafetivo diante das tragédias que assolam a população do Recôncavo da Bahia.

A pandemia da Covid-19 reafirma o papel emblemático do compromisso da UFRB com a população e desenvolvimento do Recôncavo. E a ação dos professores de psicologia, que, a despeito de suas funções, retornaram pela emergência da Covid-19 à experiência clínica e psicossocial de suas formações anteriores ao protagonismo docente, é condizente com a formulação de uma ação pedagógica transformadora, na qual a pedagogia deve ser um ato de libertação, produzindo um soltar das amarras da opressão, fornecendo um letramento social sensível e compromissado com as necessidades do oprimido (FREIRE, 2012).

Diante da pandemia, o relacionamento do professor com a sociedade, na UFRB, foi importante para o estudante oprimido pelo caráter biopsicossocial da pandemia da Covid-19. Ele recebeu acolhimento emocional diante da tragédia que anuncia a todo instante sua letalidade na sociedade mundial.

Organização da teleconsulta na Covid-19

Promoveu-se a observação das demandas, os tipos de sofrimentos mentais e o perfil do estudante que acessa o serviço, a fim de avaliar em termos quantitativos e qualitativos a pertinência desta modalidade de apoio e as formas de implicações em que a UFRB/CCS/Serviço de Psicologia poderia melhor contribuir para o acolhimento mais efetivo da crescente demanda por atendimento psicológico a nível emergencial na modalidade remota de Plantão Psicológico.

Impulsionou-se a organização da demanda com a possível geração de produtos tecnológicos em saúde mental e acolhimento emocional a estudantes universitários em situação de alta vulnerabilidade em saúde (pandemia, aspectos sociais e sofrimento psíquico).

Refletiu-se sobre o coronavírus observando-se os desastres sociais presentes na realidade do Recôncavo da Bahia a partir das ocor-

rências diretas ao alunato pertencente à UFRB, como o “*movimento 11 de dezembro*”⁴ que apresentou a necessidade de melhores condições de vida e segurança em saúde em seu sentido pleno a partir da tragédia dos fogos de artifício que matou dezenas de pessoas na cidade de Santo Antônio de Jesus. Estas reflexões, ainda que não totalmente ampliadas no contexto metodológico de organizar o serviço de atendimento remoto e teleconsulta em psicologia, favoreceram o protagonismo docente no compromisso ético-político e formativo em psicologia e acolhimento emocional.

A tragédia dos fogos de artifícios foi um desastre e calamidade que mobilizou toda rede de saúde no Recôncavo. O Hospital Regional de Santo Antônio de Jesus – Sistema Único de Saúde, bem como a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia são equipamentos surgidos em função da grande repercussão desta tragédia em âmbito internacional, que acionou o desenvolvimento de políticas em direitos humanos e cidadania que observasse as necessidades deste território de histórica exclusão.

Na pandemia da Covid-19 torna-se importante recordar que o surgimento deste Centro de Ciências da Saúde é a realização de uma exigência em saúde a partir de pressões tribunais internacionais de direitos humanos para que este campus da UFRB se instalasse nesta cidade do Recôncavo da Bahia, a partir da visibilidade da tragédia do “*movimento 11 de dezembro*”.

Na pandemia da Covid-19, as teleconsultas psicológicas são similares à atenção ao chamado por direito à cidadania em tecnologias em saúde que equipamentos complexos de saúde podem oferecer, como hospitais e atendimento psicológico.

⁴ A explosão da fábrica de fogos de artifícios vitimou 64 pessoas, na sua maioria mulheres – com idade entre 18 e 47 anos – crianças e adolescentes de 10 a 15 anos de idade. Passados mais de 20 anos da tragédia, os sobreviventes e os familiares das vítimas ainda esperam por justiça (site <http://www.global.org.br/acesso> em 06/08/2020. Brasil no banco dos réus | Caso da explosão da Fábrica de Fogos de Santo Antônio de Jesus será julgado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.

O compromisso com o povo preto, feminino e pobre do Recôncavo pode ser ouvido através das teleconsultas em psicologia por professores da UFRB, que se colocaram como pioneiros na ação psicológica junto a este público da PROPAAE.

Sobre a teleconsulta psicológica

Em linhas gerais, os estudantes foram atendidos por telefone móvel. Via WhatsApp e com os chips fornecidos pela Pró-reitoria de Ações Afirmativas em caráter emergencial. Sete servidores fizeram parte da equipe, sendo seis professores doutores em psicologia com experiência clínica e/ou psicossocial de atendimento, além de um servidor técnico para administração e apoio aos alunos e professores psicólogos.

O fluxo do serviço não se pronunciou excessivo, embora inicialmente a demanda fosse significativamente alarmante.

Os trabalhos foram desenvolvidos e disponibilizados todos os dias da semana, incluindo o sábado, a fim de que houvesse um apoio consistente na escuta do sofrimento psíquico dos estudantes vinculados à PROPAAE.

Os estudantes atendidos poderiam procurar pelo serviço durante oito teleconsultas, as quais, findas, poderiam se beneficiar de novo atendimento conforme a disponibilidade da equipe de professores psicólogos.

Os casos atendidos apresentavam as dificuldades do contexto da pandemia, a necessidade de estreitar o vínculo com a universidade, pois muitos dos estudantes estavam fora de seus domicílios originais – longe de familiares, morando fora de suas cidades em função de estarem cursando a universidade.

Aspectos trazidos em linhas gerais versavam sobre as dificuldades do contexto de isolamento e a vulnerabilidade extrema diante das possibilidades de violência e assédio moral, físico e sexual por parte de muitos estudantes.

Transexuais; estudantes com medo de violências e abusos por parte de pessoas moradoras dos bairros e locais de suas habitações; estudantes, em geral mulheres, com medo de colegas masculinos da universidade que promovem conflitos em repúblicas e habitações compartilhadas; estudantes usuários de drogas e psicotrópicos; estudantes que já praticaram tentativas de suicídio e automutilação; estudantes que já haviam se beneficiado de atendimento psicológico em equipamentos públicos e sociais; buscaram o serviço de teleconsulta psicológica na pandemia da Covid-19.

Observou-se que necessitavam receber orientação diante dos agravos mencionados, bem como ponderar sobre as possíveis soluções junto a familiares em outras cidades e estados de origem e pertencimento afetivo e social.

Muitos relataram dificuldades de convivência familiar em decorrência da alta vulnerabilidade social. A falta de condições de manutenção da vida em termos de moradia no contexto da pandemia, ajuda a familiares que precisaram deixar o trabalho, busca de trabalhos em condições totalmente insalubres – atividades de caráter íntimo e sexual inclusive. Exposição ao contexto da pandemia em função da necessidade de manutenção da vida física – alimentação, aluguel e ajuda a familiares. Necessidade de abandono e/ou trancamento da matrícula na universidade em função da falta de condições de sobrevivência longe de apoios familiares, exposição à violência física, moral e psíquica, bem como o medo do abandono do sonho da universidade e a incerteza do amanhã, foram algumas das demandas expressadas. Abaixo, alguns dos relatos apresentados durante as teleconsultas:

Fragmento 1

Eu tenho medo... eu estou sozinha...estou me degradando por falta de carinho...Eu não sei como vou me manter aqui...Sabe, eu vou voltar pra casa...tenho alguns amigos...mas o que eu cresci aqui...a universidade, uma luz, minhas esperanças...viver esta vida de trans.. a solidão não é fácil... (fragmento de teleconsulta psicológica, maio de 2020).

Fragmento 2

Ir ao mercado, à padaria, pra mim era fácil. Tranquilo. Agora não. Eu não posso andar com a cabeça erguida, tenho medo. Eles me olham, me acusam. Vejo a violência nos olhos deles. Eu e minha arte, eu sei que sou capaz de me sustentar... de terminar... de promover meu desenvolvimento. Minha família, minha mãe me ajudam muito. Mas agora meu colega saiu de casa. Eu não posso ficar sozinha. Vejo que o movimento na rua é precário. Eu receio que possam me agredir. Acho violento ficar sozinha aqui, sem ninguém, sem a universidade. Antes eu encarava... (choro) Agora vou ter que voltar... Tenho dinheiro para o avião (fragmento de teleconsulta psicológica, junho de 2020).

Fragmento 3

Eu estou com tudo em ordem. Já entreguei meu TCC. (dificuldade para falar, voz trêmula e de choro...) O que mais me aflige agora não é a sobrevivência física material. Eu vivo com o auxílio creche que a PRÓPPAE me dá. Vai acabar porque vou me formar. Está tudo certo. Não me dou bem com meus familiares porque me criticam. Não me aceitam. Aham que eu deveria trabalhar pra ganhar dinheiro em outro estado, em um serviço junto com outros familiares que migraram. Mas eu gosto da universidade. Eu sei que é difícil. Mas tem tanta mulher negra que consegue... eu me formei... acho que com o diploma terei mais chance de um emprego. Minha família não valoriza, acha que não é nada... Já publiquei. Escrevo artigos. Faço artesanato, vendo, dou aulas... vou na casa dos alunos. Mas agora, não consigo, por causa da pandemia. Tenho medo... (fragmento de teleconsulta psicológica, julho de 2020).

Os relatos acima são impactantes. Foram realizados durante os meses de maio, junho e julho de 2020. Tiveram duração média de 50 a 60 minutos. Às vezes ultrapassando um pouco. As falas eram embargadas, baixas, com muito choro e muitas vezes a conversa era difícil por conta da falta de conexão de internet adequada na localidade onde os estudantes se encontravam.

Obviamente estes fragmentos não são representativos da totalidade de circunstâncias que se apresentaram no contexto de atendimento psicológico por teleconsulta. São apontamentos inaugurais e carecem de maior aprofundamento teórico-metodológico para a prática

do psicólogo na contemporaneidade e para as formas dos dispositivos tecnológicos a partir da mediação humana no sofrimento emocional.

De todo modo, é importante relatar o acolhimento emocional diante das carências e violências psíquicas e psicossociais que estão expressas nos diferentes relatos acima apresentados.

Eles são indicativos do sofrimento humano, nas vozes de estudantes vulnerabilizados, que venceram seus contextos, que têm na universidade um sinal de alerta, um caminho de esperança, que a pandemia da Covid-19 atrapalha a marcha da libertação destes corpos martirizados pela pobreza, pelo preconceito, sexismo, estigma e pela desigualdade.

As teleconsultas psicológicas promoveram esta possibilidade de favorecer dispositivos de resistência e enfrentamento político, psíquico e social na pandemia da Covid-19.

As teleconsultas não são um fim em si. Elas servem de apoio para outras ações políticas e sociais de maior envergadura. Apontam para a necessidade de continuar o desenvolvimento de um Brasil que escute os sentidos do sofrimento do povo brasileiro, negro, indígena, feminino, transexual, lésbico, gay. Nas vozes de nossos alunos que romperam fronteiras, alargaram seus espaços, que podem e contribuem para uma cosmovisão de mundo diferenciada, alterada, capaz de promover acesso e direitos de cidadania para corpos marginalizados.

As teleconsultas não são acessíveis a todos. Mas possibilitaram para alguns um mínimo conforto psicossocial diante das violências de suas vidas historicamente marginalizadas – alargadas pela calamidade da Covid-19.

Apontamentos em ensino, pesquisa e extensão

O acesso a serviços de saúde e, principalmente, de saúde emocional, mesmo nos 15 anos da UFRB neste território, é precário. Os CAPS,

as RAPS, CRAS e CREAS, são ainda deficitários, embora crescentes no contexto do Recôncavo. Estas têm sido as portas inaugurais e receptoras de nossos egressos que hoje possibilitam o desenvolvimento desta rede em diferentes localidades do Recôncavo e interior do Estado da Bahia. Reafirmando a vocação da UFRB por uma educação de qualidade, pautada no exercício do acesso à cidadania pelas populações do Recôncavo, do interior da Bahia e das periferias do Estado Nacional.

Ainda assim, na UFRB/Serviço de Psicologia, esta população ainda não tem acesso pleno às demandas de saúde emocional no contexto da universidade, no contingente de seus alunos e comunidade acadêmica. E esta atividade fortalece as bases promotoras dos avanços que o ensino, pesquisa e extensão vêm desenvolvendo nos territórios do Recôncavo e para além de sua cartografia étnica, social e política.

Entendemos assim que, nesta intersecção entre ensino, pesquisa e extensão, o atendimento em teleconsulta psicológica valoriza a construção e socialização de saberes e práticas construídos pela Universidade ao longo do processo de enfrentamento da pandemia do coronavírus, organizando instrumentos perenes que convergem para práticas e ações que extrapolam o contexto da pandemia que nos obriga a remodelar as formas de condutas vindouras da universidade brasileira e mundial.

As teleconsultas em psicologia favorecem articular a relação ensino, pesquisa e extensão, considerando que as atividades desenvolvidas estão organizadas de modo a gerar dados de pesquisa que servirão de base para organização escrita da investigação psicológica no âmbito da saúde mental e sofrimento psíquico em situações de pandemia e desastres sociais de complexa vulnerabilidade econômica, social e emocional. O trabalho de extensão promovido possibilita a organização deste banco de dados, dados estes que servirão como fontes de difusão de conhecimentos (extensão) e metodologias de ensino em psicologia em circunstâncias extraordinárias (desastres sociais e humanos, calamidades públicas e pandemias).

Como sabemos, o território do Recôncavo é marcado socialmente e economicamente por tragédias e desastres com visibilidade internacional, como é o caso dos agravos na saúde física e mental da população do Recôncavo, em Santo Antônio de Jesus, produzidos pela tragédia de 11 de dezembro de 1998. Fundamental lembrar e saber que o povo negro e indígena do Recôncavo vence o colonialismo no 2 de julho, vence o escravismo, com suas práticas de resistência que a diáspora negra baiana ecoa no mundo, conquista a implantação da UFRB e segue avante em seu fortalecimento.

As vozes e as dores destes jovens corpos de estudantes da UFRB, em teleconsulta, também ecoam e são representativas de um sonho que teima, resiste e insiste em se realizar.

Meninas, mães, mulheres negras choram, na pandemia letal da Covid-19.

A teleconsulta escuta suas dores e sofrimentos neste momento crítico da segunda década do século XXI.

A pandemia da Covid-19 impera, hoje. Mas a UFRB, em sua psicologia acolhedora e compromissada ética e politicamente, há de lutar, enquanto vida houver, e enquanto o amor – transformação e dom de surgimento da vida – ecoar nas vozes tristes e esperançosas de nossos alunos. Sábios alunos, que nos ensinam, professores, a aprender e a melhor estender as mãos diante das tragédias e das dores.

Nas águas da Baía de Todos os Santos, na Universidade do Recôncavo, Iemanjá, mãe de todas as cabeças, símbolo da saúde mental, está presente.

*É o mar, é o mar
Fé, fé, xorodô
Como se saúda a Rainha do Mar?
O que ela canta?
Porquê ela chora?
Só canta cantiga bonita
E chora quando fica aflita se você chorar... (Maria
Betânia/Vinício de Moraes, 2007).*

Mas Ogum, seu filho, senhor da inovação tecnológica no domínio do aço, navegador de todos os mares, junto com Exu, descobridor do fogo e transformador dos caminhos, dizem:

- Chora não, minha Mãe..., eu acredito é na rapaziada, que segue em frente e segura o rojão... [...] eu ponho fé, é na fé da moçada, que não foge da fera e enfrenta o leão... (Gonzaguinha, 1995).

Exu, descobridor da tecnologia do fogo, nesta prova de fogo reafirma:

-Tamo junto Minha Mãe! Tamo com eles... Tudo tem seu “preço”.

Considerações finais

A Covid-19 é um grande desafio para as sociedades do mundo. Com ciência e tecnologia, a jovialidade negra e feminina da Universidade da Baía de Todos os Santos é como as rainhas africanas – Anne Nzingha de Angola, Ravalona III de Madagascar, Ndete Yalla, Rainha do Wallo no Senegal⁵ –, generais de guerra, forças da diáspora negra que, com sabedoria e tecnologia, resistem à dor e à morte física e psíquica. As teleconsultas em psicologia surgem na UFRB com as pandemias, e pioneiramente com as meninas, negras meninas e meninos negros da PROPAAE.

É a diáspora negra, da UFRB, mais uma vez indicando os ventos de novos caminhos da ciência e de tecnologias para a psicologia, durante e pós Covid-19.

Referências

ANTUNES, M. A. M. **A psicologia no Brasil**. Educ, São Paulo, 2015.

ALBUQUERQUE, F. J. B. A psicologia social dos desastres: existe um lugar para ela no Brasil? In: Andréa V. Zanella; Maria Juracy T. Siqueira;

⁵ Rainhas da Diáspora Negra. Suas vidas e feitos de resistência durante as ocupações portuguesas, espanholas e francesas no continente africano são retratadas na obra *Reines d’Afrique et héroïnes de la diáspora noire*, da historiadora e jornalista francesa Sylvia Serbin, Editora Meduneter, Paris, 2018.

Louise A. Lhullier; Susana I. Molon. **Psicologia e práticas sociais**, Copyright, 2008.

Brasil no banco dos réus | Caso da explosão da Fábrica de Fogos de Santo Antônio de Jesus será julgado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos. Site: <http://www.global.org.br>, acesso em 05/08/2020.

COLEN, N. S. **Uma universidade negra é possível?** A criação da UFRB no contexto das políticas de ações afirmativas no Brasil. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2019.

FAVERO, E; CASTELLÁ SARRIERA, J; TRINDADE, M. O desastre na perspectiva sociológica e psicológica. **Psicologia em Estudo**, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2871/287132426004.pdf>. Acesso em 19 de dez de 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Paz e Terra, São Paulo, 2012.

MEC/Ministério da Educação – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia: Plano de Desenvolvimento Institucional (2019-2030).

MARQUES OLIVEIRA, R. **A formação do psicólogo nos contextos da diáspora africana**. In: Oliveira, R. (Org.). Dilemas da raça: empoderamento e resistência. Editora Alameda, São Paulo, 2016.

OLIVEIRA, R. J. **Territorialidade negra e segregação racial na cidade de São Paulo**: a luta por cidadania no século XX. Editora Alameda, São Paulo, 2013.

Portifólio UFRB – **Perfil dos Estudantes/julho de 2017**. EDUFRB, Cruz das Almas, 2017.

PROPAAE – Indicadores de Desempenho da UFRB, 2018. <https://www.ufrb.edu.br/propaae/noticias/802-indicadores-de-desempenho-2018>, acesso em 10 de setembro de 2022.

SANTOS, M. **O centro da cidade do Salvador**. EDUSP, São Paulo, 2008.

SERBIN, S. **Reines d’Afrique et héroïnes de la diáspora noire**. Ed. Medu-
neter, Paris, 2018.

Saúde mental da população negra: historicidade e clínica

*Regina Suama Ngola Marques
Suzana Rosa de Almeida*

Introdução

A problematização dos aspectos fundamentais da relação entre a psicologia, a prática clínica e a população negra têm como ponto de partida a necessidade de problematizar os pensamentos a-históricos, as posturas antiéticas e os discursos desmemoriados pela falsa neutralidade da psicologia.

Conforme Ferreira (2000), entre 1987 e 1997, não eram encontrados na literatura brasileira livros de psicologia voltada para as demandas da população negra. A problemática do racismo, da discriminação e dos preconceitos raciais pertencia aos campos da educação, antropologia, história, comunicação e jornalismo.

Historicamente, o racismo científico e a lógica eugenista disseminados pelas pseudociências produziram consequências nocivas à humanidade. Na cidade de Paris, em 1900, uma africana e seu filho são expostos ao “zoológico humano” atrás das grades. Em companhia de animais e sob o olhar vigilante do guarda (OLIVEIRA, 2020).

Como aponta Le Breton (2007), a primazia do biológico frente às diferenças sociais e culturais, bem como a naturalização dessas diferenças foram justificadas pelas evidências científicas: o peso do cérebro, o ângulo facial, entre outros. A ciência apresentou provas irrefutáveis do pertencimento a uma “raça” e os sinais da “criminalidade” foram inscritos nos corpos negros. Portanto, a configuração da sociedade obedecia ao racismo científico, à ordem biológica e ao padrão morfológico cujas provas são encontradas nas aparências corporais.

Segundo assinala Oliveira (2020), as epistemologias são fontes dos modos como a história dos corpos é construída. Observamos um apagamento das contribuições de importantes autoras, como Neusa Santos Souza e Virgínia Leone Bicudo, na história dos grandes cientistas da saúde mental brasileira, e da psicanálise nos cursos de graduação em psicologia.

Neusa Santos Souza analisou profundamente o fenômeno do dilaceramento dos corpos físicos e psíquicos da população negra. A autora descreveu primeiramente no Brasil a violência psíquica do racismo. O privilégio da branquitude, o desprezo a uma fala que não se transforma em diálogo. Como psicanalista singular foi capaz de escutar as falas das pessoas negras e transformá-las em vozes ressonantes e potentes. “Ao escutar a dor do negro em sofrimento psíquico do racismo, ela potencializou as vozes da diáspora negra africana na psicanálise brasileira. Legitimou as vozes silenciadas” (OLIVEIRA, 2020, p. 51).

Outra importante referência da interface entre psicanálise e racismo é a socióloga e psicanalista paulista Virgínia Leone Bicudo. Mulher negra e cientista fundou a Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (SBPSP), bem como a Associação Psicanalítica Internacional (IPA) em São Paulo e Brasília, além disso, foi a primeira cientista a dar visibilidade à pesquisa sobre relações raciais no Brasil (OLIVEIRA, 2020).

Somente nas últimas décadas, a produção científica da Psicologia tem direcionado seu olhar para as implicações do racismo sobre a saúde mental e para as práticas ligadas ao preconceito e discriminação. É possível observar que os psicólogos estão interessados na questão racial, em seus efeitos subjetivos e em seus respectivos impactos na produção do sofrimento psíquico (OLIVEIRA; NASCIMENTO, 2018).

Atualmente, observamos uma ênfase na demarcação de uma psicologia antirracista entre outras psicologias. Esse caráter enfático já desvela um aspecto problemático e os desdobramentos atuais de uma psicologia historicamente concebida para as demandas de uma população branca e elitizada.

Nesta perspectiva, a Resolução Conselho Federal de Psicologia N. 018/2002 estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial. Em seu art. 1º coloca que “os psicólogos atuarão segundo os princípios éticos da profissão contribuindo com o seu conhecimento para uma reflexão sobre o preconceito e para a eliminação do racismo”.

Do ponto de vista ético, sabemos que toda psicologia deve ser antirracista. Contudo, na prática, a busca pela consolidação de uma psicologia antirracista pressupõe a existência de práticas clínicas alheias ao compromisso ético e social da psicologia, práticas estas que no processo do cuidado desconsideram a raça como uma importante determinante social de saúde.

Portanto, a sistematização de uma formação profissional conjugada com uma atuação clínica contextualizada historicamente nos convida a resgatar a relação entre memórias e o percurso formativo.

Memórias e percurso formativo

Memórias guardam histórias de vidas, emoções, trajetórias, vínculos afetivos e parcerias. A parceria entre as autoras nasceu no Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (CCS/UFRB). O encontro entre a Professora Doutora Regina Marques de Souza Oliveira e a psicóloga egressa Professora Doutora Suzana Rosa de Almeida foi permeado pelo comprometimento social no combate ao racismo e pelas reflexões sobre o cuidado emocional frente ao sofrimento psíquico da população negra.

A UFRB, conhecida como a Universidade mais negra do Brasil, produziu deslocamentos importantes no cenário social e acadêmico (COLEN, 2019). Neste sentido, a formação na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) contribuiu para compreender os fenômenos psíquicos e sua relação com os Determinantes Sociais de Saúde, que configuram diferentes realidades e demandas de cuidado em saúde.

A memória evocada aqui reflete reconhecimento e gratidão pelas contribuições da Professora Doutora Regina Marques de Souza Oliveira no processo formativo da psicóloga egressa Suzana Rosa de Almeida, mulher nordestina, oriunda do Sertão da Bahia e filha de trabalhadores rurais que quebrou muitas barreiras estruturais e sociais para alcançar o ensino superior.

Como sertaneja, ao adentrar o espaço da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Suzana traz as demandas e as memórias de um território marcado pelo poder dos coronéis, pela desigualdade social, pela seca, pela fome, pela negligência e pela invisibilidade. Acolhida pelo Programa de Permanência Qualificada das Políticas de Ações Afirmativas da UFRB, ela se tornou bolsista vinculada às cotas sociais que garantiram sua permanência, a conclusão da graduação em psicologia e a construção de horizontes exitosos.

A construção de uma base formativa sólida conjugada com o compromisso social da psicologia no que se refere ao cuidado da saúde mental da população negra teve como ponto de partida as experiências vivenciadas durante o percurso formativo da psicóloga egressa, mediado por atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas durante a graduação e, posteriormente, na pós-graduação.

Esse movimento de transformação social da universidade do Recôncavo foi possível graças à sensibilidade e o compromisso social de docentes psicólogos conscientes do seu protagonismo durante a formação profissional de sujeitos históricos e sociais, especialmente no processo de acolhimento dos alunos mais vulneráveis social e economicamente.

Psicologia e a memória histórica

Conforme Souza (2003), a memória pode ser definida como um grande reservatório humano, a partir do qual podemos compreender

não apenas o aspecto subjetivo das experiências vividas, mas também como são construídas as cadeias de significação da vida dos sujeitos.

Na obra *Superando o racismo na escola*, Munanga (2005) constrói muitas direções e exemplos de ações de combate ao racismo que são estruturados em parte no movimento de conscientização social e de resgate de uma memória histórica.

O resgate da memória coletiva e da história da comunidade negra não interessa apenas aos alunos de ascendência negra. Interessa também aos alunos de outras ascendências étnicas, principalmente branca, pois ao receber uma educação envenenada pelos preconceitos, eles também tiveram suas estruturas psíquicas afetadas. Além disso, essa memória não pertence somente aos negros. Ela pertence a todos, tendo em vista que a cultura da qual nos alimentamos quotidianamente é fruto de todos os segmentos étnicos que, apesar das condições desiguais nas quais se desenvolvem, contribuíram cada um de seu modo na formação da riqueza econômica e social e da identidade nacional (MUNANGA, 2005, p. 16).

A interlocução entre a prática clínica, o cuidado em saúde e memória histórica assinala a necessidade de um horizonte de mudanças conjunturais e estruturais geradas pelo contexto de formação profissional, que exigem um engajamento coletivo na construção de respostas sobre as possíveis contribuições da psicologia para o combate ao racismo, diferindo daquelas do modelo clínico-médico observado no passado.

Assim, a memória histórica é um importante instrumento de trabalho do(a) psicólogo(a). Neste sentido, acreditamos que a reconstrução do diálogo entre clínica, cuidado e memória histórica deve integrar o processo de formação, os saberes e fazeres na articulação entre a universidade e a sociedade.

A saúde mental na infância e na adolescência

O atendimento na infância e na adolescência possui especificidades relacionadas não somente ao fato dos profissionais de saúde

identificarem o sofrimento da criança e do adolescente, mas também analisarem o seu entorno social de modo a compreender a história clínica desses sujeitos.

Nesta direção, o pensamento freudiano ressalta a premissa de que “na vida psíquica do ser individual, o Outro é via de regra considerado enquanto modelo, objeto, auxiliador e adversário, e, portanto, a psicologia individual é também, desde o início, psicologia social” (FREUD, 1920-1923, p. 14).

O pensamento psicológico contemporâneo tem buscado resgatar a memória como direção no processo de cuidado em saúde, considerando seus determinantes históricos e sociais. Não podemos desconsiderar a existência das predisposições biológicas. Contudo, o processo de adoecimento não é alheio a sua contingência histórica, psíquica e social. “Todo sintoma, toda doença, toda dor têm uma história. A doença aparece em determinado contexto histórico, psíquico e social” (DE MARCO, 2011, p. 12).

A atuação interdisciplinar, situada no contexto da Saúde Coletiva, apresenta diferentes demandas de atendimento à criança e ao adolescente que se associam aos Determinantes Sociais de Saúde (DDSs). Sendo assim, é fundamental compreender os impactos dos fatores sociais, econômicos, culturais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e seus fatores de risco na população (BUSS, 2007).

Benevides (2005) salienta três princípios éticos que podem nortear a psicologia e sua atuação junto ao SUS. São eles: o princípio da inseparabilidade; o princípio da autonomia; e, da corresponsabilidade.

O princípio da inseparabilidade assinala a impossibilidade de separação da clínica da política, do individual do social, do singular do coletivo; dos modos de cuidar dos modos de gerir; da macro e da micropolítica. Atuar como psicólogo no contexto da saúde é compreender essa dimensão da experiência coletiva como aquela geradora dos processos singulares.

Os princípios da autonomia e da corresponsabilidade destacam o fato de que as práticas dos psicólogos devem estar comprometidas com o mundo, com a transformação social, com o país que vivemos, com as condições de vida da população brasileira, com o engajamento na produção de saúde que implique a produção de sujeitos autônomos, empoderados, protagonistas, coparticipantes e corresponsáveis por suas vidas.

O princípio da transversalidade delimita que a psicologia, tal como qualquer outro campo de saber, só se concretiza numa relação de intercessão com outros saberes/disciplinas. É no entre os saberes que o processo de integralidade do cuidado acontece. É no limite de seus poderes que os saberes têm o que contribuir para um outro mundo ressignificado, para uma outra saúde possível.

As implicações práticas desses princípios poderão ser melhor compreendidas a seguir, na apresentação de uma história clínica que demonstra como as repercussões psicossociais da anemia falciforme impactam a saúde mental de crianças e adolescentes, evidenciando assim a importância de considerá-las como parte do processo de cuidado integral em saúde.

Anemia falciforme: implicações teórico-práticas

A anemia falciforme (AF) é uma doença que integra as hemoglobinopatias e representa a enfermidade crônica/hereditária mais prevalente no mundo. É caracterizada por uma mutação genética que compromete as funções das hemácias, desencadeando crises de vaso-oclusão e predisposição à infecções (GUIMARÃES; MIRANDA; TAVARES, 2009).

Historicamente, a sensibilização das autoridades para a gravidade da doença como problema de saúde pública contou com a mobilização e contribuição feminina e feminista do Movimento Negro, estruturando assim uma ação política do Ministério da Saúde na divul-

gação, promoção e acompanhamento da implantação do Programa Nacional de Anemia Falciforme (PAF).

De acordo com Laguardia (2006), a hipótese central entre os geneticistas para o desenvolvimento do traço da anemia falciforme seria a de que se trata de um evento de seleção natural em seres humanos cuja forma heterozigótica oferece proteção parcial à malária. Considerando essa premissa, a anemia falciforme pode ser encontrada primariamente naquelas populações cujos ancestrais são provenientes de regiões onde a malária apresenta ou apresentou um padrão endêmico – África Central e Ocidental, região mediterrânea (sul da Itália, Grécia, Turquia), Península Arábica e Índia.

No campo da saúde pública, a população negra apresenta uma alta prevalência da A.F. Neste sentido, compreendemos a noção de raça como uma importante determinante social no processo do cuidado, na medida em que o racismo produz sérias iniquidades em saúde.

Laguardia (2006) critica o processo de racialização da anemia falciforme. O padrão biomédico utilizou parâmetros para a classificação de populações e raças:

O que estava em questão não era a entidade clínica, mas a identidade racial do indivíduo diagnosticado com uma dada anemia, sua pureza racial, inseridas em um projeto colonialista justificado pelo discurso dominante de raça que identificava a anemia falciforme como uma doença dos negros e contribuía para associar a branquidade à noção de invulnerabilidade e saúde (LAGUARDIA, 2006, p. 248).

A racialização das doenças em saúde fortalece a crença, por alguns segmentos da população, de que a saúde dos grupos étnico-raciais é ruim, reforçando a ideia da anemia falciforme como defeitos individuais, o que consequentemente intensifica o preconceito racial.

Estereótipos étnicos ou raciais pejorativos, incapacidade em responder à diversidade, julgamentos negativos e atitudes racistas são fatores que afetam a autonomia e a escolha

individual dos pacientes oriundos de grupos étnicos minoritários que buscam os serviços de saúde, em especial os serviços de aconselhamento genético. Esses fatores comprometem a comunicação efetiva entre paciente e profissional de saúde e, conseqüentemente, a satisfação, adesão, confiança, utilização dos serviços e o resultado final da ação em saúde. A baixa qualidade do cuidado, a informação inadequada, a insensibilidade às preocupações, interesses e perspectivas individuais contribuem, desse modo, para a manutenção e ampliação das iniquidades étnico-raciais no cuidado em saúde (LAGUARDIA, 2006, p. 254).

Como aponta Laguardia (2006), a transgressão ética oriunda da associação entre raça e genética é estruturada na produção de este-réotipos na prática de saúde, que podem influenciar as decisões tomadas pelos profissionais acerca do diagnóstico e tratamento dos pacientes e, conseqüentemente, com efeitos negativos na qualidade da atenção, cuidado e na evolução clínica dos sujeitos acometidos pela Anemia Falciforme.

Assinalar essa dimensão histórica é fundamental nas práticas clínicas da psicologia, uma vez que:

A maneira como operacionalizamos as respostas à questão racial na saúde pode nos levar a dois caminhos distintos – desnaturalizar a raça, tratá-la como uma determinante social que molda as oportunidades de indivíduos e grupos, direcionando os nossos esforços para a eliminação do racismo e das iniquidades raciais na saúde, ou naturalizar a raça, tomando a realidade da doença como reflexo unilateral da estrutura biológica/genética (LAGUARDIA, 2006, p. 257).

A história clínica descrita aqui certamente não será esgotada. Sabemos que as dores psíquicas associadas à anemia falciforme atingem magnitudes profundas e complexas. O nosso objetivo é delimitar pontualmente as implicações práticas dos aspectos psicossociais da anemia falciforme no processo do cuidado em saúde.

Tomaremos como relato ilustrativo da temática em questão a história clínica de uma adolescente negra de quinze anos internada

com dores intensas associadas à anemia falciforme. Ao longo da entrevista, a adolescente pôde nos contar um pouco mais sobre a sua história de vida. Com relação ao histórico familiar, há primos e primas com A.F, mãe e tia com o traço falciforme e o avô materno falecido por complicações decorrentes da A.F.

A adolescente relatou que foi diagnosticada aos três anos de idade e que após a descoberta da doença, os pais se separaram e ela sofreu com o abandono paterno e a dificuldade da mãe para sustentá-la sozinha. Afirmou ainda que tentava se conformar com a doença, mas que sentia revolta e se questionava: *Por que comigo?* (sic).⁶

Ela nos mostrou ainda as marcas das três cirurgias realizadas nas pernas, lembrando o constrangimento que sentia ao frequentar a escola de muletas. Aliada a essas informações, um familiar revelou que estava preocupado com as mudanças no comportamento da adolescente que agora não frequentava mais a escola, não demonstrava mais interesse em sair com os amigos e permanecia muitas horas isolada no quarto.

É inegável que a dor física vivenciada pela adolescência demanda um cuidado especializado. Contudo, ela não pode ser dissociada dos aspectos psicossociais (sentimento de culpa, separação dos pais, o abandono escolar, autoimagem negativa, entre outros) que intensificaram significativamente o sofrimento psíquico, emergente na infância e agravado durante a adolescência.

Nesta direção, ressaltamos a importância do atendimento da criança e do adolescente com anemia falciforme no sentido de aten-

⁶ A expressão “SIC” é comumente utilizada nas anamneses do campo da saúde (psicologia, medicina, enfermagem, nutrição, etc). O “SIC” pode ser associado à contração de um termo do latim, o “sicut”, que significa “assim como é, exatamente desta forma”. Essa expressão encontra-se em textos antigos em línguas latinas. Além disso, a língua latina clássica apresenta também o advérbio “SIC” como um termo próprio (embora com significado bastante semelhante ao de “sicut”), indicando que o referido imediatamente antes foi transcrito da forma ou maneira como se apresenta, ou no mesmo grau ou intensidade com que foi informado, maiores detalhes podem ser encontrados em MAIA, J.S & PALOMO, L.M. Correspondência “SIC”. Revista Associação Médica Brasileira, 58(1):8-9. São Paulo: Editora Elsevier, 2012.

der as suas necessidades de cuidado integral. Considerando a história descrita no recorte clínico, o sistema de saúde deve construir práticas interdisciplinares que possam subsidiar a assistência psicológica à criança com anemia falciforme como parte das estratégias de intervenção, tratamento, prevenção e promoção da saúde aliadas a defesa de direitos que precisam ser garantidos.

Assim, evidenciamos como as práticas interdisciplinares de saúde direcionadas às intervenções e aos tratamentos de doenças na infância e na adolescência podem ser combinadas com as de promoção da saúde para que as ações de cuidado se dirijam para as causas primárias dos processos de adoecimentos e não somente para as suas manifestações concretas (SÍCOLI; NASCIMENTO, 2003).

Por meio do suporte viabilizado pelo atendimento interdisciplinar, podemos construir ações de intervenção sobre as doenças psíquicas bem como reforçar a pertinência das práticas de cuidado que privilegiam o acompanhamento do desenvolvimento emocional na criança e no adolescente, sendo este, certamente, um dos mais poderosos recursos da promoção da saúde.

Acreditamos que o eixo norteador das práticas interdisciplinares é fundamentado na integralidade do cuidado em saúde. A construção da integralidade supõe, entre outros, a ampliação da perspectiva do cuidado durante a formação e a prática dos profissionais de saúde, e o psicólogo assume um importante papel de mediador no diálogo com outros aspectos do processo saúde-doença, inscritos não somente nos âmbitos tradicionais da clínica.

Memórias históricas e formação profissional

A memória histórica é uma grande ferramenta para o trabalho do psicólogo. Ela nos situa na territorialidade africana que constitui a diversidade humana. São muitas riquezas identitárias e culturais que

herdamos da população negra e que fundamentam nossas ações e nossos pensamentos.

A nossa jornada no contexto prático é complexa. Por vezes, somos atravessados pela sensação de impotência que insiste em nos paralisar. Não! Este não é o caminho da transformação. A Psicologia é uma ciência regida por um código ético que deve orientar o compromisso social e o processo de empoderamento, enfrentamento e ressignificação dos sujeitos diante da anemia falciforme.

Ainda existe um imenso abismo produzido pelo mito da democracia racial no Brasil. Neste sentido, na prática clínica somos atravessados pelas dores de sujeitos negros historicamente anulados e violados pelo racismo e sua ação destruidora. Dores, no plural, são histórias de vidas plurais que se desdobram em experiências singulares (OLIVEIRA, 2021).

As demandas de cuidado associadas à população negra não cabem em uma única caixa epistemológica da psicologia. O cuidado humanizado e integral destinado à população negra convida a psicologia a dialogar com a história, a sociologia, a antropologia, a saúde coletiva e o direito, dentre outros, nos conduzindo ao movimento inter/transdisciplinar.

Considerações finais

Por fim, inspiradas nos legados de força, coragem e resiliência do povo nordestino, concordamos com Bourdieu (2002) quando o autor afirma que é contra as forças históricas de deshistorização que devemos orientar uma iniciativa de mobilização visando recuperar a história e questionar sempre os mecanismos de naturalização. Essa mobilização marcadamente política abre a possibilidade de uma ação coletiva de resistência, opondo-se à resignação que encoraja as visões reducionistas.

Sob tal aspecto, a psicologia negra africana, construída no território do Recôncavo, historiciza suas narrativas nos corpos dos sujeitos brasileiros.

Em um país continental como o Brasil, diverso e plural, com populações indígenas, negras e brancas, o sentido civilizatório possui outros paradigmas.

O tempo histórico é vivo, se reapresenta mesmo quando a opressão violenta imprime e martiriza os corpos da alteridade.

Mesmo quando os corpos declinam, eles marcam a terra, o território. Estas marcas descrevem e narram a história. Seus corpos são enredos do tempo. Infinito tempo que não descansa na proa. Não descansa, porque a embarcação segue. Mesmo tendo a frente nevoeiros e tufões.

Para os povos negros, indígenas, da diáspora africana, o tempo ecoa. E a saúde mental da população negra emerge na historicidade do enredo que decifra os enigmas que se esconderam no tempo. Descongelando imagens e ensinando rotas e trilhas para os que chegam.

A história dos corpos vencidos, embora aparentemente muda, fala. Pela luz da morte, a vida ecoa. Registros.

Nesta grafia, hieróglifos, a revolução não dorme. Ela prepara, gesta e engendra os corpos das guerras que transformarão o futuro.

Estes corpos são frutos das raízes. São galhos dos corpos caídos. Sementes que frutificaram. Pois na história da diáspora negra, até na morte, existe vida. E ela fala. Narra. Saídas e trilhas para novos tempos. Recriações de vida diante das opressões e barbáries.

Referências

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. RESOLUÇÃO CFP N° 018/2002. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e a discriminação racial. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2002. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/>

uploads/2002/12/resolucao2002_18.PDF. Acesso em: 14 de fev. de 2020.

BENEVIDES, R. **A Psicologia e o Sistema Único de Saúde**: quais interfaces? *Psicologia & Sociedade*, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v17n2/27040>. Acesso em: 14 de fev. de 2020.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BUSS, P. M; FILHO, A. P. A Saúde e seus Determinantes Sociais. **PHYSIS: Revista Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/physis/v17n1/v17n1a06>. Acesso em: 27 de set. de 2020.

COLEN, N. S. **Uma universidade negra é possível?** A criação da UFRB no contexto das políticas de ações afirmativas no Brasil. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2019.

DE MARCO, M. *et al.* **Psicologia Médica**: abordagem integral do processo saúde-doença. Porto Alegre: Artmed, 2012.

FERREIRA, R. F. **Afro-descendente**: identidade em construção. São Paulo, SP: EDUC, 2000.

FREUD, S. *Psicologia das massas e análise do eu e outros textos (1920-1923)*. **Obras Completas volume 15/Sigmund Freud**. Tradução Paulo César de Souza – São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

GUIMARÃES, T. M. R; MIRANDA, W. L; TAVARES, M. M. F. O cotidiano das famílias de crianças e adolescentes portadores de anemia falciforme. **Revista Brasileira de Hematologia e Hemoterapia**, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbhh/v31n1/aop0209.pdf>. Acesso em: 27 de set de 2020.

LAGUARDIA, J. No fio da navalha: anemia falciforme, raça e as implicações no cuidado à saúde. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 14, n. 1,

p. 243-262, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2006000100013. Acesso em: 25 de fev. de 2021.

LE BRETON, D. **A sociologia do corpo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

MUNANGA, K. **Superando o Racismo na escola**. 2ª edição revisada / Kabengele Munanga (org.). Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Brasília, 2005.

OLIVEIRA, R. M. S.; NASCIMENTO, M. C. Racismo, Saúde Mental e Território: Desafios Políticos e Epistemológicos na Clínica Ampliada. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 10, n. 24, p. 03-15, fev. 2018. ISSN 2177-2770. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/571>. Acesso em: 20 fev. 2021.

OLIVEIRA, R. M. S. Cheiro de alfazema: Neusa Souza, Virgínia e racismo na psicologia. **Arq. bras. psicol.** Rio de Janeiro, v. 72, n. spe, p. 48-65, 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&ppt&nrm=iso. Acesso em: 14 fev. de 2021.

OLIVEIRA, R. M. S. **Psicanálise Infantil e Identidade: Saúde Mental da População Negra**. Curitiba, PR: Appris, 2021 (no prelo).

SÍCOLI, J. L.; NASCIMENTO, P. R. Promoção da Saúde: concepções, princípios e operacionalização. **Interface, Comunicação, Saúde, Educação**, 2003. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414328320090004. Acesso em: 27 de set. de 2020.

Psicanálise afro-diaspórica: das ações afirmativas à supervisão clínica

*Regina Suama Ngola Marques
Hayanna Carvalho Santos Ribeiro da Silva*

Introdução

A escassa prevalência de produções acadêmicas sobre psicologia e relações raciais nos currículos de cursos de psicologia em universidades no Brasil tem problemáticas consequências na formação e na atuação profissional em nosso contexto nacional. Embora se admita o grande impacto negativo do racismo na saúde mental, a formação em psicologia ainda falha em reconhecer e sistematizar o trabalho de pensadores no campo de uma psicologia negra e afrodiaspórica.

Notadamente, já no fim do século XIX e início do XX, o médico psiquiatra baiano Juliano Moreira se protagoniza em importante delineamento sobre a psique do sujeito africano e o afirmava dotado de inteligência como todos os seres humanos, com aparelho psíquico capaz de desenvolvimento pleno, refutando teses correntes de degenerescência e inferioridade negra (ver sistematização de suas publicações elaborada por Cristiana Facchinetti *et al*, 2010). Sua sapiência e protagonismo científico foram fruto das mãos e trabalho de sua mãe, a negra empregada doméstica na casa do Barão de Itapuã, padrinho que financiou os estudos do brilhante jovem Juliano. Sobre o trabalho pioneiro de Juliano Moreira, escreve Câmara Filho:

Durante seu trabalho como diretor do Hospício, humanizou o tratamento e acabou com o aprisionamento dos pacientes; mudou a estrutura física e estabeleceu novos modelos assistenciais; criou laboratórios e oficinas de trabalho. Criou enfermaria infantil, retirou as grades das janelas

das enfermarias, aboliu os coletes e camisas de força, criou o Pavilhão Seabra com várias oficinas (ferreiro, bombeiro, mecânica elétrica, carpintaria, marcenaria, tipografia, etc.) para recuperação dos pacientes e implantou oficinas artísticas. Instituiu a assistência a familiares, e inaugurou uma biblioteca dotando-a de obras clássicas antigas e modernas francesas, inglesas, alemãs e italianas. Neste período o hospital recebeu o líder da Revolta da Chibata, João Cândido, para tratamento de uma “psicose de exaustão”. Defendeu a ideia de que a origem das doenças mentais se devia a fatores físicos e situacionais, como a falta de higiene e falta de acesso à educação, contrariando o pensamento racista em voga no meio acadêmico, que atribuía os problemas psicológicos da população brasileira à miscigenação (CÂMARA FILHO, 2020, p. 01).

Como tantos outros expoentes, podemos citar ainda Guerreiro Ramos que nos anos cinquenta escreveu estudos importantes, como o clássico *Patologia Social do Branco Brasileiro* (1957). Nesse trabalho, Guerreiro Ramos antecipa no campo da psicologia social o debate sobre a branquitude, que somente no final do século 20 e início deste século passaria a compor formalmente as inscrições do currículo em psicologia social através da pesquisa coordenada pela filósofa Dra. Iray Carone na Universidade de São Paulo, que deu origem à coletânea de textos organizados juntamente com a Dra. Maria Aparecida Bento no ano 2000 (CARONE; BENTO, 2002).

Guerreiro Ramos foi posterior ainda ao protagonismo feminino de Virgínia Leone Bicudo, que em 1945 defendeu a primeira pesquisa sobre relações raciais e psicologia no contexto acadêmico brasileiro. O estudo por ela intitulado “Atitudes Raciais de Pretos e Mulatos em São Paulo” (BICUDO, 2010[1945]), traz uma análise preciosa de relatos de pessoas negras, homens, mulheres, jovens, de meia idade e idosos, expressando os sentidos e emoções – aspectos psíquicos e de saúde mental – de ser negro na primeira metade do século XX e as formas de sociabilidade na cidade de São Paulo, em processo crescente de urbanização e consolidação de relações sociais assimétricas entre negros e brancos.

Igualmente, nos anos setenta e oitenta temos a importante pesquisa histórica realizada por Beatriz Nascimento, cientista e intelectual negra indispensável para o campo psíquico e de interdisciplinaridades em saúde, educação e história social e cultural no Brasil. Como afirma Alex Ratts (2021) em sua biografia sobre Beatriz Nascimento:

Beatriz Nascimento foi pensadora insurgente à frente de seu tempo, dedicou-se a resgatar a história do negro no Brasil – algo ainda a ser construído, ela defendia uma história negra, feita por pessoas negras, com o intuito de romper com quatro séculos de invisibilização numa sociedade da qual elas participaram em todos os níveis (RATTS, 2021, p. 04).

Lélia Gonzalez (1984) também baseou seu trabalho no método psicanalítico para o estudo sobre a psicologia do racismo brasileiro. A esse respeito, elevava o tom de admiração quando trazia o legado do pensamento afrodiaspórico e psicológico de Beatriz Nascimento, que considerava a questão negra como uma questão de cunho existencialista, exigindo um pensar sobre o ser negro para além das dimensões materiais de classe e condições econômicas de desigualdade social. Tanto Beatriz Nascimento quanto Lélia Gonzalez impunham uma consideração sobre o *ethos* psíquico, psicológico do ser negro na sociedade brasileira e as relações com os outros grupos étnicos presentes no contexto do país. A experiência do quilombo e os modos da cultura e cosmovisão civilizatória fazem parte desse enredo epistemológico.

Pensadoras negras vivas e desencarnadas têm em Beatriz uma base importante para os estudos sobre psiquismo negro e sociedade brasileira. Sueli Carneiro afirma que, efetivamente, “com Beatriz Nascimento, temos um modo de ver e conhecer outra face do Brasil”. Como ela, Lélia Gonzalez nos lembra que “a essa mulher devemos o renascimento do movimento negro no Rio de Janeiro nos anos 1970. Por favor, não se esqueçam disso!” (RATTS, 2021, p. 03).

Para a história da construção da ciência psicológica e as questões étnico-raciais, as cientistas mulheres negras pensadoras foram e

são fundamentais, seja no desenvolvimento do campo no Brasil quanto no mundo. Existem bases importantes e bem alicerçadas nas epistemologias psicológicas afrodiáspóricas. Neusa Santos Souza (1983) e Isildinha Baptista Nogueira (1998) são pensadoras negras do campo específico da psicologia e da psicanálise, estudadas e citadas em inúmeros trabalhos acadêmicos e ainda pouco lidas nos cursos de graduação. Seus trabalhos são contribuições indispensáveis para pesquisas referentes às dimensões emocionais, sofrimento psíquico do racismo, psicologia social, educação e estudos sobre as formas de sociabilidades entre negras/os, indígenas e brancas/os na sociedade brasileira.

Diante da grande lacuna entre o rico histórico de pesquisas e publicações brasileiras afrodiáspóricas sobre a psicologia e as relações raciais e sua quase completa ausência nos currículos formativos da profissão, não nos resta que o espanto. Nos perguntamos: por que razão a psicologia insiste em não reunir em seus projetos políticos pedagógicos (PPPs) as inscrições desses textos e autoras/es que datam de mais de cem anos? Como são excluídas da formação produções consistentes no interior da ciência psicológica que embasam o campo clínico da saúde e da saúde mental, bem como o campo dialógico com outros saberes formativos interdisciplinares com a psicologia?

A hipótese que temos refletido é que o racismo estrutural e institucional no colonialismo fundador da instituição Universidade brasileira é denso, complexo e irreduzível. Portanto, ações afirmativas específicas para o campo psicológico são primordiais para a elevação da formação profissional em saúde e saúde mental, considerando as repercussões e impactos no contexto social brasileiro e no mundo.

O Brasil, através das Leis 10.639/03 e 11.645/08, tem sido referência em estudos sobre racismo, ações afirmativas e África contemporânea. E as prerrogativas clínicas das relações raciais e do racismo têm sido um dos campos mais negligenciados em relação à formação da/o psicóloga/o.

No serviço escola de psicologia da UFRB, é visível a presença da/o usuária/o negra/o, pobre, moradora da periferia. No entanto, no PPP do curso, tanto na grade antiga (2008) como na grade atual (2016), não existem propostas formais de componentes que favoreçam a compreensão das formas de sociabilidades e processos de subjetivação de populações negras, indígenas, quilombolas, povos tradicionais e outros grupos sociais oprimidos pela colonialidade.

Por conta dessa lacuna estrutural, aliada à lógica colonialista e hegemônica da instituição Universidade brasileira, temos nos esforçado em apresentar e oferecer propostas de estágios supervisionado e básico pautados em literaturas negras, afrodiaspóricas e decoloniais. Essa literatura tem por objetivo formar profissionais capazes para o manejo clínico e psicológico da população brasileira negra, e mais detidamente nordestina e popular.

Observando a consideração sobre o povo brasileiro em termos psicossociais, importa a capacidade de refletir sobre as formas de sociabilidades na contemporaneidade e as dimensões históricas que atravessam os sujeitos e suas produções subjetivas. Nesse caso, observar a estrutura colonialista que funda a sociedade brasileira implica estar atento ao escravismo e aos impactos do racismo e racialismo na sociedade, na psique humana e na produção de conhecimento na contemporaneidade.

O presente capítulo busca discutir a importância das ações afirmativas em universidades brasileiras em seu papel de “descolonização dos currículos” (NILMA L. GOMES, 2018), resgate de contribuições históricas invisibilizadas para a adequada promoção da saúde mental da população brasileira. Desconsiderando o histórico colonial, os aspectos da racialização e as consequências desastrosas do epistemicídio, a formação em psicologia corre o risco de perpetuar inadequações graves no cuidado a pessoas em sofrimento psíquico na contemporaneidade. As ações afirmativas, complementadas com adequadas

políticas de permanência e incentivo à pesquisa de pessoas negras e indígenas, são fundamentais para a descolonização dos currículos em psicologia. Em especial, a supervisão clínica no estágio de psicologia é espaço potencial para a consolidação de aportes epistemológicos afrodiaspóricos na ética do cuidado e na responsabilidade profissional.

Organizamos este capítulo em três partes: a primeira parte justifica a necessidade de ações de permanência de estudantes negras/os e indígenas para além do acesso universitário. Retraçamos brevemente, a partir do ativismo de mulheres negras, a história de conquistas para a igualdade racial que vemos tomando forma nas atuais políticas de ação afirmativa. Nesse aspecto, a formação em psicologia da UFRB, em escopos específicos da prática clínica supervisionada a partir de elementos constitutivos de epistemologias negro africanas e diaspóricas, são diferencial importante para tal transformação social.

A segunda parte busca falar mais especificamente do nosso campo de produção do conhecimento, que é a psicologia clínica. Fazemos um breve resumo de efeitos deletérios da colonialidade e do racismo sobre a saúde mental e da dificuldade de superar o sofrimento psíquico contemporâneo através do uso de teorias e metodologias eurocêntricas e centradas no Norte Global. Retomamos significados afrodiaspóricos do cuidado em saúde mental e em estratégias na promoção de saúde mental.

Por fim, a terceira parte aborda um projeto de pesquisa de nossa autoria, em desenvolvimento junto ao Núcleo de Estudos e Pesquisa em Psicanálise, Identidade, Negritude e Sociedade (NEPPINS/UFRB), certificado pelo CNPq. Essa pesquisa busca estudar a emergência de novos modos de produção de conhecimento no campo da psicologia clínica, mais especificamente da psicanálise, e novas estratégias terapêuticas criadas no espaço da supervisão analítica. Nossa hipótese é que supervisões clínicas em psicologia a partir de aportes africanos e diaspóricos são fundamentais para a descolonização do currículo em

psicologia. Igualmente, os corpos que se inscrevem na formação e na atuação profissional também devem comportar a alteridade.

Concluimos o capítulo afirmando possibilidades, para o fortalecimento do contexto das ações afirmativas, da supervisão e do manejo clínico em psicologia realizados por docentes e discentes negras/os, não-brancas/os e diversas/os fenotipicamente do tipo geral tradicionalmente presente nos espaços acadêmicos da formação em psicologia. Esse é um espaço potencial importante para a descolonização da formação em psicologia e a criação de estratégias afrodiaspóricas de cuidado.

As ações afirmativas e o pensamento afrodiaspórico

As políticas de ações afirmativas nas universidades brasileiras são medidas de reparação do preconceito e do prejuízo histórico causado a populações negras e indígenas pelo nosso histórico colonial. Essas políticas reconhecem o enorme prejuízo social, econômico e epistemológico das políticas de colonização e escravização de povos da diáspora africana e indígenas. Embora não sejam a única forma de reparação necessária, as ações afirmativas são um caminho importante para desfazer o apagamento histórico de modos de produção do saber e do ser vivenciados por povos colonizados, processo conhecido como epistemicídio (CARNEIRO, 2011).

A legislação que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio é recente, foi sancionada em agosto de 2012, e em seu art. 7º prevê a revisão do programa especial de acesso de estudantes pretos, pardos e indígenas no prazo de dez anos. Essa condição é um limite irrisório, considerando os impactos positivos das ações afirmativas no atual crescimento da diversidade em linhas de pesquisa das universidades brasileiras e o amplo tempo necessário para consolidar os avanços que sujeitos de alteridade produzem no movimento de suas ações no ambiente acadêmico.

Isso se dá, pois, por um lado, as ações afirmativas no Brasil, indissociáveis das políticas de permanência, têm por objetivo “colorir” os bancos universitários no país, tradicionalmente brancos, através do acesso de pessoas negras e indígenas ao espaço universitário e às possibilidades de ascensão social de pessoas historicamente oprimidas por hierarquias sociais que sustentam desigualdades profundas (CARVALHO, 2018). Por outro lado, os efeitos das ações afirmativas são muito mais amplos e se constituem no largo arco de tempo necessário para a pesquisa e a produção do conhecimento. O ingresso de estudantes negras/os, indígenas e de camadas populares da sociedade tem trazido questões próprias a seus corpos e territórios para transformar o modo de pensar e fazer pesquisa (FIGUEIREDO, 2020).

O conhecimento humano, em especial o conhecimento de mulheres negras, se enriquece e ultrapassa atuais limites a partir das contribuições epistêmicas afrodiáspóricas que, por conta do epistemicídio, não encontram seus saberes e práticas de cuidado senão de forma assimilada, distorcida pela pesquisa colonialista (DAVIS, 2016). Retomar nossas falas do silenciamento colonial se faz no descentramento da perspectiva eurocêntrica rumo à epistemologias afrodiáspóricas, alternativas ao olhar universalizante da colonialidade. Caminhar por percursos decoloniais negrita nossas percepções racializadas e vai ao encontro da proposta inovadora de transformação cultural nas pesquisas em saúde mental a partir de “novas (velhas e milenares) perspectivas civilizatórias” (OLIVEIRA, 2020).

Do nosso ponto de vista, uma visão afrodiáspórica reverencia a função das mulheres nas comunidades negras, já que grande parte das funções de desenvolvimento e manutenção da saúde física e mental dessas comunidades é parte do conhecimento produzido pelo coletivo histórico das mulheres. Essas são práticas de cuidado e prevenção em saúde, organizando e fortalecendo os vínculos entre os sujeitos, seus ancestrais e descendentes, em um contínuo histórico de produção de

conhecimento (OLIVEIRA, 2020). São concepções e estratégias de intervenção em saúde extremamente valorosas, sistematizadas a partir da experiência prática com o território e as comunidades, e que infelizmente estão distantes dos “bancos universitários”. Com as ações afirmativas, na UFRB, tais conhecimentos têm fundamentado pesquisas frutíferas, considerando as intervenções clínicas que se efetivam a partir de uma psicologia afro-ameríndia, que observam as epistemologias do território do Recôncavo da Bahia, da população negra, quilombola e indígena do contexto brasileiro através de interdisciplinaridades poéticas, discursivas de atores sociais alteráveis no bojo social dos atores políticos e epistemológicos do Brasil.

Essa é uma possibilidade agradável no ambiente da UFRB, mas não podemos deixar de considerar que, no contexto do Brasil e do mundo, ainda é pesaroso o terrível impacto da deficitária formação profissional na psicologia e outras profissões do campo da saúde no que diz respeito a concepções, metodologias, técnicas e práticas de saúde afrodiaspóricas (OLIVEIRA, 2017). No universo acadêmico, e nem mesmo a UFRB está isenta disso: é visível a manutenção da colonialidade no currículo, ainda pouco fluido para questões específicas que envolvam conhecimento mais abrangente das contribuições negras, diaspóricas e indígenas para a agenda de formação em psicologia.

Ainda no escopo social, é visível a alienação da população brasileira, que desconhece o papel e o protagonismo das mulheres negras no processo de transformação da sociedade global, a partir da ética do cuidado e do ativismo imperativo que possibilitou o surgimento das legislações de igualdade racial, atualmente indispensáveis. Consideramos importante citar aqui, além das Leis 10.639/03 e 11.645/08, o surgimento do SUS a partir da carta magna de 1988, bem como a portaria 992/09 que organiza a Política de Saúde Integral da População Negra, o Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/10) e as Leis 12.711/12 e 12.990/14 de ingresso de pretos, pardos e indígenas nas

universidades públicas federais e reserva aos negros 20% de vagas em concursos públicos para pessoas racializadas.

Se esses benefícios gerais foram galgados, foi devido à luta por cidadania pela população negra, e essa luta começou pelo ativismo feminino, das mulheres negras, que no pós-abolição viram seus pares masculinos sem trabalho, suas crianças com fome e sem teto, destituídos de toda riqueza que construíram com a força de seu trabalho na lavoura e mineração do Brasil colonial. Ao constatarem a fome e a miséria, não sucumbiram à morte. Ao contrário, mulheres negras protagonizaram a emergência dos serviços nos primórdios da urbanização brasileira, vendendo seus quitutes nas ruas das primeiras cidades da modernidade do país, realizando os serviços de limpeza das casas e mansões do território das primeiras cidades brasileiras, bem como os cuidados com as crianças, o cuidado com as roupas, o ativismo do corpo feminino negro nas ruas e movimento das cidades que iniciavam o processo de urbanização brasileira.

Esse trabalho, a luta por cidadania e o ativismo protagonista por direitos à educação e à saúde, foram as mulheres negras que iniciaram. Nenhuma das legislações citadas teria sido possível sem a ação e militantismo pragmático das mulheres negras. Pragmatismo que comporta a filosofia e epistemologia da civilização negra africana do cuidado com o próximo, com a devoção à vida comunitária e o valor ao ancestral (OLIVEIRA, 2016).

A partir dessa perspectiva, integramos a concepção psicanalítica de que *nas técnicas de cuidado materno encontramos os valores fundamentais da sociedade* (WINNICOTT, 1982) com o ativismo das mulheres negras, cuja ancestralidade marcada no corpo epistêmico dos valores civilizacionais africanos, vindos de Angola e de outras partes da África, efetivamente transforma os valores fundamentais das sociedades contemporâneas diaspóricas.

Retraçando uma breve perspectiva histórica desse ativismo, recordamos que a rainha Nzinga em Angola resistiu por quase um século às invasões portuguesas em seu Reino, e várias foram as dificuldades dos europeus para saquearem e dominarem o território africano durante a liderança da rainha Nzinga em Angola (SERBIN, 2018). Igualmente, nas Américas, teremos a presença da negra Solitude de Guadalupe e Harriet Tubman nos Estados Unidos (SERBIN, 2018). No Brasil, entre tantas, tivemos Tereza de Benguela, que no século XVIII resistiu por duas décadas na liderança do Quilombo do Piolho chefiando negros e indígenas no território do Mato Grosso. E a princesa Aqualtune, que conhecia estratégias de guerra quando em seu reino em Angola liderou mais de dez mil homens e, tendo sido escravizada e trazida ao Brasil, deu à luz os irmãos Ganga Zumba e Ganga Zona e uma menina de nome Sabina, a qual daria à luz Zumbi dos Palmares (NOGUEIRA, 2020).

Angola forneceu ao Brasil importantes ancestralidades negras de mulheres combatentes e lutadoras por direitos. Mulheres negras naturalmente emancipadas, que se movimentam pela transformação da sociedade e civilização humana. Aqualtune teve o mesmo preparo para a liderança de guerras como a rainha Nzinga no combate à dominação europeia. E no Brasil fez parte da fundação do quilombo dos Palmares, que permaneceu por 130 anos como resistência histórica à colonização europeia.

O Brasil, em sua ancestralidade angolana, deve às mulheres negras que protagonizam ações afirmativas no combate à desigualdade e ao escravismo. Desde Aqualtune, Tereza de Benguela, Dandara, entre tantas.

Muitas figuras femininas negras marcam a história, embora a estória universal nega a existência destas mulheres negras como as rainhas Zingha de Angola, Pokou da Costa do Marfim ou Ranavalona III de Madagascar. Também a comerciante e política nigeriana Madame Tinubu, as amazonas do exército do Daomé ou ainda a Vênus Hotentote

da África do Sul, são mulheres negras de grande influência, resistência, protagonismo político, social e econômico. Guerreiras, heroínas e mães de heróis em geral desconhecidas pelo grande público (SERBIN, 2018, p. 399).

Angela Davis (2017) confirma a importância basililar do ativismo de mulheres negras em sua afirmação, feita durante um evento de formação decolonial realizado na UFRB:

quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela, porque tudo é desestabilizado a partir da base da pirâmide social onde se encontram as mulheres negras, muda-se a base do capitalismo” (grifos nossos, s.p.).

Nas Américas do lado suliano, muitas pensadoras negras possuem a firmeza das africanas vindas de Angola e de toda a África. No Brasil, mulheres negras falam. Pensam, profetizam e realizam. Para além das academias científicas, elas pragmatizam a lógica da vida para as necessidades emergentes. De dentro e de fora da academia, brasileiras e sulianas protagonizam ideias e manejos no acolhimento à vida e à saúde das civilizações humanas e negro africanas. Sim, mulheres negras brasileiras do Recôncavo cumprindo a lógica do fundamento civilizacional africano não restringem seu saber apenas a seu povo. Negro povo. Elas elevam o trabalho de suas mãos para todas/os, negras/os ou não:

No São João era a maior alegria! Não tinha essa de minha mãe fazer pra gente e não fazer pra outros... tinha pano pra todo mundo. Se não tinha ela ia lá, dava um jeito e comprava. Ela fazia as roupas pra toda criança... Todo mundo vestido bonito pra Festa. Roupas coloridas. Minha mãe arrumava jeito e fazia pra nós e pros outros... hoje vejo aí... o povo branco de carrão... Oxente! Esqueceu é?! Que mãeinha fazia pra todos? (Homem negro, 47 anos, morador do Recôncavo da Bahia, s.d., s.p.)⁷

⁷ Fragmento de supervisão clínica psicológica do Projeto de Extensão PIBEX AMORES PRA TÍ – Ambulatório Móvel do Recôncavo Saúde: Práticas Interdisciplinares, 2017 a 2020, CCS, UFRB.

O sofrimento psíquico e a clínica afrodiaspórica

De modo geral, quando nos criamos no seio de culturas coloniais, existe uma loucura perversa no cuidado infantil, que é a prática do embranquecimento. Essa loucura inicia o bebê em um universo racializado e dá origem à cisão e à negação do racismo (KILOMBA, 2019). Isso se dá porque, por um lado, o cuidado se submete à universalização do particular europeu/moderno/colonial e nega as alternativas ancestrais de *vir-a-ser*, enquanto, por outro lado, revela as contradições da negação do universal branco. Isso é particularmente confuso quando se nasce em uma cultura que nega tão violentamente o racismo, enquanto ainda mais violentamente o exerce, o mantém e dele se orgulha, como é a cultura da “democracia racial” brasileira.

Clivado e privado de si mesmo, o bebê vive uma loucura no cuidado: se é branco, padece de uma megalomania ao ser identificado a um bebê idealizado; se é negro, é lançado à zona do não-ser (FANON, 1952), torna-se depositário dos aspectos cindidos, rejeitados da branquitude idealizada (como a sexualidade e agressividade, KILOMBA, 2019). Essa clivagem será muito explícita e ao mesmo tempo silenciosa, sobretudo se o racismo estiver velado, entranhado na estrutura da sociedade: o branco é a medida do normal e do superior (FANON, 1968) e o negro se nega e se identifica às avessas através de cadeias associativas que veiculam valores depreciativos e inferiorizantes (animalidade, exotismo, violência, submissão).

Note-se que, embora nas culturas coloniais patriarcais o cuidado infantil seja majoritariamente confiado a mulheres, aqui se fala de “cuidado infantil” em vez de “cuidado materno”. Isso porque trata-se de processos que independem de escolhas individuais feitas por mães, na singularidade de sua relação com seus bebês. Ao contrário, sob a colonialidade, a própria mãe é silenciada e, se é negra, infantilizada (*infans*, aquele que não tem fala, GONZALEZ, 1984). Nesse sentido,

vê-se que o racismo e outras qualidades da estrutura social colonial aparecem de modo *intrusivo* na experiência da dupla cuidadora-bebê, corrompendo com imperativos coloniais o que deveria ser vivido de modo espontâneo. A dupla perde a oportunidade de aprender sobre o cuidado a partir da experiência vivida, suas singularidades, emoções e empatia e o resultado é a alienação, a falta de cuidado e o sofrimento psíquico que percebemos na realidade contemporânea.

A psicanálise tem um imperativo terapêutico em seu fundamento e a noção de cuidado tem sido cada vez mais central em nossa prática (SILVA; COSTA, 2013; SILVA, 2017). O cuidado como sinônimo de cura nos auxilia a compreender conceitos de adaptação do ambiente às necessidades da pessoa em sofrimento psíquico, justamente através da criação do ambiente de cuidado facilitador de processos de subjetivação (WINNICOTT, 1983). No entanto, a proposta teórico-clínica de uma área intermediária da experiência não se consolida de fato na prática clínica sem a plena consideração dos efeitos do racismo na constituição subjetiva e nas relações intersubjetivas.

O racismo é o contrário do cuidado, impede o estabelecimento das fundações do ser, que seriam vividas nesse cuidado infantil primário, caso este pudesse ser feito nas bases do *ser* em vez de configurar-se como uma reação à intrusão racista, na zona do *não-ser*. Nesse sentido, o racismo e a lógica colonial são primárias em relação às possíveis falhas do cuidado familiar, algo que dificilmente é reconhecido na maioria dos textos psicanalíticos sobre a questão racial e o sofrimento psíquico (OLIVEIRA; NASCIMENTO, 2018a).

Na colonialidade racista, a própria constituição do ser se aliena de seu fundamento no cuidado para reagir à ameaça aniquiladora da “zona do não-ser”. Superar a violência colonial racista também quer dizer integrar cuidados invisibilizados e abandonar a fajuta lógica patriarcal da “culpa é da mãe” para reafirmar a descoberta da psicaná-

lise de crianças pequenas no colo de suas mães (WINNICOTT, 1982): a cura vem do materno, do maternar.

Nesse sentido, o cuidado vivido por mulheres negras é a radicalidade da transicionalidade na negociação da vida, esperança e confiança. A ética do cuidado de mulheres negras abre potencialidades construtivas dentro da cultura para a transformação da violência, entre vida e morte, calma e urgência, luta e brincadeira, sobrevivendo e criando seus filhos em resistência ao genocídio do projeto colonial/moderno (COLLINS, 2000). A radicalidade do cuidado de mulheres negras também conta sobre trajetórias de vida e criação de subjetividade radicalmente éticas, com o cuidado reposicionado no centro da possibilidade de existir. No cuidado, podemos integrar nossa subjetividade e passar a criar respostas à colonialidade de forma a criar novas possibilidades de enredos emancipatórios de vida ao invés vez de reagir à ela, mantendo o ciclo do adoecimento.

Embora o currículo de formação em psicologia clínica nas universidades brasileiras ainda seja deficitário quanto à crítica e ao combate às violências coloniais, inúmeros estudos nacionais e internacionais apontam para os efeitos negativos dessas violências nos processos de subjetivação de pessoas negras e não-negras (DAMASCENO; ZANELLO, 2018; TRENT, 2019). A descolonização dos currículos nos confronta com a urgência em efetivamente traduzir esses achados em mudanças radicais na formação profissional. Neuza Santos Souza (1983) consolidou a noção de que ser negro é “tornar-se negro”, é um processo de *vir a ser*. A urgência em enegrecer novamente as práticas e epistemologias de cuidado em saúde mental e psicologia se justifica, pois o que está em jogo é a possibilidade de *vir a ser* de um modo mais autêntico, em que nossa experiência cultural seja possível no amoroso abraço de uma cultura “suficientemente negra”.

Sob tal aspecto, a descolonização do currículo passa também pelo reconhecimento da história dos corpos epistêmicos negros da

psicologia. Corpos negros que em termos de desenvolvimento tecnocientífico estão fora do eixo de uma academia que reproduz o elitismo exclusivista do sul e do sudeste brasileiros, que centraliza e determina o que é viável de ser difundido e o que é dado hegemonicamente como marco de referência. No Brasil, a UFRB é um espaço protagonista para a sociedade, porque emblematiza uma academia verdadeiramente negra, de alunas/os a professoras/es, justamente porque encontra-se na periferia da tecnociência. Esse território marginal do Recôncavo comporta diferenças que são somatórias para vida e contexto da educação antirracista, que é uma crítica aos modos excludentes de gerenciamento da vida em termos gerais.

Cabe também alertar que, para essa transformação ser possível, é preciso favorecer a produção qualitativa da ciência psicológica, que vem se desenvolvendo em termos de ações afirmativas, mas que é ainda impedida de ser visibilizada no contexto específico da profissão e das normas técnicas em psicologia. Conforme dito anteriormente, a psicologia como campo científico tem quase um século de produções sobre racismo, relações étnico-raciais, educação antirracista e fundamento de epistemologias negras para a compreensão das dimensões emocionais subjetivas no contexto brasileiro e internacional. No entanto, as produções consideradas válidas para a academia acabam privilegiando indexadores que excluem as produções interdisciplinares afetas a epistemologias afrodiaspóricas.

Reproduzindo um silenciamento forçado diante do muito já produzido desde o início do século 21, esse caráter excludente é presente, por exemplo, no importante guia de referência para a atuação de psicólogas/os nas relações raciais, produzido pelo Conselho Federal de Psicologia e Conselhos Regionais de Psicologia Referências Técnicas, publicado em 2017. As/os pesquisadoras/es que o compuseram – prioritariamente do sul e do sudeste brasileiros – realizaram um levantamento bibliográfico das publicações no campo da psicologia e

das relações raciais em um recorte cronológico e empírico que não permite a visibilidade de muitos trabalhos que constituíram as bases de avanços para o campo. Nesse recorte, deixaram de fora produções importantes e equivocadamente concluíram que o número de produções no estado da arte do campo em questão é baixo. Esses pífios números revelam-se dentro do critério restrito de indexação a uma base de dados usada pelas/os autoras/os, pois a produção negra da década de 2000 não é desprezível, comparada a toda história anterior. Ficaram de fora do levantamento a produção de dissertações, teses, livros, a produção dentro de movimentos sociais cujos meios de divulgação não são estritamente científicos, e certamente muito mais.

A indexação é, portanto, parte da estrutura que efetiva o racismo, na invisibilização e no bloqueio à divulgação do conhecimento sobre pessoas negras por pessoas negras, deixando sempre invisível o que Oliveira e Nascimento (2017, p. 230) denominaram de “análises que inauguraram o debate formal da psicologia a partir de um novo olhar surgido a partir dos anos 2000” em todo o país.

Portanto, para uma ação efetiva na educação antirracista em psicologia, a UFRB tem obtido a capilaridade necessária no cenário nacional para, a partir do eixo periférico, produzir novas linguagens e interjeições que possibilitam transgressões e transformações fundamentais. É a partir dessas bases dialógicas transformadas que a psicologia e a psicanálise afro-ameríndia tornam-se capazes de acolher os corpos negros e brasileiros, a partir da ancestralidade que nos comporta e nos referencia, na magnitude do colo das mães e mulheres negras – mães mais do que suficientemente boas – que fortalecem o protagonismo brasileiro no enfrentamento das necessidades da sobrevivência da vida e da importância das vidas negras: físicas e psíquicas.

Conforme afirmamos anteriormente, a invisibilização de produções afrodiaspóricas nas técnicas de cuidado psicológico inviabiliza o adequado cuidado em saúde mental na contemporaneidade. Com-

preendemos que o trabalho da psicanálise é frutífero para a transformação deste paradigma, visto que sua teoria se baseia em um trabalho cujo imperativo é a terapêutica, é o cuidado.

Sob tal perspectiva, relembramos que cuidado, base do imperativo terapêutico da psicologia clínica, se alicerça no surgimento das sociedades e civilização humana. Em África, as dimensões do cuidado referem-se ao pertencimento étnico de todas as pessoas que culturalmente dividem as mesmas circunstâncias de vida. E o cuidado, físico e material, garante a sobrevivência da espécie humana. Sem o cuidado, a vida comunitária, o social, o coletivo plural e a civilização em sua complexidade humana jamais existiriam.

Nesta entonação, observamos que há, no constructo epistemológico africano e diaspórico, o sentido do cuidado enquanto elemento central do processo de vir a ser do sujeito individual e coletivo, pois o cuidado garante a civilização, e a vida comunitária é o sinônimo das condições de produzir processos civilizacionais. Os seres humanos entre si produzem cultura e esta só é possível porque algum humano foi capaz de cultivar o vínculo – laço social – com outro humano para a sobrevivência da espécie.

O lavar, cozinhar, acolher do frio, manter as condições sanitárias adequadas para o bem-estar humano são atributos básicos do cuidado: o alimento da vida física e a nutrição psíquica. Esse cuidado aparentemente simples, ainda hoje, as populações negras em diferentes níveis continuam a realizar, deixando em vidas negras marcas protetivas do ponto de vista psíquico. A aparente simplicidade do cuidado implica grau elevado de complexidade cultural e civilizacional, porque requer capacidade mental de entrega devocional ao outro, um outro ser alterável, distinto de si, que requer atenção e devoção. Antropologicamente, essas premissas são passos elevadíssimos para o destino das sociedades humanas e comportam elementos civilizacionais que são transmitidos transgeracionalmente pela cultura.

Essa afirmação da condição civilizacional humana, a qual África e seus descendentes comportam, retrança modos de vida que se ensinam para os membros de uma sociedade. Aspectos de transmissão pedagógica e educacional que permitem o desenvolvimento dos seres humanos. Em termos de processos formativos sociais, a educação superior, principalmente no campo do cuidado em saúde, deve ser representativa de ações que fortaleçam grupos sociais específicos, de modo a produzir a maior diversidade nos manejos de tecnologias para o desenvolvimento da vida e a promoção da saúde em seus diferentes contextos. Ações que são afirmativas, que fortalecem identidades étnicas ou étnico-raciais, abrindo espaço para novas construções epistêmicas capazes de abranger as condições de existências dos diferentes sujeitos que fazem parte do universo civilizacional humano: negros, indígenas e outros (OLIVEIRA, 2018).

A formação afrodiaspórica e a supervisão clínica

Compreendemos que a psicanálise é uma disciplina empírica que realizou, no âmbito de sua tradição, um rompimento com as exigências clássicas das ciências experimentais, tendo em vista a natureza de seu objeto de investigação, que é o inconsciente. Nesse sentido, a construção teórica psicanalítica não é somente técnica, mas essencialmente epistemológica, já que a teoria e o método de sua apreensão se efetivam em uma única prática, que é a terapêutica. O rompimento da psicanálise com o campo que lhe deu origem, a saber, a neurociência, condiz com a necessidade de se adaptar as exigências metodológicas à natureza do objeto investigado, e não o contrário.

Nesse sentido, a formação psicanalítica inclui um tripé prático, postulado por Freud, que articula a formação teórica à análise pessoal e à supervisão dos casos clínicos. Freud (1996[1919]) afirmou que a única possibilidade de se fazer essa formação nos moldes universitários seria através de um serviço de clínica escola em psicologia, com a

supervisão dos casos clínicos, espaço onde se cria um saber “a partir” da psicanálise, de sua prática e ética, e não apenas “sobre” a psicanálise (FIGUEIREDO, 2008).

Nesse sentido, a supervisão é indispensável para a psicanálise e constitui um espaço potencial onde refletir criativamente a partir das práticas de cuidado, já que supõe uma meta-escuta fundamental para a formação, mais além que o estudo de uma suposta teoria universal “sobre” a/o paciente clínica/o. As transformações sociais estão presentes no psiquismo de quem nós escutamos em uma dupla causalidade: afetam e são afetadas pelas subjetividades de modo complexo (ROSA, 2001). Por isso mesmo, sabemos que as hipóteses psicanalíticas são imagens temporárias que se transformam com a própria subjetividade em cuidado e com a cultura.

O que estaria em jogo na supervisão seria um testemunho desse trabalho em transferência, transicional; um testemunho de que, em um certo sentido, não se está delirando (INGLEZ-MAZZARELLA, 2015). É exatamente na supervisão que nos encontramos na intersecção, na *transição*, entre teoria e clínica. A escuta da clínica remete à teoria, que também inclui saberes humanos que devem ser plurais e anti-hegemônicos.

Questões culturais, como raça, gênero e sexualidade, são cruciais para a formação psicanalítica, embora essas dificilmente sejam nomeadas ou tornadas centrais em publicações (LONG *et al*, 2020) ou nas instituições psicanalíticas. Isso é tanto mais evidente quando se trata da escassez de publicações psicanalíticas sobre a supervisão com analistas e analisandas/os negras/os, notadamente em periódicos brasileiros. No entanto, o atual momento histórico tem pressionado psicanalistas a posicionarem-se de forma mais evidente quanto ao papel e contribuição da psicanálise no enfrentamento da violência em sociedades desiguais, injustas e adoecidas como a nossa (TURRIANI, 2019). A supervisão parece o lugar de formação e produção de

saber psicanalítico que melhor pode sustentar o “giro etiológico” da psicogenia à sociogenia na compreensão de processos de sofrimento psíquico e de seu cuidado. Este pode ser considerado um quarto eixo na formação de psicanalista, isto é, o que diz respeito ao trabalho institucional da/o analista, seu ativismo social e político (RAYS, 2019).

Em nossa pesquisa, pensamos o trabalho da supervisão psicanalítica afrodiaspórica dentro da continuidade histórica do ativismo de mulheres negras como prática de cuidado. A supervisão funciona como espaço potencial, prática transicional de construção do saber inovador (milênar) necessário para o cuidado na contemporaneidade. Por ser feita de fala e escuta, a transmissão psicanalítica também cumpre com o preceito africano (OLIVEIRA; NASCIMENTO, 2018b), onde o relato da analista a respeito de movimentos transferenciais se transforma em saberes constituídos pela memória ancestral, inconsciente, recalçada pela consciência colonial. Nessa área transicional da supervisão, cria-se um “terceiro analítico”, um fenômeno transicional, que é tanto a analista, a supervisora, e a/o analisanda/o quanto nenhum deles (OGDEN, 2018). Temos como horizonte a possibilidade de vir-a-ser dentro do cuidado analítico afrodiaspórico.

Por ser realizada no contexto de uma universidade dotada de ações afirmativas, na supervisão, discentes e docentes negras/os assumem responsabilidades reparatórias na pesquisa e na produção de conhecimento, cujo significado necessariamente se articula com seus corpos-políticos, seus territórios e comunidades. As associações livres evocam o inconsciente, ou a memória (GONZALEZ, 1984) afrodiaspórica e nos tornam sensíveis às implicações das condições sociais na subjetividade (ROSA, 2001).

É importante considerar que os corpos negros apresentam sua estética, que também falam, a despeito das intenções da linguagem formal. Corpos negros, de mulheres negras, psicólogas e psicanalistas negras, também possibilitam espaços transicionais formativos em

ações afirmativas na psique do corpo discente e docente, tanto na UFRB quanto em outras universidades brasileiras.

No caso da UFRB, é importante observar que o corpo negro das meninas e meninos universitários é visibilizado com todo estigma que esta corporeidade emana no contexto social brasileiro e social geral. Óbvio que as transmutações no espaço universitário ganham um jogo ainda mais dinâmico quando a/o docente é também negra/o, já que, como dito acima, o espaço acadêmico é um espaço e território branco por excelência. Os corpos negros, historicamente alijados do pertencimento a essa circunstância física e psíquica de valorização total, são *afirmados* em pesquisas e políticas afirmativas.

Sendo assim, as ações afirmativas na UFRB necessitam observar também a valorização de professores negros, formados a partir de um constructo epistemológico, técnico e científico que agregue valor às políticas de ações afirmativas. Ou seja: não basta ter a intenção de favorecer o protagonismo negro. O corpo branco pode favorecer políticas negras, mas não pode impactar o cerne da transformação do espaço pedagógico para uma educação antirracista se não possuir um fenótipo negro ou indígena. Além disso, investir em patrimônio humano diversificado – negros, indígenas, quilombolas em seu corpo docente e de gestores – é fundamental para protagonizar estudos assertivos na formação docente que acelera a consciência política dos atores envolvidos.

Considerações finais

Compreendemos que a exclusão de povos pretos e outros não-brancos de espaços de produção de conhecimento causa enorme prejuízo ao panorama do pensamento brasileiro como um todo, limitando as possibilidades de soluções para problemas especificamente nossos. Nesse sentido, as ações afirmativas, políticas de permanência e o incentivo à pesquisa são ferramentas chave na superação do epistemicí-

dio e na criação de conhecimentos capazes de oferecer cuidado efetivo a pessoas em sofrimento psíquico nas realidades da diáspora africana.

A UFRB tem exercido e desenvolvido papel relevante nesse contexto, como já foi reconhecido por autoras internacionais de altíssima importância como Angela Davis, Gina Dent e Kimberlé Crenshaw, no Curso Internacional de Feminismo Negro Decolonial realizado nessa universidade (DAVIS, 2017), bem como pela conferencista internacional francesa Sylvia Serbin, durante o Primeiro Congresso Internacional em Territorialidade e Saúde: desigualdades raciais e sociais em contextos locais e globais, realizado na UFRB em 2014. Essas autoras exaltaram a força do povo brasileiro e em especial da UFRB, que emblemata a luta de protagonismos femininos negros em seu corpo docente, na psicologia e, em especial, na psicanálise. É nessa realidade em que propostas e ações invalidam as construções coloniais eurocêntricas, demonstrando caminhos de autoafirmação negra, através de escritos, livros, artigos, cursos e componentes curriculares que rompem com a lógica sistêmica de um assimilacionismo branco europeu, norte-americano e esvaziado do sentido da diáspora negra no espaço brasileiro.

Na UFRB, essas condições formativas estão sendo viabilizadas. Retomar o legado histórico de pensadoras/es negras/os na psicologia clínica, em saúde mental e interdisciplinaridades é um aspecto essencial das ações afirmativas para a psicologia, o qual temos incrementado nas atividades clínicas de formação em psicologia na UFRB. Prosseguimos com a consolidação da pesquisa afrodiaspórica em psicologia na universidade a partir dos estágios supervisionados, estágios básicos e programas de extensão que temos desenvolvido com o alunato negro, não branco e/ou branco no contexto da formação do psicólogo em territórios da diáspora africana, como é o caso do Recôncavo da Bahia. No entanto, o mesmo não é comum no âmbito da formação do psicólogo no contexto geral.

Com efeito, a efetivação das ações afirmativas pode dar-se somente a partir da consolidação de saberes fundamentados na experiência corpo-geopolítica de suas/seus estudantes, corpo docente, de mulheres pretas, e linhas de pesquisa. Isso é particularmente importante para a formação de futuras/os profissionais da psicologia, na consolidação de um cuidado afrodiaspórico à saúde mental, em especial nos estágios supervisionados e na supervisão em psicologia clínica.

Referências

BICUDO, V. L. **Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo**. São Paulo: Sociologia e Política, 2010. [Original publicado em 1945]

CÂMARA FILHO, L. A. Juliano Moreira: Psiquiatra que superou o preconceito. **Hospital do Coração**, 2020. <https://hospitaldocoracao.com.br/novo/midias-e-artigos/artigos-nomes-da-medicina/quem-foi-juliano-moreira/> Acesso em 27/09/2022.

CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARONE, I; BENTO, M. A. S. (Org). **Psicologia Social do Racismo**. Petrópolis: Vozes, 2002.

CARVALHO, J. J. Encontro de Saberes e descolonização: para uma re-fundação étnica, racial e epistêmica das universidades brasileiras. In: Bernardino Costa, Joaze; Maldonado-Torres, Nelson; Grosfoguel, R. (Orgs.). **Descolonização e pensamento afrodiaspórico**. Rio de Janeiro: Autêntica, p.111151.

COLLINS, P. H. **Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment**. 2. ed. Nova Iorque: Routledge, 2000.

DAMASCENO, M. G; ZANELLO, V. M. L. Saúde mental e racismo contra negros: produção bibliográfica brasileira dos últimos quinze anos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 38, n. 3, p. 450-464, jul./set. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pi-

d=S141498932018000300450&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 16 de jun. de 2021.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. Conferência de abertura. In: CURSO INTERNACIONAL “DECOLONIAL BLACK FEMINISM IN THE AMERICAS”, 1, UFRB, Cachoeira/BA. **Anais eletrônicos**, UFRB: Cachoeira/BA, 2017. Disponível em: https://www.facebook.com/watch/live/?v=1398543743532657&ref=watch_permalink. Acesso em: 25 de maio de 2021.

FACCHINETTI, C; CUPELLO, P; EVANGELISTA, D. F. Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Ciências Afins: uma fonte com muita história. **Hist. cienc. saude - Mangueiras**, v.17, supl.2, p. 527-535, 2010.

FANON, F. **Peau Noire, Masques blancs**. Paris: Éditions du seuil, 1952.

_____. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Civilização Brasileira, 1968.

FIGUEIREDO, A. C. Psicanálise e universidade: reflexões sobre uma conjunção ainda possível. **Fractal Revista de Psicologia**, v. 20, n. 1, p. 237-252, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/BDKzJDHmvTfnqMQ7ytDVvVK/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 16 de jun. de 2021.

FIGUEIREDO, A. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 29, e0102, jan./abr. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5965/2175180312292020e0102>. Acesso em: 05 de maio de 2021.

FREUD, S. A dinâmica da transferência. In: **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XVI. Edição Standard Brasileira. [Original publicado em 1912]

_____. Sobre o ensino da psicanálise nas universidades. In: **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XVII. Edição Standard Brasileira. [Original publicado em 1919]

GOMES, N. L. O Movimento Negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos. In: Bernardino-Costa, J; Maldonado-Torres, N.; Grosfoguel, R. (Orgs.). **Descolonização e pensamento afrodiaspórico**. Rio de Janeiro: Autêntica, p. 313349.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf. Acesso em: 05 maio 2021.

INGLEZ-MAZZARELLA, T. Herança e transmissão na e da psicanálise. **J. psicanal.**, v. 48, n. 89, p. 127-135, dez. 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010358352015000200011&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 15 de maio de 2021.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LONG, C. *et al.* Racial Difference, Rupture, and Repair: A View from the Couch and Back. **Psychoanalytic Dialogues**, v. 30, n. 6, p. 698-715, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10481885.2020.1829432>. Acesso em 23 de maio de 2021.

NOGUEIRA, A. Aventuras na História: De princesa africana a escravizada em solo brasileiro: Aqaltune, a avó de Zumbi. **Aventuras na História**, 08 jun. 2020. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/deprincesa-africana-escravizada-em-solo-brasileiro-aqaltune-avo-de-zumbi.phtml>. Acesso em: 30 de nov. de 2020.

NOGUEIRA, I. B. **Significação do corpo negro**. Tese (doutorado) - Universidade de São Paulo, Instituto de Psicologia, São Paulo, 1998.

OGDEN, T. H. **Essa arte da psicanálise**: sonhando sonhos não sonhados e gritos interrompidos. Porto Alegre: Artmed, 2002.

OLIVEIRA, R. M. S. A formação do psicólogo nos contextos da diáspora africana. In: OLIVEIRA, R. J; OLIVEIRA, R.M.S. (Org.). **Dilemas da raça: empoderamento e resistência**. São Paulo: Alameda, 2017.

OLIVEIRA, R. M. S. Quilombos, racismo ambiental e formação em saúde e saúde mental: diálogos emergentes. **ODEERE: Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade**, v. 5, n. 10, jul. – dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22481/odeere.v5i10.6876>. Acesso em: 05 de maio de 2021.

OLIVEIRA, R. M. S; NASCIMENTO, M. C. Racismo, saúde mental e território: desafios políticos e epistemológicos na clínica ampliada. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 10, n. 24, p. 03-15, fev. 2018(a). Disponível em: <https://www.abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/571>. Acesso em: 05 de maio de 2021.

OLIVEIRA, R. M. S; NASCIMENTO, M. C. A clínica e seus desafetos: pactos e omissões nos estudos sobre o negro no Brasil. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 10, n. 24, p. 129-147, fev. 2018(b). Disponível em: <https://www.abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/577>. Acesso em: 05 de maio de 2021.

GUERREIRO RAMOS, A. Patologia social do branco brasileiro. In: **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1957, p. 10-67.

RATTS, A. **Uma História Feita por Mãos Negras**: Beatriz Nascimento. São Paulo: Zahar, 2021.

RAYS, C. A. P. Tornar-se psicanalista: processo autoral. **J.psicanal.**, v. 52, n. 97, p.187-195, dez, 2019. Disponível em:http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010358352019000200014&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 21 de maio 2021.

ROSA, M. D. Psicanálise na Universidade: Considerações sobre o Ensino de Psicanálise nos Cursos de Psicologia. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 189-199, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642001000200016&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 28 de abr. de 2021.

SERBIN, S. **Reines d'Afrique et héroïnes de la diaspora noire**. Paris: Meduneter, 2018.

SILVA, H. C. S. R. **O ambiente de cuidado no manejo de crises psicóticas**: uma leitura winnicottiana. Tese (doutorado)– Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

SILVA, H. C. S. R; COSTA, I. I. Acolhimento implicado: dimensões do primeiro contato com a crise psíquica grave. Em Ileno Izídio da Costa (Org.). **Intervenção precoce e crise psíquica grave**: fenomenologia do sofrimento psíquico. Curitiba: Juruá, 2013, p. 165–179.

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro**. Rio Janeiro: Ed. Graal, 1983.

TRENT, M; DOOLEY, D. G.; DOUGÉ, J. The Impact of Racism on Child and Adolescent Health. **Pediatrics**, v. 144, n. 2, e20191765, ago. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1542/peds.2019-1765>. Acesso em: 23 de maio de 2021.

TURRIANI, A. Questões subjacentes às margens da clínica e da transmissão psicanalítica em territórios vulnerabilizados pela violência política. **Teoría y Crítica de la Psicología**, v. 12, p. 340–351, 2019. Disponível em: <http://www.teocripsi.com/ojs/>. Acesso em: 23 de maio de 2021.

WINNICOTT, D. **O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

_____. **Textos selecionados**: da pediatria à psicanálise. Rio de Janeiro: F Alves, 1982.

_____. **O ambiente e os processos de maturação**: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional. Porto Alegre: ArtMed, 1983.

Manejo clínico em psicologia do racismo e jovens universitárias

Regina Suama Ngola Marques

Introdução

Este capítulo apresenta as construções emocionais do racismo no ambiente acadêmico e as repercussões na psique e identidade de jovens negras no contexto do ensino superior. No processo de construção analítica do trabalho, utilizamos também referências de fragmentos do relato de uma jovem estudante universitária que diferentemente das demais, autodeclarava-se branca.

Neste estudo, observamos a partir da clínica psicológica do racismo que realizamos no contexto universitário no serviço escola de psicologia, como jovens negras sentem-se afetadas em sua negritude a partir das formas de sociabilidades com seus pares professores e colegas de curso – outras estudantes e outros estudantes brancos e não negros na academia.

O estudo aqui apresentado foi por nós denominado abordagem clínica psicológica do racismo. Esta modalidade de trabalho psicológico ocorreu durante o período de um ano no formato de estágio supervisionado no curso de psicologia. Além disso, procuramos conjugar este trabalho de supervisão clínica de estágio supervisionado com os estudos realizados através de ações extensionistas ao longo de três anos⁸.

Nesta perspectiva, intencionamos provocar a curricularização da extensão, considerando que as universidades em seus currículos de psicologia não possuem componentes curriculares que favoreçam

⁸ Ambulatório Móvel do Recôncavo em Saúde: Práticas Interdisciplinares. CCS/UFRB. Programa PIBEX, 2018, 2019, 2020.

a compreensão metodológica de uma clínica psicológica do racismo, sobretudo porque não inscrevem literaturas e bibliografias técnico-científicas originárias de epistemologias negras e indígenas.

As dificuldades formativas do aluno de psicologia para o exercício de uma clínica interseccional que compreenda e avance nas perspectivas étnico-raciais, culturais, inclusiva e diversa tem por entrave básico e geral as próprias literaturas que compõem a grade curricular dos cursos de psicologia.

Formar para uma psicologia negra, engajada no acolhimento dos corpos múltiplos negros, indígenas, quilombolas, trans e LGTBQI+, inicia-se em um necessário desmonte do currículo em psicologia.

Acolher o aluno no estágio final e formativo em psicologia no serviço escola é um difícil trabalho. Pois o aluno não possui a formalização institucional das literaturas que formam os componentes curriculares.

Chegam ao último ano de psicologia sem reconhecer literaturas psicológicas inaugurais do campo da saúde mental ao nível nacional e internacional, como Juliano Moreira, Franz Fanon, Du Bois, Virginia Leone Bicudo, Alberto Guerreiro Ramos, Lélia Gonzalez e Neusa Santos Souza. Apenas para citar alguns, estes nomes compõem uma esteira larga da presença de intelectuais e cientistas negros atuantes no início do século XX e decorrer daquele milênio. Estes pensadores negros do campo psicológico, psicossocial e da saúde mental foram antenados com os problemas de seu tempo. Observaram as formas de sociabilidades no contexto pós-abolição que produziu transformações gigantescas no cenário do mundo. No Brasil, na África do Sul e nos Estados Unidos.

Suas produções escritas representam a preocupação com o mundo e suas estruturas psicossociais, emocionais, psíquicas. Atriladas às considerações sobre raça, racismo, racialidade, relações étnicas, cultura, civilização negra, direitos sociais e emocionalidade negra.

Os estudos de Juliano Moreira, Franz Fanon e Du Bois representam os anseios de esperança do século 20. Atravessado pela barbárie da violência racista e dos processos coloniais do mundo branco europeu sobre as populações negras nas Américas e na África. Pensadores psicológicos de seu tempo, eles não são considerados pilares reflexivos nos cursos de psicologia. Esta condição é lacunar e extremamente debilitante para a formação do psicólogo brasileiro, porquanto que é o psicólogo pertencente à territorialidade mais negra fora da África. É possível ser psicólogo no Brasil sem considerar a territorialidade de seu pertencimento? A territorialidade negra no Brasil do passado e atual?

Esta lacuna formativa, fissura e trauma da psicologia brasileira, procuramos tratar a partir do acesso, por parte do estudante de psicologia da UFRB, a cursos, atividades de ações extensionistas, além da oferta de componente curricular em estágio supervisionado em psicologia clínica do racismo e relações étnicas e raciais. No trabalho de atendimento em saúde mediado pela psicologia clínica, institucional e psicossocial (psicologia social comunitária).

Temos realizado estas ações ao longo de doze anos de atividades no contexto do curso de psicologia da UFRB.

Isto se faz também pela necessidade de mover os corpos negros no contexto da universidade. Considerando que as estruturas acadêmicas, mesmo nos ambientes mais bem intencionados, costumam rejeitar a presença de corpos negros e “caras pretas”. Tendendo a colocar estes corpos *exóticos*, inusitados, nos *seus lugares*. No silêncio hermético de uma academia densa (na medida em que não apresenta um currículo psicológico de literaturas negras e corpos intelectuais negros), pautada em linguagens e códigos civilizacionais brancos, os corpos de meninas negras na universidade são vistos como corpos exóticos a serem domesticados, perpetuando a lógica colonialista de uma psique que possa se referenciar aos constructos historicamente não negros.

A vontade política do acesso e permanência na universidade pública brasileira abriu a potencialidade dos corpos negros no contexto branco.

Inegável constatar e anuir esta realidade do Brasil e do mundo. A universidade e a produção científica brasileira são pretensiosamente brancas. Nega a presença negra e indígena na universidade na medida em que não contempla em seu currículo literaturas e epistemologias negras e indígenas. Tais produtos tecnológicos e científicos são presentes e existentes há muito tempo. Cientistas negros no mundo e no contexto da saúde mental e psicologia brasileira existem. Porém são obliterados nos currículos em saúde mental e dos campos interseccionais com a psicologia. Muito embora em termos da saúde mental, a fundação da psiquiatria brasileira, campo do qual provém à psicologia em termos clínicos, é realizada a partir de um médico negro: Juliano Moreira.

Tais fraturas, inconsistências e despotismos brancos epistemológicos são tidos como comuns, naturalizados na ótica da universidade brasileira em termos fundacionais.

Sob tal perspectiva, uma clínica psicológica do racismo com jovens estudantes de psicologia negras partiu do acesso a uma construção do caráter epistemológico da psicologia. Suas representações sociais e psíquicas no contexto da universidade e da vida cotidiana, do *bem viver*, das relações que estas jovens apresentavam em suas vidas particularizadas e privadas.

Procuramos abordar a partir de grupos de atendimento clínico, em escuta terapêutica semanal, o acesso em grupo e sessões individuais, trocas conceituais, afetivas e emocionais entre as estagiárias de psicologia e as estudantes de psicologia e do bacharelado interdisciplinar em saúde.

Nestes grupos de escuta clínica psicológica do racismo, discutiam-se temas-chaves como: negritude na universidade, sofrimen-

to psíquico do racismo, mulheres negras, juventude negra periférica, cientistas negras na psicologia, música, cultura, rap, samba, capoeira e cosmovisão de mundo e civilização negro africana.

Estes temas-chaves eram organizados pelas estagiárias de psicologia, em diferentes níveis formativos, pois incluíam estudos de literaturas negras. Domínio conceitual, capacidade discursiva e transformação de conceitos em ações pragmáticas para intervenção clínica no diálogo com as participantes do grupo psicoterapêutico. Através de dinâmicas e jogos que provocavam as discussões e emergências emocionais das estudantes negras universitárias

O grupo emergia com a queixa sobre a desigualdade entre negros e brancos. As formas de sociabilidades no contexto da sala de aula. Os privilégios dos meninos/homens brancos nas formas de tratamento deferidas por professores universitários e professoras universitárias não negras, não negros.

A crítica recaía na qualidade do tratamento intersubjetivo, de pequenos detalhes relacionais. Prazos concedidos, critérios de pontuação, acesso à fala no contexto da sala de aula. E estética negra desvalorizada no grupo familiar a partir de famílias inter-raciais.

Algumas participantes do grupo em psicologia clínica do racismo tinham dificuldade em observar no contexto privado a presença negra de seu pertencimento étnico-afetivo.

Minha família não tem ninguém negro. Eu nunca tive problema com a questão racial. Eu sempre estudei em escola particular. Sempre foi tudo bem. Nunca senti esta de racismo, diferença. Mas aqui eu vejo que tem. É uma coisa nova pra mim. Eu não me lembro de ninguém negro... (pausa grande) Eu...eu... quer dizer...tem ...um...eu acho.... de minha mãe... distante...um avô...acho...(voz baixa e embargada). Quer dizer...eu sempre me considere branca. Agora eu sei, sou parda. Porque eu não me considero branca. Assim, pele branca. Mas eu não lembro de ninguém negro na minha família (voz forte e decidida). Mas eu estou aqui porque aqui é muito forte a questão negra. Estou dando força pra minhas

amigas negras... (Jovem autodeclarada parda, 18 anos, estudante do bacharelado interdisciplinar em saúde).

Estas constatações emocionais por parte do sujeito representam um salto qualitativo na composição das estruturas psíquicas e os impactos do racismo.

A dimensão racial e étnica não é percebida no contexto geral de vivência das estudantes pretas e pardas (negras).

No entanto, quando provocadas pelas dinâmicas elaboradas pelas estagiárias, as jovens participantes do grupo de escuta terapêutica e sofrimento psíquico étnico-racial falam sobre suas ideias sobre racismo, compartilham e discutem literaturas de cientistas negras e negros. No momento de troca grupal e durante as dinâmicas, elas são capazes de timidamente exercer a autorreflexão. Recolocam-se em seus pertencimentos étnico-raciais para posicionarem-se diante das mazelas humanas, dos pactos de solidariedade com as questões que as tocam e impactam sua condição de sujeito negro existente dentro de um mundo branco: a universidade.

A universidade representa para estas jovens negras universitárias, um microcosmo social ampliado, de embates étnicos, privilégios, opressões e negações racializadas, naturalismo e valorização da presença branca – autores brancos, maioria de professores brancos, literaturas brancas vindas de fontes europeias e norte-americanas brancas inseridas despoticamente e em exagero na psicologia “branca” do contexto brasileiro.

Eu não sabia. Eu jamais imaginei que tínhamos autores como esses.

Sempre achei que não existiam. Eu nunca vi. Fiquei abismada de minha ignorância. Porque ninguém nunca me apresentou isto? Porque não estudamos elas? É estranho mesmo...Tudo é assim...quando vou a uma festa, não vou assim com meu cabelo cacheado. Faço uma escova, fico arrumada. Quer dizer, me arrumo... (risos). É isto. Também é aqui. Porque vou pra festa de cabelo escovado? (Mexe no

cabelo, passa as mãos, desfaz o coque e solta)... Eu vejo mesmo, meus pais as vezes brigam. Minha mãe tem uma família negra. E meu pai diz: seus parentes...Como assim? Sim. Na minha própria família, este jeito de tratar a família de minha mãe. Parece que é geral. Sempre o branco... (Estudante autodeclarada parda, 20 anos, estudante de psicologia).

Nestas duas ilustrações de fragmentos clínicos de abordagem em psicologia clínica do racismo e relações étnicas e raciais, o manejo se deu por inscrição conceitual, acolhimento à palavra e sentidos das participantes e ampla possibilidade de apresentar as dialéticas presentes nas literaturas negras no contexto da psicologia e no mundo do cotidiano social da juventude brasileira.

O manejo clínico consiste em considerar os aportes de uma psicologia negra a partir de interpretações trazidas pelo próprio grupo psicoterapêutico. O estagiário de psicologia, o psicólogo, não poderá inferir suas vivências. Apenas poderá trazer os conceitos pertinentes dos autores negros para explicar as negações racistas no conjunto social do Brasil. O mito da democracia racial e os sentidos invisibilizados de sofrimentos fundacionais e originários do povo negro e indígena de nosso país.

São trazidos instrumentos representados em desenhos de povos indígenas e negros, figuras da época da escravização, para que as participantes revelassem seus sentidos e projeções emocionais nas figuras apresentadas.

Como manejo clínico em psicologia clínica do racismo e relações étnicas e raciais, utilizamos poesias de autoras negras, fragmentos de textos da psicanalista Neusa Santos Souza, Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Franz Fanon, Du Bois, Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo e algumas autoras norte-americanas negras como Patrícia Hill Collins e beel hooks.

O manejo clínico consiste muito mais em trazer observações da visibilidade da presença negra no contexto da ciência, da literatura, da

psicologia e saúde mental e aproximar este conhecimento de forma lúdica e criativa de estudantes de cursos de saúde e psicologia.

O preparo das ações e dinâmicas no grupo era precedido de encontros supervisionados que eram exercidos de 3 a 4 horas de supervisão, mediados por leituras, fichamentos, organização de relatórios clínicos e observações éticas no referente ao sigilo profissional do trabalho psicoterapêutico e à escuta clínica no serviço de psicologia.

No processo extensionista, o aluno era levado a apresentar seminários a populações de diferentes setores sociais em escolas, associações de bairro, igrejas e templos (católicos, espíritas, candomblecistas, conforme a inserção e possibilidade de cada contexto territorial no qual o trabalho de extensão era realizado⁹).

O manejo em psicologia clínica do racismo e relações étnicas e raciais visa organizar uma prática clínica pautada em epistemologias negras, capazes de serem compreendidas pelo estagiário de psicologia com a interlocução do professor psicólogo supervisor que promove a disponibilização de literaturas do campo social, antropológico, psicossocial e psicanalítico.

Em termos de condições para o exercício do manejo psicoterapêutico, a prática supervisionada é fundamental porque o manejo não é apenas recorrência técnica de instrumentos organizados previamente pelo psicólogo ou psicoterapeuta. Ao contrário, a escolha do instrumento e materiais revela a competência formativa do profissional de psicologia e/ou psicanalista.

Não é possível realizar o manejo sem a contribuição extensa de uma prática clínica pautada na análise pessoal e no desenvolvimento de leituras dialogadas com interlocutores potencialmente, mais formalmente preparados para o exercício da experiência clínica psicológica em saúde mental.

⁹ Atividades do Ambulatório Móvel do Recôncavo Saúde: Práticas Interdisciplinares PIBEX 2018, 2019, 2020. UFRB.

Não basta ser psicólogo e ler textos de autores negros. É preciso, no manejo clínico da psicologia do racismo e relações étnicas, possuir a sensibilidade para as questões negras, indígenas e quilombolas. Não apenas no sentido instrumental, no domínio literal de textos e livros conceituais. Mas, ao contrário, passa pela experiência de troca e diálogos intersubjetivos com a população negra, indígena e quilombola. Com vivências em espaços negros, nos quais os sujeitos negros são portadores de falas e atitudes que fortalecem o sentido e objetificação dos conteúdos trazidos nos textos dos autores e cientistas negros de referência.

Aos fenotipicamente brancos e com epigenética com menor melanina, cabe considerar como conceito para a prática clínica, institucional ou não, o corpo negro como referência de trabalho. Não é vetado ao corpo branco o exercício profissional e intervenção com populações negras – ditas muitas vezes como vulneráveis pelos psicólogos que pouco aprofundam a epistemologia racista nos processos subjetivos e intersubjetivos da sociedade brasileira e, por conseguinte, a singularidade de pessoas negras, brancas e não negras.

O fundamental é que se reportem ao corpo negro como referência de trabalho epistêmico, promovendo a visibilidade do corpus teórico negro, indígena e afrodiaspórico. Mas também, com certa prevalência, na exigência da presença de professoras negras, professores negros, na psicologia, que participem necessariamente de ações nestes territórios de presença negra. No mesmo sentido, o manejo na supervisão de alunos brancos e negros: o método implica a participação de professor negro, psicólogo preceptor negro, o qual atenda, necessariamente em seu currículo formativo (experiência, e instrução formal), as habilidades pessoais e profissionais para o exercício do campo dialógico com o professor, supervisor não negro.

Observa-se, neste sentido, que no manejo clínico em psicologia do racismo com jovens negros – no caso, jovens universitárias par-

das, pretas e de maioria não branca, não basta o professor ser negro, de melanina escura. É preciso, além da pele, possuir o pertencimento étnico da negritude e trajetória instrucional formal para o exercício formativo do aluno da psicologia e campos da saúde mental. O usuário da saúde será o beneficiário direto da política de ação afirmativa. A população brasileira, em sua diversidade indígena e branca, além de seu conjunto étnico majoritário. O grupo social negro.

No campo formativo, o professor branco, em sua maioria nos cursos de psicologia, deverá – por necessidade conceitual e metodológica do manejo em psicologia clínica do racismo e relações étnicas e raciais – estar acompanhado com a consultoria de um psicólogo professor, doutor, pesquisador, negro – preceptor. Com as qualidades expressas no parágrafo anterior.

Nesta necessidade, consideramos que realizar o manejo clínico em psicologia do racismo com populações negras e não brancas, e formar psicólogos para este exercício nos equipamentos de saúde que prevalentemente recebem o contingente negro brasileiro (o SUS e o SUAS), implica incidir profundamente na formação curricular a partir de medidas de ações afirmativas que garantam a presença de corpus negros epistemológicos nos componentes ofertados nos projetos políticos pedagógicos dos cursos de psicologia. Concomitante a esta exigência epistêmica conceitual, é preciso garantir a existência de concursos públicos que garantam vaga para o profissional professor de psicologia que possua formação instrucional, fenótipo preferencialmente negro (pardo ou preto) e trajetória de pertencimento étnico-racial negro observável em seu percurso e itinerário profissional acadêmico.

Construir uma clínica do manejo em psicologia do racismo e das relações étnicas e raciais implica produzir ações afirmativas a partir de cotas raciais para professores psicólogos, mestres e doutores, negros no interior dos cursos de psicologia. Seja através de recursos humanos

existentes, seja através da criação de vagas para novos concursos públicos com o perfil recomendado.

Lacan e Freud foram representantes de seus tempos no sentido de que produziam literaturas escritas ao mesmo tempo em que contextualizavam seus textos a partir de suas vivências sociais, subjetivas, políticas, pautadas no enredo da historicidade do emergente século XX (ROUDINESCO, 2012; 2020; OLIVEIRA, 2021). Neste sentido, tanto Freud como Lacan estabeleceram trocas com seus discípulos, colaboradores, psicanalistas em formação. Nestas interlocuções o lugar da linguagem, da palavra, a letra viva, era o lócus primordial do sentido transformador da sociedade em ebulição que representou o século XX no advento das artes, das ciências, do rompimento com o passado da vida social das sociedades escravistas e mercantilistas para as sociedades modernas e francamente capitalistas.

Sob esta ótica e manejo, na psicologia clínica das relações étnicas e raciais, nossas referências vivenciais não são dissonantes de alguns dos emblemas da psicologia brasileira. Assim como estes respeitaram a historicidade de suas vidas na contextualização da vivência de seus tempos – suas histórias de homens, cientistas e brancos, nós também, mulheres negras, pautamos nossas formas clínicas a partir de dispositivos históricos vivenciais e disciplinares na organização de supervisão clínica mediada pela ritualística acadêmica, que necessariamente passa – deve reverenciar – pelas autoras negras e negros da psicologia, saúde mental e psicossociologia inaugurais nas obras de muitos cientistas não trazidos e apresentados em nossos currículos de formação de psicólogos. Não obstante, a técnica é ímpar na reprodução histórica do gesto de reverenciar os ancestrais e os modos de observar os fenômenos psíquicos. Neste caso existem muitas, mas apenas para referenciar duas importantes: Neusa Santos Souza e Virgínia Leone Bicudo. Estas devem preencher as lacunas dos currículos de psicologia sobre subjetividade e questões étnicas e raciais.

Para isto utilizamos e vivemos circunstâncias formativas no ambiente social da favela, da periferia, das feiras, dos bairros negros, da música preta, o samba, o jazz, o rap, o hip-hop, a capoeira, o samba de roda, o candomblé, as santerias, as rezas, ou seja, as formas de ser, sentir, pensar e fazer da população preta, negra, indígena. Atuar em dispositivos clínicos, sociais e institucionais comunitários na saúde mental da população negra, no psiquismo de jovens negras universitárias ou crianças, mulheres, homens, idosos e famílias negras, é muito mais do que dominar literaturas específicas. É isto também. Afinal, não se faz manejo clínico em psicologia sem os requisitos formativos conceituais.

Porém, mais do que os requisitos conceituais formativos, buscamos oferecer em nossas atividades de ensino, extensão e estudos em perspectivas de pesquisa, a compreensão de que na interioridade dos textos e escritos de epistemologias negras, estão a vida, o modo de ser, sentir e pensar das pessoas e dos corpos físicos e psíquicos negros.

Os escritos estão para além de uma letra morta, como o registro limitado da grafia. Existe um grafo, significado mais extenso, árduo e amplo que é o percurso da kalunga, o percurso e deslocamento da diáspora, que cria e recria novos laços, mantendo a interioridade fundacional de Áfricas e o sentido do africano. Emblematizando a palavra e a grafia da letra para além do signo. Na medida em que atravessa continentes, e quando chega também ao Brasil se expande em formas inusitadas de convivências negras a partir de psiquismos e emocionalidade negras.

Não foram apenas corpos físicos transportados e deslocados na Kalunga – mar em Yorubá (*la mer*, feminino, *feminan*). Não foram apenas os corpos físicos deixados e atirados mortos como carcaças podres ao mar. Sem o ritual de partida da vida terrena. Não foi apenas isto. Os corpos lançados ao mar dos navios negreiros, os não sobreviventes, fizeram do oceano o elo de ligação com a vida que estava por vir, o presente sanguíneo e violento que se apresentava e o passado

da terra Mãe, África, que originou a semente e os frutos dos corpos de nossos antepassados.

Não foi apenas corpo físico deixado e lançado ao mar.

Na Kalunga ocorreu o elo de ligação entre passado, presente e futuro. A força motriz da razão negra. De constituir para si e para os que foram deixados, no mar da Kalunga ou no território continente africano, um sentido de territorialidade diaspórica. Psicicamente orientado. Nas estruturas das linguagens que atravessam os tempos, por sua grafia consistente nos sentidos e significados do ser humano civilizacional negro. Caboclo e indígena. Violentado em sua africanidade, surge por violência e força, retórica da opressão do ocidente, o pardo, o caboclo, aquele que não cessa seu percurso de encontro e descoberta de si mesmo, para lançar-se na ordem da civilização humana.

Este ser diaspórico, que é o negro brasileiro e as populações negras presentes em todas as territorialidades do mundo a partir de África, escreve sua analogia de sentidos e visões civilizacionais, a partir de experiências, como perfaz Conceição Evaristo em sua grafia banhada pela negra genialidade, bem como a oralidade; aspecto da liturgia arcaica e civilizacional humana dos africanos e dos povos da diáspora negra.

Nesta escritura psíquica a capacidade de adaptação e criatividade é soberba, diante da análise do constructo do ocidente. Os autores negros de epistemologias negras superam a violência e a apatia branca, que possui a expertise em monitorar e interditar o devir da diáspora, que sem pausa e sem repouso, escreve seu enredo de vida, amor e liberdade, ao custo de sua própria carne. Sim, nós sobrevivemos diante do caos e da maldade. E o psiquismo negro, em seu equilíbrio abalado, se equaliza a partir do bálsamo que do mar exala. Na compreensão dos cantos que as mulheres negras entoaram quando enterravam nas profundezas do mar sagrado seus mortos, que trouxeram as sementes de vida, alegria e esperança na superação da

barbárie. As mães, mulheres negras, seus cantos, nos salvaram e nos salvam. Na magnitude que representa ainda hoje Mãe Menininha do Gantois ou Mãe Estela de Oxossi, ou as Yabás do Recôncavo da Bahia, Mãe Reizinha Angorô Mean de Angola e Mãe Nilza da Oxum, entre tantas outras, como Mam'etu Kissanguê, Mona Riva Tumba Junsara¹⁰ que atravessam o Recôncavo para o Sertão e fronteiras abertas em todo o Brasil e mundo.

Estas epistemologias não são, para a psicologia clínica do racismo e das relações étnicas e raciais, religiosidades negras. São inscrições epistêmicas da força do traço, grafo, registro da oralidade negra. Seria a oralidade, a tradição, uma defasagem no contexto marcadamente restritivo dos conteúdos em papel e agora em meios digitais, online, uma inferioridade? Muitos no passado e ainda no presente consideram que sim.

Porém, o próprio Freud (1912), quando em sua obra refere às recomendações para o exercício do médico analista, ele atesta com veemência e senso estrito metodológico o fundamento da transmissão. Da oralidade da psicanálise. Que no futuro, será, nas escolas formativas clássicas e de alta credibilidade, a transmissão a partir da sujeição do desejante a ser psicanalista, realizar a análise didática a partir dos ensinamentos orais de um outro psicanalista experiente. Saber verdadeiramente a psicanálise só será possível a partir das trocas entre os que já exercem, a longo tempo, o ofício de psicanalista. Ou seja: pela transmissão oral.

A oralidade, tal como a filosofia socrática, é o pilar da digna ciência. Dos conhecimentos tácitos e importantes para a civilização humana.

Na metodologia do manejo clínico em psicologia do racismo e relações étnicas e raciais, nos focalizamos em traduzir e interpretar, através dos textos escritos e vivências intersubjetivas da população

¹⁰ Na tradição banto angola mona riva significa raiz, origem, gênese, pertencimento. Tumba Junsara é o primeiro terreiro de candomblé brasileiro nascido na Bahia e difundido no Brasil e no mundo com recriações da tradição keto, nagô, angola, banto, gegê, iorubá.

negra em seus territórios de existência, as manifestações do grafo da oralidade. Da escritura oral.

Na clínica psicológica do tratamento e acolhimento de traumas e violências do racismo, sofrimento psíquico e agressões institucionais – racismo estrutural, procuramos observar nos discursos das jovens negras universitárias as inscrições da oralidade negra, a fim de potencializá-las em suas próprias redes de significância sobre seu pertencimento étnico-racial.

Não é o tratamento psicológico o fator curativo, na via de mão única que o psicoterapeuta pode inscrever. Mas, ao contrário, é a trama dialógica do supervisor com o orientando, que se torna capaz de produzir efeitos na reflexão e autorreflexão do sujeito da análise, da implicação no processo psicoterapêutico na escuta clínica.

As jovens negras são levadas a falar e a ouvir as vozes de seus antepassados. Mediadas por estudantes de psicologia também negros. Embora, também alguns brancos.

Estes sujeitos brancos, autodeclarados e fenotipicamente brancos, não são excluídos do processo de participação técnico-científica de uma psicologia clínica do racismo e das relações étnicas e raciais. Este sujeito branco necessita investigar em si o caráter de seu pertencimento étnico-racial. Sua origem. E conectado a seu estado pessoal e comunitário, familiar, sócio, econômico, étnico e cultural, ele será capaz, ou não, de reconhecer sua potencialidade de amalgamar-se a partir de perspectivas epistemológicas negras.

No manejo clínico da psicologia do racismo é importante observar que, no processo grupal e mesmo individual do atendimento psicoterapêutico, o caráter de aprendizagem e sofrimento psíquico do racismo é mútuo. Não negros possuem fraturas emocionais graves na perspectiva psicopatológica. Pois o reconhecimento da “implícita” superioridade branca causa desconforto nas formas de sociabilidades

cordiais presentes em uma sociedade que cultivou e por vezes ainda cultiva o mito da democracia racial.

Causa sofrimento pela percepção da frieza e desprezo do branco frente à história de martirização do negro e indígena por seus antepassados. Permanecer ileso diante deste fato é fator de grave adoecimento mental humano.

A salvaguarda emocional da pessoa branca está em participar do processo de modo a ser corajosa em assumir suas responsabilidades atuais no projeto presente e futuro da perspectiva da igualdade étnica. Neste sentido, o manejo clínico do psicoterapeuta, do supervisor clínico e do estudante de psicologia deve ser cuidadoso, a fim de não transgredir com o cuidado na relação humana. Porque o processo de escuta psicoterapêutica no manejo clínico leva ao reconhecimento da barbárie que foi efetivada com a incursão do Ocidente branco em territórios africanos e indígenas nas Américas e na África. E o estudante que não é fenotipicamente negro também tende a observar a dor da violência que seus antepassados brancos cometeram; restando a este estudante, a missão restauradora de estabelecer-se no difícil entendimento de sua postura social étnica e sócio-subjetiva de protagonizar-se como elemento pertencente da primazia da branquidade e dos privilégios da branquitude. Podendo passar pela difícil experiência da consciência plena dos registros que ainda hoje se manifestam no cotidiano das formas de sociabilidades entre brancos, negros, brancos pobres, quilombolas, povos de terreiros e populações indígenas.

Em um país que cultivou por tanto tempo o mito da democracia racial, o processo de adoecimento psíquico na saúde mental da população branca é evidente em termos psicopatológicos. O não sofrer pelas barbaridades atroztes do passado – atrocidades cometidas por seus antepassados – e reiterar o desprezo e negação da expropriação e espoliação do negro africano e do indígena escravizados e não portadores de direitos sociais plenos na história do ocidente, é aspecto psicopatológico grave.

Neste manejo clínico é possível buscar este diálogo necessário com o elemento branco. E a consistência desta conversa se organiza como ações afirmativas enquanto elementos práxis dialógicos mais efetivos na transformação da psique dos elementos étnicos que compõem a realidade brasileira e mundial.

No entanto, na ética psicológica frente ao manejo na psicologia clínica do racismo, negros, indígenas e brancos, são sempre, devem ser sempre tratados como seres humanos. Portanto, o cuidado com a vida e a igualdade, através da equidade, são fatores importantes a serem considerados no processo de interpretação e devolutivas dos dados clínicos apresentados pelas jovens negras e/ou não brancas e eventualmente brancas. O fragmento a seguir é ilustrativo:

Eu percebo que eu gosto de falar mais que elas. Sim, peço desculpas. Acho que é minha forma de ser. Sei que interrompo as falas das colegas. Sei que vira e mexe sou um pouco superior... (riso sem graça). Aqui, é diferente... (riso nervoso). Aqui valoriza-se a identidade negra. Tenho que conhecer isso. Acho legal. Nunca vi assim. Aqui, nessa universidade, o negro tem o seu valor, tem direitos, tem lugar... mas também ainda existe o racismo... (Estudante autodeclarada branca, 19 anos, estudante do bacharelado interdisciplinar em saúde).

No processo psicoterapêutico da escuta observa-se que ao refletir sobre as sutilezas do racismo e as formas de exclusão e violência que ele opera, foi possível para esta estudante autodeclarada branca, repensar suas posturas, procurar alterá-las. Esse movimento se deu dentro do próprio grupo, mediado pela palavra dos textos e reflexões escolhidas pelo trabalho supervisionado do professor psicólogo experiente em conceitos étnico-raciais e bases epistemológicas do racismo no Brasil e ciências no mundo. A tomada de consciência, por parte das estudantes jovens negras e a estudante jovem autodeclarada branca, é parte do processo civilizatório.

Portanto, os resultados do manejo clínico nas inscrições emocionais das estudantes jovens e negras no contexto acadêmico re-

metem às necessidades de permanecer com as políticas de ações afirmativas. Pois, o manejo implica no acesso a literaturas negras historicamente desprezadas e preteridas no conjunto das produções psicológicas no Brasil e no mundo.

Portanto, nos resultados da escuta psicológica da clínica do racismo, a formação conceitual é o diferencial importante e fundamental. No entanto, a própria etnicidade fenotípica precisa ser valorizada. O elemento fenotipicamente negro precisa ser trazido nos textos, na oralidade da voz de quem pronuncia a palavra. A voz de professores e cientistas precisa vir de corpos negros e indígenas. Não adianta projetar uma prótese para resolver as lacunas e fraturas da violência social e psíquica do racismo à brasileira. É fundamental observar os corpos negros, não resistir à palavra de ordem negra, negritada em carne viva na presença massiva do conjunto populacional brasileiro. Visibilizar corpos negros em materialidade para além dos fluxos teóricos. Professores negros transitarem o *locus* da universidade.

Não é possível abstrair estas oralidades de seus corpos contundentes e expropriar, praticando o epistemicídio, a palavra das vozes negras. O branco pode desculpar-se e ter consciência de sua branquitude e dos processos que a branquitude elege para favorecer uma sociedade permanentemente desigual e excludente. No entanto, é necessário, a partir da reflexão e pensamento clínico sobre a contemporaneidade e os processos psíquicos e produções subjetivas, aceder ao corpo negro. Ao elemento negro fenotípico.

Não se pode negar a voz de Neusa Santos Souza pela voz de Freud ou dos biótipos que os representam. Uma clínica psicológica que pretenda o manejo eficiente do sofrimento psíquico do racismo, atuando na transformação paradigmática do conjunto social a partir de seus sujeitos individuais, a partir de seus processos intersubjetivos, necessita afirmar os corpos negros. As vozes negras na oralidade epistemológica. Isto significa mais professores negros no espaço da uni-

versidade sendo solicitados a falar sobre tais perspectivas. Enquanto pessoas não negras devem ser convidadas a refletir sobre as transformações necessárias para esta contemporaneidade de vulnerabilidades extremas e desigualdades étnico-raciais.

Neste convite, processos psicoemocionais e afetivos podem favorecer a plasticidade psíquica da psicopatologia do racismo que estrutura a sociedade brasileira e as sociedades contemporâneas marcadas pelo escravismo, pelo colonialismo que engendra os pactos narcísicos da branquitude.

Aspectos metodológicos e ancestralidade negra

A metodologia privilegia a oralidade negra e a transmissão das populações negras e indígenas, que são instrumentos técnico-científicos da psicologia ou psicoterapia do racismo e das relações étnicas e raciais. Fundada em modelos epistemológicos clássicos da literatura negra, a partir da experiência analítica de psicóloga, psicanalista negra, pessoa negra, ou fortemente experimentada em vivências étnico-raciais negro indígenas ao longo de sua formação profissional e pessoal.

Neste paradigma metodológico da transmissão oral, não se trata de iniciar-se na religiosidade negra como o candomblé, a umbanda e outras formas clássicas de compreender o patrimônio negro africano no Brasil. Através também da capoeira, do samba de roda, da musicalidade negra, enfim. É preciso uma genuinidade com a tradição negra africana, pautada pelo rigor do tempo na experiência, como nos prescrevem as Yalorixás – Yabás – negras da diáspora.

Possivelmente, Freud, que se inspirava nas mitologias gregas e reunia em seu gabinete psicológico símbolos e imagens étnicas de diferentes regiões do mundo (GAY, 2011), aprendeu com os gregos o que os africanos das civilizações negras e egípcias lhes ensinaram. Foram

as Yabás, matriarcas negras, as sábias preceptoras da mente instigante e investigativa de Freud.

Observem que o triângulo amoroso (o complexo de Édipo) gira, para a escrita gráfica do mestre da psicanálise, na presença e disputa pelo amor materno. Afinal, até Freud, estudioso da mitologia grega para embasamento de suas teorias sobre psiquismo, veladamente reconhece o signo da matriz negra africana, no processo civilizatório da condição humana e nos desenvolvimentos da psique. O que os gregos chamaram de *psiquê*, é antes de tudo princípio civilizatório africano, trazido pelos gregos a partir de fontes egípcias (DIOP, 2007; OLIVEIRA, 2019).

Sim, eram os Deuses, mulheres. E sendo mulheres, eram negras e africanas (SERBIN, 2018).

Sim, os gregos, o fenômeno civilizacional grego é em origem africano. Os gregos beberam em fontes civilizacionais africanas para produzir os desenvolvimentos epistemológicos que culminaram em parte extensa das ciências e filosofias. Aristóteles foi discípulo de Platão, que tem origem na sabedoria de Sócrates. Toda a lógica Aristotélica, que ainda hoje sustenta os pilares da ciência do ocidente, foi transmitida por tradição oral. Símbolo da cosmovisão de vida civilizacional africana (DIOP, 2007).

Na mesma consideração, Ísis e Osíris são emblemas civilizacionais da realeza do Egito. Ísis é a Deusa Negra da Fertilidade, do Amor, da Magia, da Saúde, da Riqueza. Ela é filha do Deus da Terra, da Cura e da Família, da Comunidade. Ela é uma das principais divindades negras e seu culto transcende as fronteiras do Egito, expandindo-se por todo o universo greco-romano (DIOP, 2007).

A civilização negra, através das simbologias e descobertas da ciência arqueológica, demonstra que as influências desta civilização através da Deusa Negra Ísis alcançaram terras onde se localiza Roma, Grécia, Atenas, região da Gália, Espanha, Arábia Saudita, Alemanha, Portugal, Ásia Menor e Grã Bretanha (COSTA, 2014). Lembrando que

a região da Gália é representativa da etnia que origina o povo bretão, que dá origem a Inglaterra e Reino Unido, bem como a França.

Os africanos possuem uma cosmovisão de mundo civilizacional e civilizatório. Cujos pilares remontam ao sintagma respeito e reverência ao ancestral, deferência ao sagrado materno, à primazia do papel das mães e das mulheres, sem o componente ocidental de hierarquização de gênero, além do amor incondicional à vida e valores comunitários (OLIVEIRA, 2019). O bem social e coletivo que unem a vida subjetiva e individual de todos em África (HAMPATÉ BÁ, 2013).

Para uma metodologia da clínica psicológica do racismo e relações étnicas, é preciso conhecer as bases do pensamento negro na saúde e saúde mental.

Os escritos inaugurais da saúde mental no Brasil, do psiquiatra baiano e negro Juliano Moreira, no início do século passado, fazendo confluências a expoentes importantes da psicologia e as relações com estudos étnicos e culturais em voga no despontar do século XX, não são sequer mencionados nos currículos de psicologia das universidades brasileiras. Incluindo aquelas bem intencionadas em fomentar e construir políticas de ações afirmativas para estudantes negros, não brancos e/ou pobres.

As repercussões do racismo na psique humana são fatores emblemáticos do como as dimensões sociais são trazidas na vivência cotidiana dos sujeitos. Estas vivências impactam o contexto de vida emocional, causando diferentes afetos nos modos de sentir de jovens que ingressam no ensino superior.

A educação superior, a universidade, é o local onde as trocas afetivas e intelectuais acontecem. É o lugar dos espaços de desenvolvimento sócio-afetivo-emocional pautado por inscrições de autonomia, independência familiar e maturidade pessoal.

A universidade no contexto brasileiro representa a ascensão pessoal de um sujeito, de uma família, de um conjunto social. O in-

gresso na universidade representa a consolidação de projetos importantes cunhados ao longo de uma vida em termos de investimentos sócio-afetivos e econômicos por parte do conjunto da rede familiar e projeto pessoal do estudante que ingressa no ensino superior. Anseios de projeção pessoal, mobilidade social, cultural e econômica, representam o campo onírico do ingresso na universidade.

Esta modalidade de vida, o acesso à universidade, é também o lócus de várias instabilidades afetivas e emocionais na estrutura geral do ser humano. Pois expõe a capacidade, competência formal de cumprir com os requisitos exigidos pelo contexto da universidade: novas amizades, diversidade de classes sociais, embora o predomínio neste contexto seja de pessoas com condições materiais mais elevadas que o conjunto totalitário da sociedade brasileira.

O que se passa com as jovens negras universitárias participantes do estudo, com as jovens negras estagiárias de psicologia e com a professora psicóloga negra e supervisora de estágio, reflete o aspecto metodológico de uma clínica psicológica das relações étnicas e raciais pautada na representatividade negra e na sensibilidade de escutar as vozes negras secularmente preteridas no contexto acadêmico.

Em termos técnicos, para a psicologia e para a metodologia do manejo psicoterapêutico com juventudes negras, universitária ou não, crianças e famílias negras, mulheres negras e jovens negros, meninos negros, importa tecer a rede da ancestralidade presente na vida civilizacional do ocidente que nos remete às Áfricas. Os corpos negros, das professoras negras, intelectuais negras, cientistas mulheres negras na academia, metodologicamente não podem ser um apêndice. Uma prótese que emblematiza a perfumaria de deslocamento do mito da democracia racial para o mito do combate ao racismo na sociedade brasileira, a partir da permanência do protagonismo branco nos postos de comando e de poder com a colaboração de pessoas fenotipicamente negras.

As falas e fragmentos aqui trazidos representam possibilidades restaurativas das formas de sociabilidades em ambientes perversos, estruturalmente racistas e de hegemonia branca.

De modo geral, o trabalho possibilitou aspectos positivos de combate ao racismo, ao sofrimento emocional, com a valorização do sujeito étnico-cultural negro, africano e indígena no contexto psíquico, psicológico, emocional e afetivo nas participantes dos atendimentos em escuta psicoterapêutica do sofrimento psíquico do racismo.

Manejo clínico: metodologias afirmativas

Metodologicamente, fazer e pensar uma clínica psicológica do racismo implica em produzir um currículo efetivo nos componentes do projeto político pedagógico dos cursos de psicologia no Brasil. As literaturas e o domínio são primordiais. Mas a valorização das vozes negras no espaço acadêmico transcende esta necessidade. Neste sentido, este aspecto é ainda tímido e ingênuo nos espaços acadêmicos que temos observado, no constructo da psicologia brasileira na formação do psicólogo nos contextos da diáspora africana (OLIVEIRA, 2017).

Sob esta perspectiva, é importante considerar que o acesso ao ensino superior no Brasil para as classes populares se deu mais efetivamente a partir da primeira década do século XXI, com novas propostas políticas de acesso à educação no terceiro grau. O Prouni, o Fies, a partir de novas modalidades para concessão de crédito ao estudante e sua família, e as políticas de expansão das universidades públicas federais, bem como o processo de interiorização destes equipamentos públicos de ensino superior, produziram impactos importantes na mobilidade social e afetiva dos contextos da educação e da vida política do país (OLIVEIRA, 2015).

Neste sentido, a universidade brasileira quando abre, através de políticas públicas com caráter de política de estado, seu processo de desenvolvimento para o acesso de corpos distintos de seu cotidiano

pautado pela branquidade e branquitude, ela favorece a transformação gigantesca do cenário social ao nível econômico, político e cultural. Esta história social recente em nosso país precisa ser analisada. Ela é uma história que não começa agora. Que não começou hoje, há pouco mais de trinta anos quando todo o processo começou com as lutas por um país democrático a partir da inscrição da carta magna de 1988.

As lutas por uma dignidade plena do povo brasileiro, população negra, parda, preta e indígena, por um Brasil para todos e não apenas para os fenotipicamente brancos, começam na fundação da terra Pindorama quando os portugueses aportam em terras baianas.

As revoltas quilombolas, as rebeliões negras, os massacres indígenas em toda a América, são representativos das lutas sempre existentes no combate à opressão dos corpos negros, pardos e pretos, e indígenas no Brasil.

Este passado, esta história, imprimem o psiquismo e emocionalidades das populações brasileiras. Sobretudo de jovens negros que adentram ao espaço das relações étnicas que é o caldeirão da universidade.

O presente como história, nos referenda a caminhar em direção aos porões. O mundo possui a metáfora de uma casa. Ela representa os sentidos humanos e as revoluções paradigmáticas que nos encaminham em posições e atitudes diante do mundo (VEIGA NETO, 2012).

A casa, como metáfora da vida do sujeito psíquico e individual e suas relações sociais, destaca a historicidade do passado enquanto constituinte do presente e o devir dos sujeitos humanos, seres psíquicos, na história e construção do futuro, devir de todos nós.

Isto implica saber que na metodologia do manejo clínico da psicologia do sofrimento psíquico do racismo e relações étnicas e raciais, o elemento histórico é a base fusional para a expansão da consciência dos sujeitos que sofrem. Sejam eles negros, indígenas ou brancos.

As ações afirmativas nas universidades são elementos chaves para construir uma ciência psicológica capaz de instrumentalizar-se em métodos e técnicas que representem as necessidades da etnicidade negra e indígena na contemporaneidade. A ciência precisa de dispositivos diversos e étnicos, portanto, as ações afirmativas na casa da ciência – a Universidade – são o ingrediente indispensável para o dispositivo clínico e social na psicologia.

O tempo é a vida de três meninos

O passado é constituinte do presente. E este, presente, é a oferta para o devir humano em si e em sociedade. O psíquico emana as construções psicológicas de nossos antepassados negros na perspectiva política, social e econômica. O psíquico atravessa a transgeracionalidade de nossa existência presente e terrena. Limitada. Ao mesmo tempo em que nos impulsiona a participar da construção deste presente, com a atuação de nossos corpos negros, pretos e pardos – *corpus* físicos e psíquicos, e nos convoca a exercemos as bases e alicerces para os que virão posteriormente.

Esta convocação está para os sujeitos negros, pardos, não brancos, ou brancos amalgamados. Estes últimos, também sentem-se convocados, conforme o fragmento clínico da jovem autodeclarada branca; porque estes sujeitos ditos brancos, podem ser capazes de sentir a experiência do sofrimento face a responsabilidade étnica e ética dos terríveis feitos de seus antepassados. Nem sempre isto é possível, a depender do grau de desenvoltura afetivo-emocional e cognitiva disponível em cada sujeito civilizacional humano. Considerando que somos seres da espécie humana. No entanto, a condição humana é devir, é fator de desenvolvimento e árdua conquista através do trabalho.

Esta convocatória é dialética entre o passado, o presente e o futuro; que não apresentam-se como cronologias separadas e estan-

ques. Mas, ao contrário, são modalidades da vida afetiva dos sujeitos humanos que se constituem emocionalmente e de modo atemporal.

O psiquismo e o sofrimento humano não são apenas temporais. Eles são dialéticos, porque são do tempo presente, remetem a um passado e se inscrevem nas possibilidades do futuro. Eles atravessam o tempo social e objetivo do sujeito. Eles deixam marcas na psique da humanidade e principalmente nos corpos fenotípicos representativos desta psique e corporeidade violada em determinado tempo histórico. São frutos do escravismo e de tantas outras violências. O nazismo e o colonialismo, que produziu o escravismo, são as marcas sangrentas do declínio da humanidade. As grandes violações de todos os tempos. E os autores negros, escritores, mulheres e cientistas negras, clamaram, clamam em suas vozes, nunca silenciadas ou apagadas. Elas retornam como verbo nunca acabado, sempre vivo, mesmo que em algum canto da casa – canção – esquecidas no fundo do coração.

Memória e linguagem. Oral linguagem. Escrituras. Tessituras.

Os corpos negros e indígenas possuem os porões cheios de insígnias. Medalhas e tesouros que os constituem como sujeitos civilizatórios na história da humanidade. Estes tesouros são importantes simbologias de fortalecimento emocional e psíquico que os jovens negros e indígenas recebem de seus antepassados. No entanto, há um investimento contrário a estas ordens, reminiscências que estão impressas na psique do alunato negro e indígena na universidade. Estas reminiscências, o porão da casa emocional de todos nós, é o lugar dos fundamentos, de nossas ligações ancestrais, de nossas raízes.

Em referência à casa, o porão é o lugar onde estão as raízes e os fundamentos racionais que dão sustentação à casa. O sótão é considerado o lugar em que a sublimação e a imaginação acontecem, isto é, onde ocorre a vida concreta; é o lugar das práticas sociais cotidianas. Manter-se neste patamar significa omitir as raízes dos problemas,

assim como a reflexão e a razão que nos levam para além das experiências imediatas. Ir aos porões permite alcançar uma posição mais elevada (OLIVEIRA, 2015, p. 7).

Nesta experiência clínica sobre manejo em psicologia e relações étnicas e raciais, observamos que a juventude negra na universidade possui reminiscências importantes para manter sua estrutura emocional equilibrada diante das prerrogativas e exigências formais do estudo na educação superior.

As estruturas mentais, a afetividade e a emocionalidade dos familiares das jovens negras universitárias e seus contextos, são adequadas para o sucesso acadêmico no referente às condições de aprendizagem cognitiva. Embora muitas vezes com dificuldades econômicas e culturais no sentido do nível de acesso à educação formal de seus pais. No entanto, estes fatores são superáveis e as ações afirmativas neste ambiente produzem um efeito emocional e afetivo emblemático em termos muito positivos.

Jovens negras, indígenas e quilombolas são tão capazes intelectualmente como os jovens não negros. Porém existe um fator que os atravessa enquanto história social e impacta o psiquismo afetando seu equilíbrio e bem-estar emocional – saúde mental: é a historicidade da opressão e violência que seus antepassados sofreram e as repercussões destas formas de convivência e sociabilidades presentes ainda no contexto das relações com professores (em sua maioria, brancos), instituição universitária (racismo institucional), e relações com seus pares estudantis (jovens brancas, não negras, gênero masculino e também feminino).

No manejo clínico da psicologia do racismo e relações étnicas e raciais, as literaturas negras de autores negros, epistemologias negras, são existentes. Devem ser incorporadas no currículo. Fator fundacional. A despeito disto – que deve ocorrer com o declínio difícil das opressões seculares presentes no espaço acadêmico, que com as ações afirma-

tivas produziram uma pausa, mas não deixaram de avançar em seus embates de privilégios velhos e vanguardistas, sofisticados em seus modos de reprimendas escravistas e colonizadoras de uma branquitude e branquidade sempre jovem e de pele clara – os desafios de construir uma psicologia que atenda os anseios humanos em sua negritude e emocionalidade sã e preservada de violências é ainda um desafio.

Os métodos e as técnicas são existentes e possíveis para uma clínica e manejo psicológico em situações de violências graves contra corpos negros, pardos e pretos, indígenas, quilombolas, povos de terreiros, povos de florestas, entre outros. Juliano Moreira (1922), Virgínia Leone Bicudo (1945), Alberto Guerreiro Ramos (1960), Lélia Gonzalez (2020), Beatriz Nascimento (2021), Neusa Santos Souza (1982), Du Bois (2016), Franz Fanon (2011), são alguns dos nomes e oralidades que podemos nos instrumentalizar. Todos podem. Negros ou não. Eles pertencem a todo constructo epistemológico da ciência do mundo, da vida, do apogeu do desenvolvimento e esperança humana na ciência, no saber, na busca pela verdade no sentido da igualdade, equidade, da representação étnica da vida e profundidades emocionais e psíquicas do sentido de ser negro no mundo branco. Dos sentidos de ser negro vindo de origem africana. Dos sentidos da humanidade, da potência das civilizações negras e suas contribuições para o mundo.

Todos temos, negros e brancos, não brancos, como nos apoiar para o desenvolvimento pleno de uma psicologia clínica do racismo e das relações étnicas e raciais. Basta estudar. Basta ler e se comprometer com um projeto de universidade mais igualitária e antissegregacionista.

O desafio maior não é apenas para a psicologia. Quando pensamos e exercemos a clínica psicológica do racismo e das violências étnico-raciais, o desconforto humano nos assalta. O temor, o medo, o sofrimento. Negros e brancos entrecruzam olhares. Não se veem. Não se reconhecem como irmãos. Quando se reconhecem, um abismo de sofrimento pelo passado se apresenta.

O humano se revela em sua pequenez imediata. Em seu limite extremo de vida.

O mundo espera. E o tempo de uma vida é curto. Muito curto. O tempo da sessão é de apenas quarenta e cinco minutos. Quase nada para o constructo e ferimentos de várias guerras. Vidas atravessadas pelas mortes de tantos que foram lançados ao oceano e perpassados com lanças nos troncos dos pelourinhos que ainda hoje são palcos de festas da branquitude e branquidade exercidas a partir de violências tácitas. Mas os negros, os corpos escuros, continuam a resistir na noite escura nas cidades e territórios segregados. Bem como nas universidades e também na psicologia.

O que as Yabás nos revelam e nos cantam, em canções de ninar na guerra, é o labor de Fanon, de Du Bois, de Neusas e Virgínias, Lélias e Carolinas. É o labor gigantesco que Fanon chama de ‘sair da grande noite’.

Esta luta visa produzir a vida, transgredir as hierarquias instituídas, através daquilo que nos acostumamos a conquistar sem ter razão, a violência absoluta. Junto a este trabalho, há uma função desintoxicante e estrutural. Esta luta tem uma tripla dimensão. Ela visa primeiramente destruir aquilo que nos destrói, nos amputa, desmembra, cega e provoca medo e cólera: o futuro das coisas (MBEMBE, 2011, p. 11).

As mulheres negras, as meninas negras na universidade pública do Recôncavo, também remetem e ecoam as vozes deste labor contra-hegemônico. A partir do investimento afetivo e psíquico da esperança. “*A grande noite*”, que Fanon (2011) nos anuncia, é como o canto das mulheres negras (OLIVEIRA, 2019), que entende os sofrimentos psíquicos causados pelo racismo e a presença viva da loucura do sistema colonial.

[...] a liberação, o renascimento, a restituição, que nos leva a marchar todo o tempo, dias e noites, elevar-se como um novo ser humano, encontrar

novas possibilidades, forjar o surgimento de um sujeito humano novo saído totalmente do sangue mortífero e da cólera, livre do fardo da raça. Renovado e banhado na negritude de sua condição civilizatória para toda Humanidade. Um sujeito sempre em marcha, por se fazer, porque nunca acabado, sempre em devir (FANON, 2011; MBEMBE, 2011, p. 10).

A guisa de conclusão

As canções de Mam'etu, bençãos de nossas Mães Yabás, visam despertar-nos da anestesia do sentido de transformar os corpos negros, em coisas, reduzindo nossas vidas. Estes cantos e canções alimentam nossas existências terrenas, físicas e psíquicas. Nos ninam nos braços quentes e acolhedores nos colos psíquicos de nossas mães negras, mães, mãezinhas de Áfricas que cantam e rezam pelo equilíbrio de nossas cabeças, nosso *mutuê*, nossos *oris*.

As Mam'etus – mães, mãezinhas negras – são figuras psíquicas de sustentação emocional e fortaleza afetiva. A 'Mãe África'. As canções das yabás, mulheres negras, tornam fecundos nossos mundos enquanto força física e psíquica que aplaca nossas necessidades. Preservando nossas possibilidades de manter-nos vivos, superando nossa desejada morte por aqueles que querem calar as nossas vozes, manipular nossos corpos e instrumentalizar nossos corpos. Nos investimentos de uma sociedade que nega o corpo e o *corpus* físico e psíquico da população negra e diaspórica reiteradamente.

As populações negras, mesmo diante da tragédia cotidiana, estão abençoadas por uma forte presença civilizacional. Resistente e insistente, que não cansa de se fazer permanecer e existir. Porque somos capazes de ouvir as bençãos, canções, de nossa ancestralidade.

Ouvir estas canções, e o clamor presente na história humana, é o desafio maior. É o desafio não apenas para a psicologia, no manejo clínico das escutas terapêuticas do sofrimento psíquico do racismo.

Este é o desafio da contemporaneidade, diante da mobilidade das ações da marcha negra, dos corpos negros que se levantam e falam, sempre falam. Os capuzes brancos e as cruzes de fogo, os machados e as foices, os canhões e violências se acirram, nos miram e nos fazem desaparecer como os meninos, os três meninos de Belford Roxo no Rio de Janeiro.

Haverá o dia em que eles ressurgirão do nada. Porque os cantos das canções que exprimimos não passam. Eles voam. Ecoam como o tempo rápido de uma sessão aconchegante de análise.

A vida passa. Tem limite de tempo e de hora. A morte é certa.

Mais certo ainda é o grão, que renasce quando morre. Nas canções que provém do amor, da experiência do sofrimento da guerra. Todo dia. Dia a dia.

Como nos emana a oralidade plena de Fanon pelas vozes das mulheres negras, meninas, mães e yabás:

A realização final, sem cessar, dirá sobre um tempo no qual a experiência da vida se desenvolve sob a diferença e sobre a novidade. A cena, trará uma consciência histórica particularmente sensível a sua própria inscrição no tempo – o tempo colonial – sem sombra de dúvida, e o tempo das guerras e dos sofrimentos que foram engendrados sobre o plano psíquico, serão sobrepostos pelo tempo do mundo. Neste tempo do mundo, o negro, a questão negra, a ideia mesma de raça, esta epifania, terá como lugar a exaustão (MBEMBE, 2011, p. 20).

Aqui, nossa experiência foi fazer este movimento: sair de uma psicologia eurocêntrica, hegemonicamente branca. Trouxemos enquanto manejo clínico e metodológico, as notas, canções, oralidades epistêmicas de atores sociais e científicos negros. Mulheres negras, meninas negras universitárias, em seus corpos pretos e pardos, nos possibilitaram refletir sobre suas vozes e sentidos psíquicos. Estamos ainda, nesta forma nova de incursão psicológica tentando construir muitas pautas, agendas. Ainda faltam muitos encontros. Estamos tentando encontrar muitos rostos desaparecidos, esquecidos, como os meninos de Belford

Roxo. Existem muitas lacunas. Em uma pedagogia freiriana que acolhe os oprimidos e elege a leitura pela voz de seus discursos, nós os ouvimos. Mais do que acolhemos, nós nos ouvimos, nos implicamos na escritura, na tessitura da teia. Somos pretas, corpos pretos.

Enunciamos palavras. Rompemos, há muito, o silêncio.

Diante do muito que a psicologia de uma sociedade branca, eurocêntrica e fechada precisa ainda avançar; ainda assim, foi possível, na experiência clínica da supervisão psicológica em psicanálise e psicologia clínica do racismo e das relações étnicas e raciais na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, trazer para o currículo formativo de jovens negras estudantes universitárias um outro olhar epistemológico sobre saúde mental, psiquismo e população negra na clínica e manejo do cuidado da atenção psicológica frente ao sofrimento do racismo na contemporaneidade. Buscamos e conseguimos trazer e cunhar um olhar novo.

Muito há o que ser observado no tempo do hoje e no tempo passado para esculpir o futuro. Nossas mãos trabalham. Não se cansam.

Resta o tempo, eterno tempo, curativo tempo, que prescreve o futuro. Da fortaleza da vida e dos acontecimentos.

E poderemos enfim nos lembrar, esperança que nos encaminha na utopia, de que o desejo de desaparecimento do *corpus* negro, no psiquismo branco eurocêntrico, colonizado, não mais imperará.

Nestes 16 anos de ações afirmativas, a UFRB avançou em seu projeto de promover a cultura e a identidade do Recôncavo. Os sujeitos negros e indígenas, não brancos e excluídos, foram fortalecidos.

Para o devir, no futuro, esperamos – acreditamos – que novas conquistas deverão ser perseguidas. Deverá ser negritado o grafo negro, fortemente negro e indígena na psicologia do Recôncavo para o povo negro do Recôncavo e do Brasil plural. Pois a ciência psicológica que aqui se encontra, ainda privilegia o eurocentrismo e as epistemologias norte-americanas brancas, em seu currículo formalmente constituído.

Considerações finais

Os ciclos se transformam. E o tempo na diáspora, não descansa. Trabalharemos, como é típico dos indígenas e africanos, em sintonia com o tempo da terra, no território, como o provérbio diaspórico: *Enquanto descansa, carrega pedra.*

Manter o território e a territorialidade não é uma tarefa fácil. É um trabalho cotidiano, árduo e de extrema complexidade. A família, instituição social e política, é uma força imprescindível para compor a territorialidade (JOSÉ OLIVEIRA, 2019, p. 5).

A terra é a casa da família humana e de todos os seres vivos e inanimados.

No tempo da terra, a vida e a alegria dos rostos de três garotos – passado, presente e futuro – nos acenam sorrindo. É noite de intenso brilho. Anunciando um novo ciclo no tempo da esfera da Humanidade.

Neste tempo, as canções negras serão ouvidas por todos, como canções da vida do mundo no psiquismo humano. Estaremos resguardados pela planta que frutifica a semente. Na Casa Terra que é de todos nós.

E os meninos, desaparecidos, ressurgirão. Eles, e suas famílias negras, encontrarão amor, acolhimento, amizade e paz.

É o descentramento do mundo: a Lua é Nova. A Lua é Cheia. A Lua é Crescente. A Lua é Brilho.

– São quatro encruzilhadas, Laroîê de infinitos caminhos. Kitembo anunciou.

Na historicidade ancestral a morte foi derrotada. O movimento percorre os caminhos.

A cor púrpura, coral lilás, que protege os fracos e indefesos, do despertar da aurora às primeiras notas do entardecer dos dias, reafirma os ciclos que vencem a eterna noite.

É a renovação do Tempo. Eterno ciclo, sempre existente, milenarmente presente, da diáspora que sempre avança e mantém as marchas.

Nos milênios dos ciclos haverá quem rege o destino?

O destino revela-se em segredo. Vidência concedida pela sabedoria da serpente: veneno que mata, antídoto que cura.

Morte e Vida. Nos ciclos que regem as faixas reluzentes e multicoloridas do arco-íris.

Vence a vida! E quem encaminha os ciclos é uma jovem negra, bela, que sintetiza a origem da complexidade da existência.

Ela, sacerdotisa da vida, prospera o destino. Ela é uma moça simples e casta, de natureza plena, em sintonia com o tempo: chuva, sol, terra e ar.

Embora casta, ela é astuta e diplomática guerreira que nos livra da morte. Protege, generosamente, o destino desesperado do jovem Orunmilá¹¹.

Ela evidencia o futuro. Protege os jovens para que prossigam nos atos criativos e importantes para existência e manutenção da origem da vida. Renascimento.

- Quem é ela?

- Ela é a escolhida. A sacerdotisa da Vida. Honrada e amada, por gratidão concedida, pelo oráculo de Ifá.

A Lua é Nova, a Lua é Cheia, a Lua é Crescente: gestação e colheita.

Renascimento e Luz da existência. Míngua a morte que silencia a potência.

Completa-se o ciclo. Vence a Vida Sempre, por intercessão da Bela misteriosa Serpente, Rainha de Ifá.

¹¹ Orunmila é o deus que cria o oráculo de Ifá, a maior autoridade nos profundos mistérios do cosmo e dos destinos dos seres. Ele deu a Ewá – a serpente, o poder da vidência, porque ela, sem saber quem ele era, o salvou da morte. Ewá é o orixá da beleza, dos mistérios (Eyin, 2000), caçadora relacionada a água, ao ar, aos ciclos da Lua. Relaciona-se com o Sol, calor da evaporação das águas que formam as chuvas que coexistem formando o arco íris. Ela está onde a natureza e os deuses se manifestam, o brilho das constelações. Protetora dos puros e indefesos. Filha de Nanã e Oxalufã. Irmã de Omolu, Oxumarê e Kitembo. O tempo. Na tradição angola é Hangolo Mean, irmã de Kavungo e Hangolô. Filha de Zumbá e Lemba. Orixá raro e complexo, cultuada em diferentes nações com diferentes nomes. Ela simboliza a serpente sagrada de todas as civilizações. O mistério, a renovação e os ciclos da vida.

A Justiça e a saúde emocional para as famílias dos meninos de Belfort Roxo, e tantos outros, cedo ou tarde, com a implicação das ciências e da psicologia, no combate aos racismos, como prescrito pela sacerdotisa deusa amada e escolhida por Ifá – o destino – não de imperar.

Referências

BICUDO, V. L. **Atitudes Raciais de Pretos e Mulatos em São Paulo**. Editora Sociologia e Política, São Paulo, 2010.

COSTA, J. N. **Uma viagem pelo Nilo**. Edição, Arqueologia Egípcia, 2014.

DIOP, C. A. **Nations nègres et culture**. Paris: Présence africaine, 2007.

DU BOIS, W.E.B. **Les âmes du peuple noir**. Paris La Découverte, 2016.

FANON, F. **Œuvres**. Paris: La Découverte. , 2011.

GAY, P. **Freud – uma vida para o nosso tempo**. São Paulo: Companhia das Letras, , 2000.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro americano**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, , 2020.

HAMPATÉ BÂ, A. **Aspects de la civilisation africaine**. Paris: Présence africaine, Paris, 2013.

MBEMBE. A. Préface. **L'universalité de Frantz Fanon**. In: Frantz Fanon. Œuvres. Paris: La Découverte, 2011.

MOREIRA, J. **A luta contra a degeneração nervosas e mentais no Brasil**. Comunicação apresentada no Congresso Nacional dos Práticos. Brasil Médico, 1922, II: 225-6.

NASCIMENTO, B. **Uma história feita por mãos negras**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, Rio de Janeiro, 2021.

OLIVEIRA, I. **Educação e relações raciais**: o papel da universidade. In: Negritude e Universidade – evidenciando questões relacionadas ao ingresso e aos projetos curriculares, Editora Alternativa, Niterói, 2015.

OLIVEIRA, R. M. S. **O canto das sereias**: poéticas femininas negras na psicanálise brasileira. In: Pacheco, A.C. L., Núñez, J. M. L, Reis, L.S. (Orgs.). Candaces: gênero, raça, cultura e sociedade. Construindo redes na diáspora africana. Eduneb, Salvador, 2019.

OLIVEIRA, R. M. S; NASCIMENTO, M. C. Psicologia e relações raciais: sobre apagamentos e visibilidades. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 10, n. 24, p. 216-240, fev. 2018. ISSN 2177-2770. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/582>. Acesso em: 11 de ago. de 2021.

OLIVEIRA, R. J. **Territorialidade negra e segregação racial na cidade de São Paulo**. A luta por cidadania no século XX. São Paulo: Editora Alameda. , 2019.

RAMOS, A. G. **Patologia social do “branco” brasileiro**. Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 1955.

ROUDINESCO, E. **Sigmund Freud**. Na sua época e em nosso tempo. Zahar Editora, Rio de Janeiro, 2016.

SERBIN, S. **Reines D’Afrique et héroines de la diaspora noire**, Meduneter, Paris, 2018.

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro**. Vicissitudes dos negros em ascensão social. Editora Graal, Rio de Janeiro, 1982.

VEIGA NETO, A. É preciso ir aos porões. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.17, n. 50, maio/ago. 2012.

Autores

Adson Silva França

Bacharel em Saúde (UFRB), Técnico em Agropecuária (IFBA), Estudante de Psicologia - Estágio Supervisionado em Psicologia e Relações Étnico-Raciais e Doença Falciforme.

E-mail: adsonsilvafranca@gmail.com

Berenice Kikuchi

Enfermeira. Mestre em Enfermagem, Doutora em Saúde e Desenvolvimento na Região Centro Oeste. Presidente da Associação de Anemia Falciforme do Estado de São Paulo. AAFESP. Membro NEPPINS/UFRB.

E-mail: berenicekikuchi@hotmail.com

Dolores Cristina Galindo

Psicóloga, Mestre e Doutora em psicologia (PUC/SP), Professora Associada na Universidade Federal do Mato Grosso. Professora do Mestrado e Doutorado em Psicologia da UNESP- Assis. Supervisora de Estágio no Núcleo de Psicologia Preta e Indígena (NIP), UFMT.

E-mail: dolorescristinagomesgalindo@gmail.com

Dulcinéia Santana dos Santos Almeida

Bacharel em Saúde (UFRB). Estudante de Psicologia UFRB, Estágio Supervisionado em Psicologia e Relações Étnico-Raciais. Agente de Endemias da Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Jesus/Ba. Participante voluntária em iniciação científica no NEPPINS/UFRB.

E-mail: dulcyalmeida39@gmail.com

Hayanna Carvalho Santos Ribeiro da Silva

Psicóloga, Psicoterapeuta. Mestre e Doutora em Psicologia Clínica (UNB). Pesquisadora Pós-Doutoranda vinculada ao NEPPINS/UFRB e ao Mestrado Profissional História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas (Cachoeira/UFRB).

E-mail: hayannacarvalho@gmail.com

Luíza Rodrigues Oliveira

Psicóloga (UFF), Mestre e Doutora em psicologia (USP), Professora e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (Mes-

trado e Doutorado) da Universidade Federal Fluminense. Vice Coordenadora do GT Psicologia e Relações Étnico Raciais da ANPEPP, Membro Fundador do Coletivo de Professores Negros da UFF.

E-mail: luizaoliveira@id.uff.br

Manoela Pinheiro Santos

Bacharel em Saúde (UFRB), Estudante de Psicologia UFRB - Estágio Supervisionado em Psicologia e Relações Étnico-Raciais e Doença Falciforme.

E-mail: manulps12@gmail.com

Regina Suama Ngola Marques

Psicóloga, Professora da UFRB, Pós Doutora em Saúde Mental da População Negra e Diáspora Africana pelo Instituto dos Mundos Africanos em Paris – Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (Paris/França, 2016), Professora visitante no mesmo período no IMAF/EHESS, a convite de Elikia M'Bokolo, Capes, 2016). Mestre e Doutora em Psicologia Social (PUC/SP). Supervisora Clínica em psicanálise e psicologia clínica do racismo e relações étnico-raciais. Professora Permanente do Mestrado em Relações Étnicas e Contemporaneidade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Mam'etu de Nkisis do Nzo Lemba Tateamoxicongo Mona Riva Tumba Junssara. Eleita Coordenadora Nacional do GT Psicologia e Relações Raciais da Associação Nacional de Pesquisa, Ensino e Pós-Graduação em Psicologia- ANPEPP (2022-2024).

E-mail: marquesngolasuama@gmail.com

Reinaldo José de Oliveira

Mestre, Doutor e Pós Doutor em Sociologia Urbana (PUC/SP), Professor da Educação Básica e Professor Universitário. Pesquisador do NEPUR – Núcleo de Estudos e Pesquisas Urbanas da PUCSP. Sociólogo do ICS 'Ethnic Diversity', Pesquisador Membro Colaborador do NEPPINS/UFRB/CNPq.

E-mail: reinaldojoliveira1971@gmail.com

Sandro dos Santos Correia

Geógrafo, Mestre em Engenharia Ambiental (UCSAL). Doutor em Desenvolvimento Regional e Sustentabilidade (UCSAL). Pós Doutorando vinculado ao NEPPINS/UFRB e Mestrado Profissional História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas (Cachoeira/UFRB). Professor da UNEB. Membro do NEPPINS/UFRB/CNPq.

E-mail: sscorreia@uneb.br

Silvana Batista Gaino

Psicóloga. Mestre, Doutora e Pós Doutora em Psicologia (USP). Professora da UFRB na graduação e pós-graduação em psicologia, no Centro de Ciências da Saúde. Docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (Lato Sensu) da UFRB/CCS. Especialista em distúrbios da linguagem. Supervisora clínica.
E-mail: silgaino@ufrb.edu.br

Suzana Rosa de Almeida

Psicóloga Egressa da UFRB. Especialista em Psicologia da Saúde. Desenvolvimento e Infância. Mestre e Doutora em Educação e Saúde pela UNIFESP, com estágio doutoral na Paris III – Sorbonne. Professora Substituta na UFBA. Pesquisadora Membro do NEPPINS/UFRB/CCS.
E-mail: suzi.almeid@hotmail.com

Willian Tito Maia

Psicólogo, Mestre e Doutor pela Universidade de São Paulo. Professor da UFRB no Centro de Ciências da Saúde no curso de psicologia e Bacharelado Interdisciplinar e Saúde. Supervisor de Estágio Supervisionado no SUS na Graduação de Psicologia da UFRB. Coordenador do Colegiado de Psicologia da UFRB.
E-mail: williantito@ufrb.edu.br

Embora as ciências e a ciência psicológica no Brasil tenham importantes feitos de pensadoras e pensadores negros, apenas recentemente a psicologia se vê obrigada a dialogar no fazer psicológico com os campos interseccionais que modulam a vida de mais de 120 milhões de pessoas de ascendência negra no país. Conivente com as hegemonias brancas eurocêntricas e estadunidenses que exercem o violento martírio e apagamento dos corpos negros, quilombolas e indígenas nos contextos da produção científica, esta psicologia nunca esteve qualificada para a sociedade brasileira e pluralismo mundial tão marcante nesta contemporaneidade. Este livro contrasta com estes velhos e violentos paradigmas ainda vigentes. Nesta arena de lutas este livro é leitura importante para a psicologia brasileira nesta sociedade mutante do século XXI.

ISBN: 978-65-88622-69-8

